

An aerial photograph of a rural landscape. The top half shows a wide, unpaved dirt road or path stretching across a dry, yellowish-brown field. A few small figures of people can be seen on the road. The bottom half shows a small settlement with several buildings, some with tiled roofs, situated in a valley. The background features rolling hills and a clear sky.

Ana Maria Cortez Vaz dos Santos Oliveira

Processos de Desterritorialização e Filiação ao Lugar

O caso da Aldeia da Luz

Dissertação de Mestrado na área de Geografia Humana, na área de especialização de Ordenamento do Território e Desenvolvimento, apresentada à Faculdade de Letras, sob a orientação do Professor Doutor João Luís Jesus Fernandes.

**Faculdade de Letras
Universidade de Coimbra
2011**

“Há três ou quatro noites, sonhei que tínhamos abalado daqui para lá, da nova para a velha aldeia. Tínhamos muitas saudades da velha.

Uns iam de carro, outros a pé, cada um levava as suas coisas como podia.

Toda a gente tinha uma saudade grande daquilo, e todos queriam voltar rapidamente para a velha aldeia.

Quando lá chegámos, nada estava como quando saímos de lá.

Mas um sonho nunca é a realidade, há sempre coisas que parecem impossíveis. Porém, dava para nos movimentarmos e viver, como se vivia lá antigamente.”

Testemunho de um habitante da Luz, após a mudança. Presente no documentário “Aldeia da Luz, uma terra submersa pelas águas” de Rodriguez (2004).

Resumo

A problemática do processo de desterritorialização é pertinente e actual.

O vínculo, a filiação, o apego, o laço que nos une a determinado território está sujeito a riscos que podem ter origem em múltiplos factores e circunstâncias como, entre outros, a guerra, a crise económica, o desemprego, qualquer tipo de confinamento espacial, cheias, sismos, movimentos de vertente ou, como no caso que se analisará neste trabalho, a construção de grandes infra-estruturas, como barragens. Destas dinâmicas podem resultar contextos individuais ou colectivos de vulnerabilidade espacial, que correspondem a uma contracção das espacialidades, que Rogério Haesbaert (2004) denomina desterritorialização. Se o sistema se recompor, esta deve conduzir à reterritorialização, isto é, a um novo estado de conforto, com a recuperação dos afectos e dos vínculos geográficos, agora num novo território.

De entre os referidos factores de desterritorialização, sublinha-se a construção de barragens, sobretudo pelas alterações que pode implicar: na paisagem e nas territorialidades pessoais ou colectivas, facto que deriva da, por vezes, submersão total ou parcial de aglomerados populacionais ou territórios adjacentes.

No caso português, a construção da barragem de Alqueva é um bom objecto de estudo, pois provocou a desterritorialização da população da aldeia da Luz, forçando esta comunidade à deslocação para um novo lugar, para o efeito criado de raiz.

Como se comprovou, esta reterritorialização não será fácil nem completa. No novo lugar, detectaram-se vulnerabilidades espaciais e barreiras na relação das populações com o espaço geográfico e demonstrações de sentimentos de perda. Apesar da velha aldeia ter desaparecido na paisagem, esta continua presente na memória e na identidade das populações.

Palavras-chave: Desterritorialização, Topofilia, Reterritorialização, Barragem de Alqueva, Aldeia da Luz.

Abstract

The dynamics of deterritorialization are a current topic.

The relationship, affiliation, attachment and the ties that binds us to certain territories are subjects in risk, which may be caused by many factors and circumstances, such as, among others, war, economic crisis, unemployment, spatial confinement, floods, earthquakes, landslides or the construction of major infrastructure. That is the example of dams. This particular vulnerability can lead to a geographic crash, which Rogerio Haesbaert (2004) named deterritorialization. This should lead to a territorial repossession, that is, a new state of comfort with the total or partial recovery of affection and bond with the new territory.

Among the factors mentioned, we highlight the construction of dams, which will change the landscape of the geographical area, causing the submergence of lands and sometimes the disappearance of complete settlements.

In the Portuguese case, the construction of the Alqueva dam is a good case study. In effect, that caused the dispossession of the entire village of Luz, forcing the community to shift towards a new place, newly created for this purpose.

As shown, the total and complete repossession will not be an easy target, allowing vulnerabilities in relation to the use of space. Despite the old village have disappeared in the landscape, this ancestral place is still present in the population memory and identity.

Keywords: Deterritorialization, Topophilia, Repossession, Alqueva Dam, Village of Luz.

Resumen

El problema del proceso de desterritorialización es un tema de actualidad.

La relación, afiliación, el apego, el vínculo que nos une a cierto territorio están sujetas a riesgos, que puede ser causados por muchos factores y circunstancias, como, entre otros, la guerra, la crisis económica, el desempleo, algún confinamiento espacial, inundaciones, terremotos, deslizamientos de tierra, construcción de grandes infraestructuras tales como presas. Esta vulnerabilidad en particular puede llevar a una vulnerabilidad territorial, que Rogerio Haesbaert (2004) señala como desterritorialización. Esto debería conducir a un recobro geográfico, es decir, a un estado de confort con recuperación de afecto y vínculo con el nuevo territorio.

Entre los factores mencionados, se destaca la construcción de presas, lo que cambiará el paisaje de la zona geográfica donde se inserta, provocando el hundimiento de tierras y, a veces, de asentamientos completos.

En el caso portugués, la construcción de la presa de Alqueva es un buen tema de estudio, que causó el despojo de la población del pueblo de Luz, lo que obligó a cambiar la comunidad a un lugar nuevo, recién creado para el propósito.

Como se ve, una recuperación no será fácil ni completa, lo que permite la vulnerabilidad en relación con el uso del espacio. A pesar de la antigua aldea haya desaparecido en el paisaje, esta identidad está todavía presente en la población y en su memoria.

Palabras clave: Desterritorialización, Topofilia, Recuperación, la Presa de Alqueva, Pueblo de la Luz

À memória do meu Pai.

Ao meu avô, João Cortez Vaz,
pela sua paixão desmedida pelo Alentejo.

Agradecimentos

Este trabalho surgiu e chegou ao final, sobretudo para minha realização pessoal. No entanto, nem sempre tudo correu como desejava. Os últimos dois anos não foram fáceis, e sem dúvida que necessitei dos estímulos e amizade das pessoas que a seguir destacarei.

Em primeiro lugar ao Professor Doutor João Luís Jesus Fernandes, ilustre orientador desta dissertação, pela motivação com que sempre me recebeu, que criou em mim uma vontade de progredir, mesmo perante as contrariedades que foram surgindo no decorrer do estudo. Pela sua disponibilidade, pelo seu empenho em me alertar para outras visões e outras formas de interpretação de temáticas abordadas. Pela sua clarificação perante as minhas dúvidas, pela atenção com que sempre me ouviu, aqui deixo a minha sincera e sentida homenagem.

Ao Mestre João Pedro Reino, docente e investigador da Universidade Lusófona, por todas as referências na Luz, por todas as nossas conversas, por todos os conselhos e sobretudo, embora provenientes de diferentes áreas académicas, o gosto pela problemática das barragens e da desterritorialização.

Ao Professor Doutor Rui Gama Fernandes, pela sua disponibilidade em me esclarecer as dúvidas em relação às projecções demográficas, pelo incentivo, e pelo ano em que me orientou profissionalmente.

A todos os notáveis Professores do Departamento de Geografia, pois esta dissertação é resultado da aprendizagem que obtive com cada um de vós.

À D. Isabel Coelho, pela amizade, boa disposição e compreensão.

Ao Sr. Francisco Lopes Oliveira, presidente da Junta de Freguesia da Luz, pela disponibilidade constante em me atender e esclarecer todas as minhas questões.

Ao Sr. José Manuel Santinha Lopes, presidente da Câmara Municipal de Mourão pela disponibilidade em me receber.

Ao Sr. Padre Inácio Nunes Branco, pela disponibilidade e pela nossa conversa.

À Sr. Eng. Isabel Rodrigues, pela imediata disponibilidade, cooperação e compreensão demonstradas.

Ao Dr. Francisco Moita Flores, por ter acedido a participar neste trabalho, valorizando-o com o seu testemunho. O meu agradecimento estende-se à D. Filomena Lourenço, da Câmara Municipal de Santarém, pela compreensão demonstrada.

Um agradecimento muito especial à população da Luz com quem tive o prazer de me cruzar. Em especial, ao Luís Farias, pelos contactos disponibilizados, pelos prontos esclarecimentos das minhas dúvidas e pelas nossas conversas, e ao Sr. João Chilrito Farias, a quem agradeço a nossa conversa e a oferta do seu livro de poesia popular que tão bem expressa os seus sentimentos.

De facto, se há lugar no qual senti hospitalidade, carinho e amizade foi na Luz. Com este trabalho, fiquei mais 'rica', com mais um território, com mais uma ligação, um vínculo. A Luz e as pessoas da Luz são, sem dúvida, especiais.

Ao pessoal da Biblioteca Municipal José Saramago, em Beja e ao Centro de Documentação da EDIA, pela pesquisa proporcionada.

À Paula Marques, ao Luís Miranda, à Ana Rolim, à Marisa Freitas, à Márcia Galego, à Marisa Torradas, à Anabela Palma Inácio e ao Sérgio Geraudes pela amizade, por terem sido os meus grandes pilares em Beja e por me incentivarem e apoiarem.

De facto, os verdadeiros amigos encontram-se onde menos esperamos. Um agradecimento especial ao Irmão Ricardo Borges, da Fraternidade dos Irmãozinhos de São Francisco de Assis, de Beja, por todos os bons momentos, por todas as visitas de estudo, por todas as conversas e, mesmo em momentos menos bons, por ter sempre a palavra certa.

A todos os meus alunos da Escola Secundária de Diogo de Gouveia, em Beja, porque me ensinaram a ser uma pessoa melhor, mais tolerante e mais bem-disposta. Às turmas 8ªA, 8ªB, 9ªA, 9ªB, 10ªE, 10ªF, 11ªL e 12ªI do ano lectivo de 2009/2010, o meu muito obrigada.

À minha colega e amiga, Ana Paula Marques, da Escola Pedro Ferreiro de Ferreira do Zêzere, bem como ao 11ªB, porque juntos ultrapassámos o que muitos diziam ser impossível.

À minha grande amiga, Ana Marina Silva, porque sem ti, por certo, teria sido muito mais difícil. Agradeço-te a tua amizade, apoio, incentivo e maluqueira constantes.

À minha grande amiga Cristina Barros, pela nossa amizade, apoio e maluqueira que nos une.

Às minhas amigas Cátia Leal e Maria do Céu Carrapiço, pelo apoio, críticas e amizade.

À minha querida tia Maria Atilia e ao meu primo Nuno, pelas nossas viagens a Alqueva e por me terem feito sentir em casa, em Beja.

Aos meus avós, Aninhas e João, pela paciência, pelo apoio constante, pelos exemplos de vida, pelos nossos serões de conversa e por me ensinarem a levar a vida sempre com um sorriso.

Ao meu pai, Jorge, porque me tornou mais forte face à adversidade, porque foi um verdadeiro exemplo de força e coragem, e enquanto pôde, sempre se preocupou comigo, com a minha irmã, e com a minha mãe.

À minha mãe, Ana Maria, pela força que sempre nos transmitiu, pelos incentivos e apoios constantes e pelas viagens para a Luz.

À minha mana, Raquel, pela ajuda, compreensão, paciência, pela sua loucura saudável, por todos os bons momentos que passamos juntas, pela força que demonstrou ter, e por vezes, por seres também 'minha filha'.

A todos, o meu Muito Obrigada!

Índice Geral

| | |
|--|-----------|
| Introdução | 1 |
| Metodologia | 4 |
| Preâmbulo | 6 |
| I PARTE – Territorialização, Desterritorialização, Reterritorialização e Planeamento Estratégico | 11 |
| Capítulo 1 – Territorialização e Desterritorialização | 11 |
| 1.1 - O Conceito de Desterritorialização – origem e definição | 11 |
| 1.2 – O processo de Desterritorialização – Factores | 18 |
| 1.3 – O processo de Desterritorialização e a construção de Barragens | 29 |
| 1.3.1- Exemplos de Movimentos Sociais criados após processos de Desterritorialização causados pela construção de Barragens | 32 |
| Capítulo 2 - A importância da Desterritorialização na afirmação estratégica dos lugares | 37 |
| 2.1- Reflexão em torno do conceito de Planeamento Estratégico | 37 |
| 2.2 – Planeamento Estratégico e Desterritorialização – que relação? | 41 |
| Capítulo 3 – (Re)Territorialização | 43 |
| 3.1- O conceito de Reterritorialização – definição | 43 |
| 3.2- Planeamento estratégico como ferramenta essencial para a Reterritorialização | 44 |
| 3.3- A Construção de Barragens e as Dinâmicas de Desterritorialização/ Reterritorialização no Espaço Geográfico Português | 46 |
| 3.3.1– Vilarinho da Furna | 46 |
| 3.3.2– Foz do Dão | 52 |

| | |
|--|-----------|
| II PARTE – Barragem de Alqueva e Aldeia da Luz: transformação do espaço de vida e desterritorialização | 55 |
| Capítulo 1 – A Barragem de Alqueva como processo de transformação do território | 55 |
| 1.1 – Caracterização geral da Barragem de Alqueva | 55 |
| 1.1.1– Localização e caracterização da Barragem de Alqueva | 57 |
| 1.1.2– Consequências “territoriais” da construção da Barragem de Alqueva | 62 |
| Capítulo 2 – Caracterização da Aldeia da Luz | 66 |
| 2.1– Enquadramento geográfico da Aldeia da Luz no contexto local e regional | 66 |
| 2.2 – Caracterização Demográfica da Aldeia da Luz | 71 |
| 2.2.1- Caracterização da população residente, sua variação e evolução | 71 |
| 2.2.2 – A estrutura da população – breve caracterização | 74 |
| 2.2.3- Análise de Projecções Demográficas | 84 |
| 2.3 – Caracterização socioeconómica da aldeia da Luz | 88 |
| Capítulo 3 – O Processo de Desterritorialização – Reterritorialização na aldeia da Luz – que dinâmicas? | 91 |
| 3.1– O processo de desterritorialização – reterritorialização na aldeia da Luz – segundo diferentes perspectivas | 91 |
| 3.2– O processo de desterritorialização – reterritorialização na aldeia da Luz – numa perspectiva geográfica | 134 |
| Conclusão | 139 |
| Bibliografia | 143 |
| Anexos | 152 |

Índice de Figuras

| | |
|--|----|
| Figura 1 - “A Mulher Doente” por Edvard Munch. | 21 |
| Figura 2 – Fuga das populações do Paquistão, em busca de salvação, depois do episódio de cheias ocorridas no país, Agosto de 2010. | 23 |
| Figura 3 – Incêndios na Grécia, Agosto de 2009. | 24 |
| Figura 4- Movimento de vertente no Funchal, Fevereiro, 2010. | 25 |
| Figura 5- Consequências do movimento de vertente no Funchal, Fevereiro, 2010. | 25 |
| Figura 6 – Cartaz de protesto do Movimento dos Atingidos pelas Barragens, Brasil. | 33 |
| Figura 7 – Exemplo de formas de protesto contra a construção de barragens, no México. | 34 |
| Figura 8- Genérico do documentário “Pare, Escute, Olhe” de Pelicano (2009), alusivo à construção da Barragem do Tua e posterior submersão da linha ferroviária do Tua. | 35 |
| Figura 9 - Vantagens da aplicação do planeamento estratégico ao território. | 39 |
| Figura 10- Localização da Barragem de Vilarinho da Furna e da aldeia, no município de Terras de Bouro. | 47 |
| Figura 11 - Artistas tentando retratar as últimas recordações em Vilarinho da Furna. | 48 |
| Figura 12 - O crucifixo é levado da Igreja de Vilarinho da Furna, para uma povoação vizinha. | 48 |
| Figura 13- Vilarinho da Furna antes da construção da Barragem. | 50 |
| Figura 14 – As paredes nuas de Vilarinho da Furna, nos nossos dias, quando a albufeira está a níveis mais baixos. | 51 |
| Figura 15 – Localização do concelho de Santa Comba Dão, e das povoações submersas pela albufeira da Barragem da Agueira | 52 |
| Figura 16- Foz do Dão, aquando a visita do Professor António Salazar à aldeia. | 54 |
| Figura 17- Localização da Barragem de Alqueva. | 57 |
| Figura 18- Concelhos abrangidos pela albufeira da Barragem de Alqueva. | 58 |
| Figura 19- Concelhos abrangidos pelo Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva. | 59 |

| | |
|--|----|
| Figura 20- Vista panorâmica da Barragem de Alqueva. | 60 |
| Figura 21- Área da albufeira, anterior à construção da Barragem e localização das hoje denominadas aldeias ribeirinhas. | 63 |
| Figura 22- Área da albufeira, após a construção da Barragem e localização das aldeias ribeirinhas. | 63 |
| Figura 23- Concelhos pertencentes à NUT III Alentejo Central. | 66 |
| Figura 24- Variação da população residente entre 2011 e 2001, nos concelhos da sub-região do Alentejo Central. | 68 |
| Figura 25- População residente por freguesia no concelho de Mourão, 1991 e 2001 e sua variação. | 72 |
| Figura 26- População residente por freguesia no concelho de Mourão, 2001 e 2011 e sua variação. | 73 |
| Figura 27- Evolução da População Residente do concelho de Mourão e suas freguesias, de 1960 a 2011. | 74 |
| Figura 28- Pirâmide etária da freguesia da Luz, 1991. | 75 |
| Figura 29- Pirâmide etária da freguesia da Luz, 2001. | 75 |
| Figura 30- Saldo Natural na freguesia da Luz, entre 1991 e 2007. | 76 |
| Figura 31- Índices de Envelhecimento nos concelhos limítrofes ao concelho de Mourão, nos anos de 1991, 2001 e 2005. | 80 |
| Figura 32- Taxa de analfabetismo nas freguesias dos concelhos de Barrancos, Moura, Mourão e Reguengos de Monsaraz, em 2001. | 81 |
| Figura 33- População residente do concelho de Mourão e suas freguesias, segundo o nível de instrução concluído, em 2001, em percentagem. | 83 |
| Figura 34- Variação da população residente 2031-2011, dos municípios de Barrancos, Moura, Mourão e Reguengos de Monsaraz. | 86 |
| Figura 35- População empregada por sectores de actividade no concelho de Mourão, em 1991 e 2001. | 88 |
| Figura 36- Casario da velha Luz. | 96 |

| | |
|--|-----|
| Figura 37- Esboço da velha Luz e imagens da praça 25 de Abril (núcleo populacional) e do núcleo, constituído pelo Santuário, cemitério e praça de touros. | 97 |
| Figura 38- Procissão solene de N. Sra. da Luz na velha Luz, 2002. | 100 |
| Figura 39- Tourada nas Festas na velha Luz, em 2001 e 2002. | 100 |
| Figura 40- Estaleiros e construção da nova Luz. | 104 |
| Figura 41- Nova aldeia da Luz, em fase de construção. | 105 |
| Figura 42- Aldeia da Luz em 2011. | 106 |
| Figura 43- Graffiti numa casa na velha Luz. | 108 |
| Figura 44- O casario da velha Luz e a Igreja Matriz a serem destruídos. | 109 |
| Figura 45- Velha Luz, em 2002, antes da demolição. | 110 |
| Figura 46- Velha Luz, Fevereiro de 2003, no início do desmantelamento. | 111 |
| Figura 47- Velha Luz, Julho de 2003, após a conclusão da demolição. | 111 |
| Figura 48- Desflorestação dos territórios da Luz. | 112 |
| Figura 49- Despedida e encerramento simbólico do cemitério da velha Luz. | 115 |
| Figura 50- Cemitério da velha Luz em 2001, à direita, e local do cemitério, após a sua demolição, em 2002. | 115 |
| Figura 51- Limpeza das sepulturas no cemitério da velha Luz, 2001. | 116 |
| Figura 52- Fontanário na antiga aldeia e reconstruído na nova Luz. | 120 |
| Figura 53- Esboço da nova Luz, com localização do núcleo populacional e do núcleo mais afastado, constituído pelo Santuário de N. Sra. da Luz, Museu da Luz e cemitério. | 121 |
| Figura 54- Santuário de N. Sra. da Luz na velha Luz, à esquerda, e na nova Luz, à direita. | 122 |
| Figura 55- Museu da Luz. | 122 |
| Figura 56- Interior do Museu da Luz. | 123 |
| Figura 57- Janela do Museu da Luz, de onde é possível observar a localização da velha Luz. | 124 |
| Figura 58- Velha Luz. | 125 |
| Figura 59- Procissão solene em honra de N. Sra. da Luz, Setembro de 2011. | 127 |

| | |
|--|-----|
| Figura 60- Freguesia da Luz, antes da Barragem de Alqueva. | 128 |
| Figura 61- Freguesia da Luz, após a construção da barragem de Alqueva. | 129 |
| Figura 62- Fábrica Portucel Recicla, entretanto já encerrada. | 130 |

Índice de Quadros

| | |
|--|-----|
| Quadro 1- População residente (1991 e 2001), sua variação e densidade populacional dos concelhos pertencentes à sub-região Alentejo Central. | 67 |
| Quadro 2- População residente na sub-região Alentejo Central, em 1991, 2001 e 2011, e variação. | 68 |
| Quadro 3- População residente em 1991, 2001 e 2011 e sua variação nos concelhos de Barrancos, Moura, Mourão e Reguengos de Monsaraz. | 71 |
| Quadro 4- Nados vivos, óbitos e saldo natural entre os anos de 1991 e 2007, na freguesia da Luz. | 76 |
| Quadro 5- Taxas de natalidade, mortalidade e crescimento natural em 1991 e 2001 do concelho de Mourão e suas freguesias. | 77 |
| Quadro 6- Índices de Envelhecimento e de Dependência de Idosos, em 1991 e 2001, no concelho de Mourão e suas freguesias. | 79 |
| Quadro 7- Projecção da população residente do concelho de Mourão e suas freguesias, para os anos de 2021 e 2031, e respectivas variações. | 85 |
| Quadro 9- População empregada por sector de actividade em 1991 e 2001 nas freguesias do concelho de Mourão (%). | 89 |
| Quadro 9- População empregada por sector de actividade em 1991 e 2001 nos concelhos limítrofes de Mourão (%). | 90 |
| Quadro 10- Total de visitantes do Museu da Luz. | 125 |

Introdução

A dissertação de Mestrado que a seguir se desenvolve reflecte o culminar de um processo formativo de seis anos, correspondentes à licenciatura e ao mestrado em Geografia, área de especialização em Ordenamento do Território e Desenvolvimento, leccionada na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

No quarto ano de licenciatura, na cadeira de Geografia das Desigualdades no Desenvolvimento, travei conhecimento com dois conceitos pelos quais me interessei bastante: topofilia e desterritorialização. No meu entender, tratam-se de conceitos profundos, pessoais e muito subjectivos. A desterritorialização é uma problemática actual, porque estuda os efeitos dos ciclos de desenvolvimento, mas também analisa os efeitos das crises sociais e económicas, que contêm sempre, uma componente espacial.

Assim, quando surgiu a escolha para o tema da dissertação, não tive dúvidas que estas duas temáticas iriam estar presentes. De facto, também eu passei por um processo de desterritorialização, quando por razões profissionais, tive de ‘abandonar’ a ‘minha’ cidade, Coimbra e deslocar-me para Beja. Depois de tomar conhecimento destas temáticas, e de reflectir sobre elas, observo que a topofilia aos territórios pessoais da minha cidade eram vincados, eu sentia-me ligada a Coimbra, e isso era notado nas saudades que tinha, até das pequenas coisas, como cheiros e sensações, mas vejo também que para a minha reterritorialização a Beja ter sido possível, para muito contribuíram agentes do território (colegas, amigos, alunos da Escola Secundária de Diogo de Gouveia) que estimularam o meu afecto e apego àquela cidade. E hoje, passados dois anos desta experiência, sinto que completei o processo de desterritorialização/reterritorialização em Beja. Aquele é hoje em dia, sem dúvida, também o meu território.

Tendo interesse pela desterritorialização e pelos processos de mudanças espaciais a que está sujeita, vi nas barragens um bom objecto de estudo porque estas estão associadas a transformações profundas nas paisagens e, nalguns casos, no quotidiano das populações. A barragem de Alqueva e a problemática da deslocação da população da aldeia da Luz completavam o rumo que queria dar a este trabalho. Esta escolha justifica-se, antes de mais, pela relação topofílica que eu tenho com este território. Para mim, e sobretudo depois de ter

vivido um ano em Beja, o Alentejo, em particular o Baixo Alentejo e a margem esquerda do Guadiana, tornou-se um território com o qual sinto grande vínculo, apego e afecto, mas também segurança. E porque sempre senti uma enorme admiração por barragens, pela enormidade da obra, pelas mudanças que traz à paisagem, e porque desde criança que ouço falar na barragem de Alqueva, e nas alterações que ela traria ao Alentejo.

Apesar de ter como base uma formação geográfica, o quadro analítico desta tese situa-se nas metodologias e nos focos de abordagem da Geografia, da Sociologia e da Antropologia.

Neste trabalho pretende-se responder a variadas questões, como: a mudança para a Luz implicou alguma perda de território? Ocorreu alguma forma de desterritorialização? Se sim, quais as características da desterritorialização? E a reterritorialização, como aconteceu? Terá sido completa? Foi dirigida? Está concluída? A população da nova Luz já sente vínculo ao território?

O trabalho irá ser constituído por duas partes: uma primeira, de carácter mais teórica e a segunda que incidirá sobre o estudo de caso da aldeia da Luz.

Num ponto de partida para a dissertação elaborar-se-á o preâmbulo, com o objectivo de contextualizar o leitor para a problemática do território, da topofilia e da desterritorialização.

Assim, a primeira parte intitular-se-á: Territorialização, Desterritorialização, Reterritorialização e Planeamento estratégico e irá ser composta por três capítulos: Territorialização e Desterritorialização, A importância da desterritorialização na afirmação dos lugares e (Re)Territorialização.

O primeiro capítulo dividir-se-á em três pontos. Numa primeira fase, far-se-á uma análise da origem e definição do conceito de desterritorialização, bem como as suas diferentes interpretações consoante o autor e as áreas académicas de onde provêm. Em seguida, observar-se-á os diferentes factores do processo de desterritorialização, exemplificando com obras de literatura, com factos que foram notícia ou com objectos de investigação. A terminar o primeiro capítulo irá fazer-se uma referência ao processo de desterritorialização e a construção de barragens. Neste ponto observar-se-á a importância das barragens como 'motor' de mudança de paisagens e territórios e também como factor de desterritorialização das populações. Salientar-se-á também exemplos de movimentos sociais criados no intuito de corrigir processos de desterritorialização causados pela construção de barragens, como por exemplo o Movimento dos Atingidos pelas Barragens, no Brasil.

O segundo capítulo constituir-se-á por dois pontos: primeiro, uma breve reflexão em torno do conceito de planeamento estratégico, na qual se fará uma análise deste conceito, seguida de uma observação da relação entre planeamento estratégico e desterritorialização.

O terceiro capítulo reflectirá, sobretudo o processo de reterritorialização, que é (deveria ser) complementar ao de desterritorialização. Assim, num primeiro ponto far-se-á uma reflexão sobre este conceito, passando depois para a análise da relação do planeamento estratégico com o processo de reterritorialização. O terceiro ponto deste capítulo intitular-se-á 'A construção de barragens e as dinâmicas de desterritorialização/reterritorialização no espaço geográfico português' e incidirá sobre os casos de Vilarinho da Furna e Foz do Dão, casos de desterritorialização provocados pela construção de barragens, de Vilarinho da Furna e da Agueira, respectivamente.

A segunda parte denominar-se-á por Barragem de Alqueva e Aldeia da Luz – transformação do espaço de vida e desterritorialização e será constituída por três capítulos: a barragem de Alqueva como processo de transformação do território, a caracterização da aldeia da Luz e as dinâmicas do processo de desterritorialização/reterritorialização registadas na Luz.

No primeiro capítulo pretende-se fazer uma caracterização geral da barragem, dividindo este objectivo em duas fases: numa primeira far-se-á a localização e a caracterização da barragem de Alqueva e numa segunda analisar-se-ão as consequências territoriais da construção da barragem de Alqueva, onde se fará alusão aos territórios submersos e 'desaparecidos' pela albufeira da barragem.

No segundo capítulo desta segunda parte far-se-á a caracterização da aldeia da Luz, no qual se fará uma reflexão sobre um enquadramento geográfico da aldeia da Luz no contexto local e regional, e também sobre a caracterização demográfica da aldeia, seja a caracterização da população residente, sua variação e evolução, seja sobre a estrutura da população, seja a análise das projecções demográficas e, por fim, a caracterização socioeconómica da Luz.

No terceiro capítulo elaborar-se-á a análise das dinâmicas do processo de desterritorialização/reterritorialização na aldeia da Luz, visto primeiro em diferentes perspectivas e depois observado sobre uma perspectiva geográfica. Na segunda fase deste capítulo far-se-á alusão ao processo de desterritorialização da aldeia da Luz, observado numa perspectiva geográfica, com a aplicação de conceitos e temáticas estudados na primeira parte da dissertação.

Metodologia

A elaboração deste trabalho iniciou-se com a pesquisa bibliográfica.

Poucos geógrafos se têm debruçado sobre o conceito Desterritorialização. No entanto, existem dois geógrafos que têm debatido e trazido este conceito para a geografia, o Professor Doutor João Luís Fernandes e o Professor Rogério Haesbaert. Não é por acaso que é um geógrafo brasileiro (Rogério Haesbaert) a estudar e analisar esta questão com maior profundidade e a criar uma verdadeira escola nesta área – porque o Brasil é um excelente laboratório nestes temas, um país de contrastes e fracturas espaciais e sociais.

Porque a desterritorialização provocada pela construção de barragens é uma questão que abarca vários exemplos, foi muito útil a comparação com outros casos de deslocação, como o caso de Vilarinho da Furna e Foz do Dão.

Em relação à pesquisa bibliográfica sobre Alqueva e a aldeia da Luz recorreremos à base da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, bem como à Biblioteca Municipal José Saramago, em Beja e ao Centro de Documentação da EDIA, Empresa de Desenvolvimento e Infra-estruturas de Alqueva.

Valorizamos fontes académicas e não académicas, sobretudo no domínio das representações.

Todos os dados estatísticos apresentados no presente estudo, à excepção dos do Museu da Luz, cuja proveniência é do próprio Museu, são da autoria do INE, Instituto Nacional de Estatística. As bases cartográficas apresentadas nos cartogramas pertencem ao IGEOE, Instituto Geográfico do Exército. Estas bases foram trabalhadas em ambiente SIG, sistemas de informação geográfica, recorrendo ao programa ArcGis 9.3. Neste ponto do trabalho, sentimos dificuldade no acesso e trabalho de algumas bases, sobretudo as novas bases com a barragem de Alqueva e a albufeira presentes.

Dado que um dos objectivos deste trabalho era a percepção da população da Luz sobre o processo de desterritorialização/reterritorialização, efectuou-se o trabalho de campo. Este iniciou-se em 2009, sendo interrompido no ano de 2010, por motivos profissionais, e viria a ser

retomado em Abril de 2011. No total, passámos cerca de três semanas na aldeia da Luz, entre idas em Julho e Agosto que em nada se assemelham à ida nas festas em Setembro. De facto, a Luz durante as festas ganha dinamismo, ganha população, ganha vida.

As entrevistas efectuadas á população foram feitas de maneira presencial. Tentámos no texto valorizar a nossa observação das expressões e emoções demonstradas pelos entrevistados. As conversas informais foram uma fonte bastante interessante, sobretudo pelo constrangimento que causa na população falar de algo tão privado, como a mudança da aldeia, da casa, dos espaços de convívio. Valorizámos bastante a poesia popular, por expressar os sentimentos da população, através do poeta João Chilrito Farias.

As entrevistas realizadas ao presidente da Junta de Freguesia da Luz, Sr. Francisco Lopes Oliveira, ao presidente da Câmara Municipal de Mourão, Sr. José Manuel Santinha Lopes, e ao Sr. Padre Inácio Nunes Branco foram também presenciais. Para a representante da EDIA, Eng. Isabel Rodrigues e para o Dr. Francisco Moita Flores, responsável pela transladação dos corpos do cemitério da velha Luz para o cemitério da nova Luz, as entrevistas fizeram-se por correio electrónico.

Preâmbulo

“Esse sentimento de pertencer ao espaço em que se vive, de conceber o espaço como locus das práticas, onde se tem o enraizamento de uma completa trama de sociabilidade é que dá a esse espaço o carácter de território”.

(SOUZA et al, 2007: p.128).

Construindo o território, o Homem, ser eminentemente social, cria laços e vínculos, com o espaço.

De facto, todos os indivíduos se identificam com um ou mais territórios. Seja pela localização da habitação, dos terrenos que possuem, seja ainda pelos lugares por onde passa o quotidiano, os indivíduos vão criando vínculos com o território. O Homem necessita assim de criar ligações, laços e raízes com o mesmo. Por isso, o território é uma “peça” fundamental para a construção da identidade do indivíduo.

“Não há como definir o indivíduo, o grupo, a comunidade, a sociedade sem ao mesmo tempo inseri-los num determinado contexto geográfico, ‘territorial’.” (HAESBAERT, 2004: p.20).

O território é aqui entendido sob uma perspectiva de apropriação, de domínio físico, mas também numa visão onde a identificação simbólica está presente.

“Território, (...) focado numa perspectiva geográfica, intrinsecamente integradora, que vê a territorialização como um processo de domínio (político-económico) e/ou de apropriação (simbólico-cultural) do espaço pelos grupos humanos. Cada um de nós necessita, como um ‘recurso’ básico, territorializar-se” (HAESBAERT, 2004: p.17).

A identidade não é algo inerente ao Homem. Trata-se de um processo em construção permanente que se desenvolve pela comunicação com outros actores do espaço vinculados ao território, seja através do diálogo ou através do confronto de ideias e ideais. Assim, cada indivíduo tem o seu, as suas territorialidades, e o seu território simbólico que acaba por ser um espaço muito importante de referência para a construção da sua identidade. O simples facto de vivermos num determinado espaço, identifica-nos, distingue-nos e pode até condicionar-nos socialmente.

Partindo do pressuposto geral de que toda a identidade territorial é também social, definida sobretudo através do território, ou seja, dentro de uma relação de apropriação que se dá tanto no campo das ideias como no da realidade concreta, o espaço geográfico constitui assim parte fundamental dos processos de identidade social (HAESBAERT, 1999).

A relação do homem com o território que o rodeia, nem sempre, é espontânea, impulsiva. No entanto, ela contribui para a construção e/ou consolidação da geografia pessoal, seja do território funcional, de âmbito mais material e físico, seja do território simbólico, no que se refere às sensações de segurança, de pertença e de posse. Embora hajam escolhas que incidam e/ou interfiram nesta ligação do homem ao território, temos populações com maior capacidade de escolha e outras com escolhas mais restritas, estando aqui condicionadas por factores políticos, sociais e económicos.

O território pode ter diferentes dimensões: funcional e simbólica, ambas importantes na construção da identidade de cada indivíduo. A dimensão funcional engloba processos de dominação, de posse, de controlo físico, de produção de algo, enquanto que a dimensão simbólica visa processos de apropriação, de múltiplas identidades e também de dominação e de posse. A dimensão simbólica considera ainda a visão do território como um símbolo, como um abrigo, um lar, um sentimento de segurança, uma ligação afectiva e sentimental ao meio. Os territórios simbólicos caracterizam-se por serem espaços de referência para a construção de identidades. Neste âmbito surge o conceito de segurança ontológica de Giddens (1992): “é uma forma, mas uma forma muito importante de sentimentos de segurança” (GIDDENS, 1992: p.71). A segurança ontológica é útil para o sentimento de topofilia. Só nos sentimos ligados a um espaço, quando nos sentimos seguros nele.

“A segurança ontológica tem a ver com o ‘ser’, ou, nos termos da fenomenologia com o ‘estar no mundo’. Este fenómeno é mais emocional que cognitivo e encontra-se enraizado no inconsciente” (GIDDENS, 1992: p.71). De facto, este conceito remete-nos para sentimentos de segurança, protecção e de intangibilidade face a quaisquer riscos. Estes sentimentos são essenciais para a topofilia. Só criamos vínculos com o território onde nos sentimos seguros.

“O território é primeiro um valor, estabelecendo claramente uma relação forte ou mesmo espiritual com os nossos espaços de vida” (Bonnemaison e Cambrézy, 1996 cit. in HAESBAERT, 2004a: p.7).

O território é o produto de uma relação desigual de forças, envolvendo o domínio ou controlo político-económico do espaço e a sua apropriação simbólica, ora conjugados e mutuamente reforçados, ora desconectados e contraditoriamente articulados. Essas relações variam muito, por exemplo, conforme as classes sociais, os grupos culturais e as escalas geográficas que se estiver a analisar (HAESBAERT, 2005).

Rogério Haesbaert (2004) divide o espaço geográfico em três dimensões: espaço clássico contínuo (espaço com limites administrativos e políticos; espaço natural socialmente apropriado e modificado, marcado por velocidades lentas e por dinâmicas físicas clássicas), espaço fluxo descontínuo (espaço geográfico mais rápido, fluido, pontual, de fluxos, nós, redes fisicamente descontínuas fisicamente mas em conectividade) e aglomerados de exclusão (“área sombra, de territórios e territorialidades desconectadas, móveis ou imóveis, vazios espaciais de agentes desterritorializados. Estes actores, não integrados em nenhuma das duas lógicas anteriores, apresentam dificuldades de controlo da sua relação com o espaço e, ora obrigados a um movimento pouco regulado e autónomo, ora empurrados para confinamentos involuntários, acabam por constituir-se como populações frágeis e impreparadas para enfrentar o futuro” (HAESBAERT, 2004: p.313); os aglomerados de exclusão traduzem assim, a dimensão geográfica ou espacial de processos mais extremos de exclusão social porque estamos perante populações com territorialidades precárias e muito vulneráveis).

Segundo Haesbaert (2004), os aglomerados de exclusão são, uma espécie de “amontoados” humanos, instáveis, inseguros e geralmente imprevisíveis na sua dinâmica de exclusão. Assim, as principais características dos aglomerados de exclusão são: a instabilidade e/ou insegurança sócioespacial; a fragilidade das relações entre os grupos sociais e destes com o seu espaço (não só em termos de relações funcionais, mas também tendo em vista relações simbólicas) e a mobilidade sem direcção definida ou também a imobilidade sem controlo do espaço.

O território assume-se assim como um espaço de relações de poder e um palco das ligações afectivas e de identidade entre o indivíduo, o grupo social, a sociedade e o meio. Neste contexto de territorialização, que é algo inerente ao Homem, surge o conceito de topofilia, que se define como “elo afectivo entre a pessoa e o lugar ou ambiente físico. Difuso como conceito, vivido e concreto como experiência pessoal” (TUAN, 1980: p.5). Topofilia é, assim, um conceito que aborda o sentimento de emoção e de pertença a um lugar ou região de origem, de

residência, de trabalho ou de lazer. O conceito de topofilia surge com Gaston Bachelard, na sua obra “A poética do espaço” (1957), que reflecte sobre o poder de atracção dos espaços de intimidade no bem-estar do ser humano. A topofilia encontra-se expressa em alguns traços da cultura tradicional portuguesa como, por exemplo, na expressão linguística, de palavras como saudade, que remete para um elo forte com um determinado lugar, e descaracterização, que define a perda de qualidade, passando para uma situação de banalização e de desprezo pelo único e pelo que identifica lugares e regiões.

No contexto da globalização da economia, da cultura e até da sociedade, o sentido de topofilia alterou-se com a integração de modelos de vivência idênticos. Alguns costumes e tradições deixaram de ser específicos de um território, para se tornar em algo mais global. Um dos exemplos mais notáveis desta globalização é a Coca-Cola, bebida americana que hoje em dia é consumida em qualquer ponto do mundo. Mas a globalização da economia não se prende só com o facto de encontrarmos os mesmos produtos em qualquer ponto do mundo, está também relacionada com a crescente competitividade entre países e regiões. Competitividade esta que pode levar a uma maior uniformização dos produtos elaborados, contribuindo para padrões idênticos de produção, quer se tratem de países desenvolvidos ou em desenvolvimento. Thomas Friedman¹ (2010) ilustra bem esta crescente globalização da economia, relacionando custos de produção, de mão-de-obra e de transporte: “ Estava na Cidade do México, na Primavera de 2004. Coloquei a questão na mesa durante um almoço com alguns colegas jornalistas mexicanos. Um deles disse que se tinha apercebido de que estava viver num mundo novo quando começou a ler notícias na imprensa mexicana e na Internet de que algumas estatuetas da Santa Padroeira do México, a Virgem da Guadalupe, estavam a ser importadas pelo México à China, provavelmente através dos portos da Califórnia. Quando se é o México, que é conhecido por se ser um país de mão-de-obra barata na indústria transformadora, e há quem importe da China estatuetas da própria santa padroeira, porque este país consegue fazê-las e transportá-las através do Pacífico a custos mais baixos do que ficariam se fossem fabricadas no México, então alguma coisa está a acontecer. O mundo está a ficar verdadeiramente plano” (FRIEDMAN, 2010: p.365).

1- Thomas Friedman é um conhecido jornalista no jornal The New York Times, onde é comentador político e tem demonstrado grande interesse pelas problemáticas da globalização, principalmente a nível económico e das dinâmicas financeiras e das empresas. Em 1999 lança a obra O Lexus e a Oliveira, mas os acontecimentos de 11 de Setembro de 2001 vão mudar o seu pensamento. Em 2005 lança a obra O Mundo é Plano – uma história breve do século XXI, na qual faz uma reflexão profunda e integrada sobre a globalização do quotidiano. A questão que Friedman colocou aos seus colegas jornalistas recaiu sobre o que ele denomina de mundo plano, um mundo com as distâncias encurtadas, não só física, mas também economicamente, no sentido de saber as opiniões deles. O exemplo que foi dado resultou desta interacção com jornalistas mexicanos.

Friedman nesta frase defende que o mundo está a ficar plano, numa perspectiva económica, no qual o objectivo principal é o lucro. No entanto, para a Geografia, o mundo não está a ficar plano. Tratando-se antes de um mundo “rugoso”, e sem nos referirmos a uma questão geomorfológica. De facto, para a Geografia, estar no lugar A não é igual a estar em A'. A localização importa, diferencia.

A topofilia é um conceito subjectivo, aliás, é um conceito que une um indivíduo a um determinado lugar, tratando-se então de um conceito pessoal, mas que se pode tornar colectivo, na medida em que, por exemplo, os habitantes de uma cidade, embora não possuam vínculos com a localidade no seu todo, a verdade é que os seus territórios se englobam no território da cidade e é neste sentido que a topofilia pode ser encarada com um sentimento colectivo.

Tendo em conta esta problemática da intrusão da globalização da sociedade no conceito de topofilia, Roca (2006) apresenta-nos outro conceito - Terrafilia.

A terrafilia deverá ser um estado ideal de sinergias entre a topofilia e o desenvolvimento territorial, e implicará a existência de agentes de desenvolvimento, com uma atitude construtiva no sentido em que a identidade territorial deverá ser vista como um recurso para o desenvolvimento do território.

De facto, todos os territórios, sejam eles de dimensão funcional ou simbólica, estão sujeitos a riscos. E todos os indivíduos se encontram vulneráveis a quebras na topofilia, a quebras de vínculos que os unem a determinado território e quando estas situações surgem, estamos perante processos de desterritorialização, um problema de desenvolvimento dos lugares mas também um problema social, pessoal ou colectivo.

A terrafilia deverá ser então um estado ideal de sinergias entre a topofilia e o desenvolvimento territorial, e implicará a existência de agentes de desenvolvimento, com uma atitude construtiva no sentido de que a identidade territorial deverá ser vista como um recurso para o desenvolvimento do território.

I PARTE – Territorialização, Desterritorialização, Reterritorialização e Planeamento Estratégico

Capítulo 1 – Territorialização e Desterritorialização

1.1 - O Conceito de Desterritorialização – origem e definição

“ (...) A vida é um constante movimento de desterritorialização e reterritorialização, ou seja, estamos sempre passando de um território para outro, abandonando territórios, fundando novos”

(HAESBAERT, 2004: p.138).

O ser humano necessita de um território, necessita de um recurso físico, de um espaço com o qual mantenha uma relação, seja ela como fonte de rendimento, ou como sentimento de pertença e/ou segurança. O homem carece mesmo de se territorializar, de possuir um espaço, de se identificar com esse espaço. Espaço esse que vai mexer com a identidade dele próprio. No entanto, determinadas eventualidades conduzem a relação homem - território a riscos, tornando-a assim numa relação vulnerável e susceptível, pondo em causa a topofilia, o sentimento afectivo que une o homem ao seu território: “é o elo afectivo entre a pessoa e o lugar ou ambiente físico” (TUAN, 1980: p.5).

Quando existem fracturas topofílicas, isto é, quando há quebras na relação do homem com o seu território, estamos perante processos de desterritorialização.

O conceito de desterritorialização tem diferentes interpretações consoante o autor e a área académica de onde provém. Dado estarmos a elaborar um estudo de geografia, a interpretação por nós seguida será a do geógrafo brasileiro Rogério Haesbaert, porque a interpretação do conceito de desterritorialização vai ao encontro dos objectivos e das preocupações do estudo de

caso. No entanto, faremos uma breve análise a diferentes interpretações, como são o caso de Badie, (1995), Deleuze e Guattari, (s/d), Appadurai, (2004) e Friedman, (2010).

Segundo Bertrand Badie, (1995) conhecido politólogo francês, doutorado em Relações Internacionais, estamos numa era de enfraquecimento da dimensão espacial na vida social das comunidades, daí o título da sua obra “O Fim dos Territórios”.

“Todas as histórias contemporâneas contribuem para a destabilização dos territórios, simplesmente porque a cena mundial acolhe, neste final de milénio, todo um conjunto de estratégias políticas, económicas ou sociais que contradizem o princípio da territorialidade” (BADIE, 1995: p.155). Neste excerto Badie refere-se, à importância da dimensão económica neste processo, no qual, os territórios perdem identidade e os indivíduos o seu território por razões de dimensão económica. Também a deslocalização de empresas é exemplo desta desterritorialização causada por factores económicos com vista, à produtividade e rentabilidade máximas e ao lucro: “as lógicas de mobilidade sobrepõem-se às de territorialização: as empresas já não se referem, na sua estratégia, a um espaço territorial preciso, mas às posições que têm de ocupar no seio de uma rede de produção” (BADIE, 1995: p.157). Hoje em dia os territórios perdem peso para a competitividade económica entre regiões, onde a mão-de-obra, as infra-estruturas e todos os outros custos de produção sejam mais baratos, para a optimização da produção e maior obtenção de lucro. Aliado a isto “a descolagem da Índia e da China resulta, provavelmente, da vitalidade da sua diáspora e portanto da desterritorialização do seu potencial humano” (BADIE, 1995: p.173). Complementando o facto de as empresas procurarem territórios mais propícios à optimização da sua produção, junta-se a desterritorialização de populações que vão trabalhar nessas empresas. Badie defende mesmo que o próspero nível de desenvolvimento da Índia e da China está relacionado com esta desterritorialização de populações.

“A mais segura das dependências resulta hoje nesta pragnância aterritorial dos modelos: não há qualquer necessidade de estar fisicamente presente em territórios ficticiamente independentes, desde o momento em que se consiga inspirar a cultura, as instituições e o jogo económico tanto daqueles que aí vivem como daqueles que têm a ilusão de aí exercerem o seu poder. A clientelização e a importação substituem-se assim à ocupação e à colonização: a receita é menos dispendiosa; e é também menos arriscada” (BADIE, 1995: p.174). Badie defende que a identidade territorial e o que torna determinado território único, se pode alcançar e usufruir noutra território.

Outro aspecto importante que Badie refere diz respeito à perda de “imposição” dos Estados nas suas fronteiras. Vejamos dois exemplos citados na referida obra: hoje em dia qualquer tumulto ou revolta social num determinado território, é notícia no resto do mundo e muitas vezes outros países vão interferir nesse território. Na União Europeia, com a criação do espaço Schengen (1999), as fronteiras tornaram-se mais permeáveis, gerando a diminuição do poder dos Estados-Nação. Aliás, a União Europeia é rica em processos de desterritorialização. Segundo Badie, note-se o exemplo do cidadão europeu, instaurado em 1992, no Tratado de Maastricht, em que os cidadãos deixam de pertencer a determinado país, para passarem a cidadãos de um continente, cuja identidade está muito longe de ser homogénea e coesa.

“O fim dos territórios não é uma característica isolada da nossa cena internacional, e também não é um factor de desordem permanente. De facto, ele inscreve-se numa história que se revela ao longo, de todo o século XX, e que o mundo anglo-saxónico capta através do conceito de globalização, enquanto a francofonia prefere chamar-lhe mundialização” (BADIE, 1995: p.175). Neste sentido, para Badie a desterritorialização caracteriza-se essencialmente pelo fim dos Estados-Nação.

Por seu turno, Deleuze e Guattari, filósofos de origem francesa aos quais é atribuído o conceito de desterritorialização, referem no ano de 1988 que: “Construímos um conceito de que gosto muito, o de desterritorialização (...), precisamos às vezes inventar uma palavra bárbara para dar conta de uma pretensão nova. A noção com pretensão nova é que não há território sem um vector de saída do território, e não há saída de território, ou seja, desterritorialização, sem, ao mesmo tempo, um esforço para se reterritorializar em outra parte” (cit. in Haesbaert, 2004: p.99). Estes filósofos defendem que o território não tem importância para o homem: “O homem não tem um mundo, vive a vida de todo o mundo” (DELEUZE in HAESBAERT et al, s/d).

O ciberespaço hoje em dia adquiriu uma importância extrema, no qual podemos contactar uma realidade completamente distinta do espaço em que vivemos, do nosso território. Veja-se o exemplo das bolsas de valores, em que qualquer indivíduo pode interferir nestas praças tão distantes como Nova Iorque ou Tóquio.

Segundo Deleuze e Guattari o homem desterritorializa só com o acto de pensar: “(...) pensar é desterritorializar. Isto quer dizer que o pensamento só é possível na criação e para se criar algo novo, é necessário romper com o território existente, criando outro. Novos encontros são necessários. Novos encontros, novas funções, novos arranjos. A desterritorialização de

pensamento é sempre acompanhada por uma reterritorialização. Essa reterritorialização é a obra criada, é o novo conceito, é a canção pronta, o quadro finalizado” (cit. in HAESBAERT et al, s/d).

Deleuze e Guattari defendem o conceito de desterritorialização relacionado com a crescente mobilidade e circulação de fluxos, sejam de pessoas, bens ou informação. É neste ponto que difere da interpretação do conceito feita por Haesbaert. Para o geógrafo brasileiro, esta interpretação denomina-se multiterritorialidade.

De facto, Deleuze e Guattari defendem que ao processo de desterritorialização está sempre implícito e iminente o processo de reterritorialização: “A desterritorialização é o movimento pelo qual se abandona o território e a reterritorialização é o movimento de construção do território e são os dois indissociáveis” (cit. in HAESBAERT et al, s/d).

Arjun Appadurai, antropólogo indiano também reflecte sobre o conceito de desterritorialização: “A desterritorialização afecta as lealdades de grupo (especialmente no contexto de diásporas complexas), a sua manipulação transnacional da moeda e outras formas de riqueza e investimento, e as estratégias dos Estados. O desatar dos laços entre povo, riqueza e território altera profundamente a base de reprodução cultural” (APPADURAI, 2004: p.72).

A dimensão cultural da desterritorialização está intimamente ligada ao conceito de globalização e à crescente mobilidade de populações. Note-se que no quotidiano, assistimos desde culturas desterritorializadas a hibridismo cultural e até mesmo a não cultura em não lugares, lugares estes sem identidade e sem história.

Tal como Badie, também Appadurai menciona a importância actual, da dimensão económica no processo de desterritorialização: “A ideia de desterritorialização pode também aplicar-se ao dinheiro e finanças, pois quem gere dinheiro, procura para os seus investimentos os melhores mercados, independentes das fronteiras nacionais” (APPADURAI, 2004: p.73).

Appadurai além da importância dada à dimensão económica e financeira no processo de desterritorialização, focaliza-se muito nas diásporas e na sua problemática de reterritorialização: “Nunca como agora tantas pessoas parecem imaginar rotineiramente a possibilidade de elas ou os seus filhos viverem e trabalharem em lugares diferentes daquele em que nasceram: é esta a fonte do aumento da taxa de migrações a todos os níveis da vida social, nacional e global. Outros são arrastados para novos cenários, como nos recordam os campos de refugiados da Tailândia, Etiópia e Palestina. É que estas pessoas deslocam-se e têm que arrastar consigo a imaginação para novas maneiras de viver. E depois há os que se deslocam em busca de

trabalho, riqueza e oportunidades, muitas vezes porque as circunstâncias em que se encontram são intoleráveis (...) podemos falar em diásporas de esperança, diásporas de terror e diásporas de desespero. Mas em todos os casos estas diásporas trazem a força da imaginação, como memória e como desejo, para as vidas de muita gente vulgar, para mitografias diferentes das disciplinas do mito e do ritual de tipo clássico” (APPADURAI, 2004: p.17). Para Appadurai desterritorialização equivale a transnacionalidade.

Na mesma linha, Thomas Friedman, conhecido jornalista americano, que através da sua obra “O Mundo é Plano” ilustra com exemplos concretos a competitividade económica crescente entre países e regiões.

Regressando à ideia de Badie, da globalização ligada ao processo de desterritorialização, Friedman dá verdadeiros exemplos de globalização e de perda de identidade de um território: a proliferação de empresas de fast-food, que antes eram características dos Estados Unidos da América, mas que hoje podemos aceder em qualquer ponto do globo é exemplo de como a globalização e a desterritorialização estão ligadas, dado que esta proliferação enfraquece a ligação que temos com determinado território, na medida em que nos é possível aceder aos mesmos bens em qualquer lugar.

Para Friedman há determinismo tecnológico, o qual implica que a desterritorialização é o não importar, não reconhecer a importância, de estar aqui ou acolá, dado que podemos aceder à tecnologia em qualquer lugar. Este facto não corresponde, a nosso entender, ao que ocorre no quotidiano, porque este determinismo tecnológico não abarca todas as pessoas e todos os territórios.

O facto de o mundo estar a ficar “plano” provoca em Friedman sentimentos dúbios: se por um lado mostra entusiasmo, dada a colaboração sem fronteiras em trabalhos, do determinismo tecnológico, da hiper velocidade com que os diferentes indivíduos comunicam e interagem entre eles, sendo através de e-mails, ligações em rede de fibra óptica, teleconferências e software novo e dinâmico que pode contribuir para inovação e desenvolvimento dos territórios, por outro mostra temor: “não são apenas os criadores de software e os ‘malucos dos computadores’ que estão aptos a colaborar no trabalho, num mundo plano. Também há a al-Qaeda e outros grupos terroristas” (FRIEDMAN, 2010: p.17). De facto, as preocupações com a segurança nos dias de hoje são imperiosas e a verdade é que os benefícios tanto favorecem causas boas, como causas extremistas.

A dimensão económica do processo de desterritorialização é explicada pelo aumento de mobilidade das empresas e do capital. É de realçar o conceito de globalização económica, dado que uma das características fundamentais deste conceito é a destruição de barreiras (sejam de carácter físico, natural ou político, administrativo), e de fixações territoriais. A dimensão económica enfatiza ainda os fluxos, o território descontínuo, os lugares em rede, como “lugares-chave”, como estratégia para uma melhor produtividade.

Como se observa, estas visões e interpretações diferentes do conceito de desterritorialização põem o território e a ligação do mundo ao território como algo que não é importante, e realmente chegou-se a anunciar o fim da importância estratégica dos referenciais de localização e com estes, o fim da Geografia. Mas os fenómenos sociais e económicos não têm uma lógica a-espacial, pelo contrário, têm uma múltipla territorialidade, ou uma multiterritorialidade, nas palavras do geógrafo brasileiro Rogério Haesbaert. (FERNANDES, 2008).

Após a apresentação sucinta das diferentes interpretações do conceito de desterritorialização, propomo-nos seguir o conceito de Haesbaert, que seguidamente se tratará, cuja interpretação nos remete para precariedade territorial como expressão da desterritorialização.

A desterritorialização é assim definida como um processo que pode ser voluntário ou forçado, violento, de perda de território, de quebra de controlo das territorialidades pessoais ou colectivas, de fractura no acesso a territórios económicos, simbólicos, a recursos, a bens. (HAESBAERT, 2004).

“A desterritorialização é precisamente a quebra do controlo de cada indivíduo, comunidade ou empresa sobre o seu território: no caso específico das populações, essa implica uma quebra de vínculos, uma perda de território, um afastamento aos respectivos espaços de afirmação material e/ou imaterial, funcional e/ou simbólica” (FERNANDES, 2008: p.5).

O processo de desterritorialização caracteriza-se assim, por ser uma ameaça, uma fractura, uma quebra na topofilia, uma quebra do vínculo que une determinado indivíduo ao seu território.

Realmente o sentimento de posse, de pertença e de segurança do homem a determinado território é uma característica inerente ao próprio homem. Este necessita de ter um lugar com o qual se identifique, e o próprio território e as pessoas que nele habitam, a sociedade, vão

construir e condicionar a sua identidade. Com efeito, a ligação do homem ao território é fundamental, e por isso a desterritorialização é um problema social e um conceito tão importante.

Mas, ao processo de desterritorialização está implícito outro processo, o de reterritorialização.

Na realidade, da natureza humana fazem parte características como a sociabilidade e a afectividade com determinado(s) território(s). Se por qualquer causa, o vínculo que um determinado indivíduo tem com o seu território é quebrado, o Homem como ser sociável e social que é, vai procurar estabelecer vínculos e laços afectivos com outro(s) território(s). A este processo dá-se o nome de reterritorialização.

Ao processo de desterritorialização, que implica uma quebra no acesso ao espaço físico e/ou simbólico que constitui o nosso território, as nossas territorialidades, temos a contrapor o processo de reterritorialização, a “tentativa” e a necessidade do Homem, em (re)criar laços, vínculos com outro(s) território(s). Contudo, quando a reterritorialização não ocorre estamos perante um problema.

De facto, “uma das grandes problemáticas de hoje é o binómio territorialização e desterritorialização. Sabemos que o processo de globalização não apenas desterritorializa, mas também territorializa” (SANTOS, 2001: s/p.).

As questões que se poderão colocar são: será que a reterritorialização está sempre garantida? Será que ocorre em todos os casos de desterritorialização? será que o processo de reterritorialização é simples, rápido e será que ocorre sempre de uma forma completa, tornando assim os indivíduos, agentes activos no território?

Para responder a estas questões será também importante reflectir os factores que suscitam e provocam diferentes processos de desterritorialização.

1.2 – O processo de Desterritorialização – Factores

O processo de quebra de vínculo do Homem com o seu território pode ser desencadeado por vários factores, desde causas naturais a causas humanas, pode ser forçado e involuntário ou voluntário.

As crises políticas, as crises económicas e o desemprego, a guerra, os projectos de desenvolvimento sejam vias de comunicação ou barragens, a patrimonialização, os confinamentos espaciais, o envelhecimento demográfico e a doença são exemplos de causas humanas que estão na origem de processos de desterritorialização. Entre as causas naturais temos entre outros, as erupções vulcânicas, as cheias, os sismos, os incêndios florestais e os movimentos de vertente.

O processo de desterritorialização como já foi referido tem acompanhado a história da humanidade, embora não fosse utilizada esta terminologia. Tentaremos agora dar exemplos concretos de processos de desterritorialização que ocorreram pelos diferentes factores que se encontram acima mencionados, recorrendo a obras de literatura e cinematográficas, porque têm representado muito bem estes casos, e também a factos que foram notícia ou objectos de investigação.

As crises políticas podem originar a saída forçada da população, ou condicionar e limitar o acesso aos seus territórios. Um exemplo marcante, em Portugal, ocorreu aquando da Reforma Agrária, iniciada em 1975. Nesta época pós 25 de Abril de 1974 a palavra de ordem foi a ocupação dos latifúndios, nas regiões do Alentejo e do Ribatejo, sob o lema “A terra é de quem a trabalha: os fascistas comem palha”, com a criação das Unidades Colectivas de Produção (UCP). Com cobertura das forças políticas e militares foram ocupados os terrenos agrícolas e, em alguns casos, expulsos os seus proprietários, sob ameaça das próprias vidas. Como consequência houve uma fuga desta população, sobretudo para grandes cidades do litoral. No ano de 1977 já com novas forças políticas instaladas no poder, a situação alterou-se, tendo sido devolvido o património aos seus proprietários, pelo que muitos regressaram ao território de origem.

A crise económica e o desemprego formam um elo fulcral para desencadear um processo de desterritorialização. Sem dúvida que quando a população se encontra em situação de desemprego vai optar por partir dos seus territórios e deslocar-se em busca de oportunidades de

emprego e melhores condições de vida. O processo de desterritorialização causado pela crise económica e pelo desemprego está bem retratado na obra “As vinhas da ira” (STEINBECK, 1939), dado que vai conjugar estes dois factores com os factores naturais. Na década de (19)30, as planícies dos Estados do Texas e do Oklahoma foram fustigadas por ciclones que provocaram um desastre ecológico sem precedentes, agravando os efeitos da Grande Depressão (1929). Estas tempestades deixaram cerca de meio milhão de norte-americanos sem casa, provocando o seu êxodo para Oeste, em direcção ao Estado da Califórnia, em busca de trabalho e melhores condições de vida. Já na Califórnia, numa tentativa de se reterritorializarem tentam participar na sociedade, escolhendo líderes para os representar. Nesta obra é representado não só o processo de desterritorialização em si mas também a esforço de afeiçoamento de adaptação a um novo território, ou seja, é retratada a tentativa de reterritorialização.

Em relação ao factor guerra torna-se óbvia a necessidade das populações saírem dos seus territórios quando estas ameaçam a sua própria vida. A obra “Os Retornados” (MAGALHÃES, 2008) é um bom retrato das consequências da guerra colonial. A obra remonta a Outubro de 1975, em plena época de descolonização portuguesa e caracteriza, a por muitos apelidados como a maior ponte aérea de que há memória em Portugal (entre 1974 e 1975). Em Angola, a luta pelo poder dos movimentos independentistas espalhou o terror, o medo e a morte por um país outrora considerado como a jóia do império português. Naquele cenário de violência a única solução era abandonar tudo, seja empregos, casas, terra. O livro retrata a visão de uma hospedeira de bordo de um desses voos que observa as pessoas que foram obrigadas a sair dos seus territórios rumo a um território que não era o seu.

Os projectos de desenvolvimento, sejam vias de comunicação ou, como se verá mais tarde, a construção de barragens, podem originar processos de desterritorialização. Em relação à construção de uma via de comunicação e à forma como pode impulsionar o processo de desterritorialização, vejamos o exemplo do novo traçado do Itinerário Complementar 2 (IC2) em Coimbra, mais particularmente a sua passagem pela Mata Nacional do Choupal, por muitos considerado o pulmão da cidade que gerou, e continua a gerar, uma grande controvérsia. A Mata Nacional do Choupal é um espaço localizado nas freguesias de Santa Cruz e São Martinho do Bispo, concelho de Coimbra, com uma área de cerca de 79 ha. O novo traçado do IC2 visa a construção de um viaduto que passará pela Mata Nacional do Choupal e o estudo de impacto ambiental prevê uma utilização média de 100 000 veículos por dia. Com o novo traçado prevê-se

o abatimento de cerca de 4 ha de árvores, cerca de 5% da área total. Ora, para fazer frente a esta ameaça, um grupo de indivíduos criou a plataforma do Choupal, sob o lema “Queremos a Mata Nacional do Choupal intacta”. Este grupo já levou a cabo inúmeras iniciativas para mostrar o seu desagrado às entidades competentes, nomeadamente no dia 15 de Fevereiro de 2009 com a formação de um cordão humano em volta da Mata Nacional do Choupal. Neste caso parece-nos apropriado referir que o processo de desterritorialização pode-se caracterizar por ser colectivo, dado que irá influenciar um conjunto de indivíduos que utiliza a Mata Nacional do Choupal e a própria cidade, dado o Choupal ser o principal espaço verde, e também denominado por “pulmão” da cidade de Coimbra.

Em relação ao factor patrimonialização, temos o exemplo de muitos proprietários de terrenos que foram abrangidos por reservas ou parques naturais. Em Portugal há os casos do Parque Nacional de Peneda-Gerês e do Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros, em que o acesso e utilização de determinados terrenos aos proprietários foi condicionado, ou mesmo vedado. No entanto, temos um exemplo bem mais elucidativo, que se passou com a criação da Reserva Nacional Masai Mara, situada no Sudoeste do Quênia. Com a criação da Reserva Nacional Masai Mara, os Masai foram expropriados de uma parte dos seus terrenos para a Reserva. As terras que antes serviam de pastagem para os animais da comunidade, tornaram-se num espaço protegido da vida selvagem. Outro dos aspectos que importa salientar é a diferença cultural, tão abrupta e fisicamente tão próxima, do povo e das entidades do parque selvagem, visto que para os Masai Mara caçar e matar um leão é símbolo de masculinidade, e, por outro lado, as autoridades primam por preservar e defender a vida selvagem. O leão é assim percebido como um símbolo para o povo, e para as autoridades como um animal selvagem que se deve defender e proteger.

A desterritorialização caracteriza-se pela quebra topofílica, que pode acontecer por duas ópticas: ou por perda de território ou também por confinamento espacial. Assim, os confinamentos espaciais limitam e condicionam as territorialidades de cada indivíduo. O melhor exemplo para este factor é sem dúvida o que ocorreu na II Guerra Mundial, com o surgimento dos guetos, em que os judeus estavam confinados a permanecerem em determinado espaço. Esta realidade encontra-se representada no filme “O Pianista” de Roman Polanski (2002), que retrata a autobiografia de Wladyslaw Szpilman. Em 1939, o pianista assiste à invasão alemã da Polónia, ao início da Segunda Guerra Mundial e às restrições impostas aos judeus pelos nazis. O filme retrata o aparecimento do gueto de Varsóvia, os muros que os alemães construíram para

separar os judeus, e ainda a captura e envio da família da personagem principal para os campos de concentração. “No caso do gueto de Varsóvia, milhares de pessoas eram deslocadas de seus lares para viver numa mesma área da cidade, cada vez mais exígua e sob condições sanitárias cada vez mais deploráveis (desterritorializadas na medida em que perdiam o controle sobre suas vidas ao perderem o controlo sobre seu espaço de reprodução)” (HAESBAERT, 2004: p.259). Também a obra “Desenraizados” de Remarque (1960) traduz o drama das populações, fugidas ou expulsas da Alemanha nazi, quase todos judeus, deambulando de país para país, de prisão em prisão, atravessando clandestinamente fronteiras, lutando por trabalho e pela simples sobrevivência. Esta obra é muito interessante, visto que o próprio autor Erich Maria Remarque foi banido pelos nazis por ser descendente de judeus franceses. Os seus livros chegaram a ser atirados para uma fogueira e o autor foi exilado em 1933 sob acusação de fazer propaganda contra o nacionalismo alemão. Remarque não só retrata o processo de desterritorialização no livro, como o próprio autor foi vítima desse processo.

O envelhecimento demográfico é uma característica intrínseca dos países desenvolvidos. Sem dúvida que diversos factores contribuíram e contribuem para este fenómeno, desde o avanço da medicina à melhoria das condições gerais de habitação e sanitárias, entre outras. No entanto, e com o avançar da idade, os indivíduos ficam limitados, ficam condicionados, na sua maioria por doença. A figura 1, “A Mulher Doente” por Edvard Munch retrata uma mulher doente e condicionada nos seus movimentos e limitada no espaço.



Figura 1 – “A Mulher Doente” por Edvard Munch.
Fonte: www.artcyclopedia.com.

Esta imagem remete-nos para a limitação dos movimentos, visto que a “mulher doente” encontra-se numa cama, restrita àquele espaço, provocando o sofrimento não só da pessoa, mas também de quem a rodeia.

O retrato transmite ainda a ideia de alguém que outrora foi um elemento activo na sociedade, que possuía os seus territórios e era um agente do mesmo, e que hoje em dia e dado o envelhecimento e as conseqüentes doenças está limitado a um espaço, e o acesso aos que eram os seus territórios fica fortemente condicionado. Há assim, um “encolhimento espacial” resultante da perda de movimentos.

Por sua vez, os factores de desterritorialização de causa natural podem ser: erupções vulcânicas, cheias, sismos, incêndios florestais e movimentos de vertente.

Em relação às erupções vulcânicas temos os exemplos das ilhas de Tristão da Cunha e do Fogo. A ilha de Tristão da Cunha, sob soberania do Reino Unido, situada no arquipélago com o mesmo nome, no Atlântico Sul, onde apenas essa ilha é habitada, assistiu no Verão e Outono de 1961 a erupções vulcânicas que ditaram a saída de todos os habitantes da ilha. Só em 1963 é que a ilha voltou a ser habitada. Em relação à ilha do Fogo, no arquipélago de Cabo Verde, a erupção vulcânica iniciou-se em 2 de Abril de 1995, e assim que começou grande parte da população da parte leste da ilha foi evacuada para os núcleos urbanos situados a este. Das conseqüências materiais da erupção salienta-se o desaparecimento de uma aldeia, Curral de Asno, e a destruição parcial de duas outras, Cova Matinho e Estância Roque. O desaparecimento de áreas agrícolas bem como a destruição de infra-estruturas e equipamentos e isolamento dos núcleos mais importantes também são conseqüências da erupção. Salienta-se que em Julho do mesmo ano poucas pessoas tinham regressado, por um lado pelo conhecimento mais efectivo do risco vulcânico da ilha e por outro, pelo facto de aquela área ter ficado com graves deficiências a nível de infra-estruturas e equipamentos.

Quanto ao factor cheias temos o exemplo marcante de Nova Orleans, Estados Unidos da América. Em 29 de Agosto de 2005, com a passagem do furacão Katrina em Nova Orleans, a cidade ficou transformada num caos. Assim que se declarou o estado de alerta máximo, pois o furacão foi categorizado com o nível de risco 5, da escala de furacões de Saffir-Simpson, a mais destrutiva e mais perigosa, a população foi obrigada a sair da cidade, provocando o caos na fuga. Cerca de 40% da cidade ficou alagada com a passagem do furacão. Porém, no dia seguinte à passagem da tempestade, dois dos principais diques que circundavam Nova Orleans cederam devido à quantidade excessiva de água, dando origem a que 89% da cidade ficasse

alagada. Este desastre natural obrigou à deslocação de um milhão de indivíduos. Passado um ano da tempestade, apenas metade da população tinha regressado a Nova Orleans, e passado cinco anos a cidade perdeu cerca de 100 mil habitantes.

Também no Paquistão, em Agosto de 2010 registaram-se chuvas intensas, resultantes das Monções, provocando cerca de 1600 mortos, mais de 280 mil casas destruídas, provocando cerca de 6 milhões de desalojados. A figura 2 demonstra o pânico, a angústia e o desespero das populações paquistanesas para conseguirem sair do país.



Figura 2 – Fuga das populações do Paquistão, em busca de salvação, depois do episódio de cheias ocorridas no país, Agosto de 2010.

Fonte: www.publico.pt, consultado em Agosto de 2010.

Os sismos são também um factor importante que desencadeia processos de desterritorialização, senão vejamos o exemplo do sismo ocorrido no Haiti, em 12 de Janeiro de 2010, com cerca de 7 graus na escala de Richter. Este sismo afectou sobretudo a capital do país, Port-au-Prince. O terramoto provocou a destruição de 188 mil casas, cerca de 4000 escolas e 22% de todas as infra-estruturas de saúde. Passados seis meses da catástrofe, as

autoridades contabilizaram que um quarto do país continua a viver em acampamentos improvisados.

Em relação aos incêndios florestais temos os exemplos dos ocorridos na Grécia e na Rússia.

No dia 22 de Agosto de 2009 os incêndios florestais que se abateram sobre a Grécia, sobretudo na região de Ática, a 50km de Atenas, provocaram a deslocação de 3500 pessoas, como é visível na figura 3.

Na Rússia, os incêndios florestais até ao dia 31 de Julho de 2010 já tinham consumido uma área de cerca de 750 mil ha, provocado 15 mil vítimas mortais e mais de 30 mil casas destruídas.



Figura 3 – Incêndios na Grécia, Agosto de 2009.
Fonte: www.expresso.pt, consultado em Agosto de 2009.

Os movimentos de vertente podem também estar na origem de processos de desterritorialização. Veja-se o exemplo da derrocada ocorrida na China em Agosto de 2010. Este fenómeno natural causou a submersão de três aldeias, cerca de 700 mortos, mais de 1000 desaparecidos e milhares de desalojados

Também na ilha da Madeira, afectando sobretudo a cidade do Funchal, a 20 de Fevereiro de 2010 um movimento de vertente fez com que a cidade do Funchal e sobretudo a sua Baixa fossem irrompidas por pedras e lamas, como se pode observar nas figuras 4 e 5. O temporal provocou 42 mortos e 6 desaparecidos. Destruiu 60 casas e desalojou cerca de 200 pessoas.



Figura 4- Movimento de vertente na ilha da Madeira, Fevereiro, 2010.

Fonte: www.publico.pt, consultado em Agosto de 2010.



Figura 5- Consequências do movimento de vertente no Funchal, Fevereiro, 2010.

Fonte: www.publico.pt, consultado em Agosto de 2010.

As diversas causas que podem conduzir a processos de desterritorialização deixam antever que em alguns casos impõe-se uma deslocação do indivíduo e noutros não. Fazendo assim a distinção entre processos de desterritorialização in situ e desterritorialização ex situ (HAESBAERT, 2004).

A desterritorialização in situ ocorre sem alteração dos referenciais de localização do indivíduo, este não abandona a sua habitação, o seu território, mas deixa de ter acesso aos seus espaços, aos seus territórios.

Por outro lado, a desterritorialização ex situ implica a deslocação do indivíduo que sofreu um processo de desterritorialização. A desterritorialização ex situ é um dos maiores problemas de desenvolvimento da actualidade e um dos mais importantes factores de vulnerabilidade social e criação da pobreza. Os factores de desterritorialização acima descritos, sejam a crise política, a guerra, a construção de projectos de desenvolvimento, e as catástrofes ambientais, irão levar, certamente a processos de desterritorialização ex situ. Estes indivíduos desterritorializados (se não se reterritorializarem) formarão, segundo Haesbaert (2004) aglomerados móveis de exclusão, que hoje em dia são um dos desafios mais problemáticos do combate à pobreza e da execução dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio.

A desterritorialização ex situ obriga, como já se referiu a uma deslocação, a uma saída do território. Esta deslocação pode ter contornos dramáticos em áreas menos desenvolvidas, provocando dificuldades de resiliência, de adaptação a novos lugares. Como já foi referido ao processo de desterritorialização está relacionado o processo de reterritorialização e é nesta fase que se iniciam muitos problemas sociais característicos dos dias de hoje, como sejam a urbanização desenfreada e desordenada, a criação de bairros de lata, e situações de pobreza extrema, entre outras. A desterritorialização ex situ em países com níveis de desenvolvimento baixo agudiza ainda mais os problemas sociais, dado que estamos perante populações vulneráveis e com baixa resiliência, baixo poder para se adaptar a novas circunstâncias, que poderá ser a integração em novos territórios. Assim, a pobreza será tanto maior quanto mais baixo for o desenvolvimento médio das regiões e respectiva resiliência, o que leva a um aumento da vulnerabilidade social dessas regiões. Isto vem provar que o mundo não é plano, que a complexidade do processo desterritorialização – reterritorialização é diferente consoante o local onde ocorre.

No entanto, além da distinção entre desterritorialização in situ e ex situ, podemos caracterizar a desterritorialização por outros parâmetros, como sejam, a desterritorialização total ou parcial, a desterritorialização permanente ou temporária, a desterritorialização individual ou colectiva e a desterritorialização forçada ou voluntária.

Assim, a distinção entre desterritorialização total e a parcial prende-se com a perda de vínculo total ou parcial do território. Exemplificando, um processo de desterritorialização causado pela construção de uma barragem, no qual há submersão de territórios é um processo total, dado que há perda de grande parte dos vínculos que unem o homem ao seu território, dada a submersão deste, mas se se tratar de um processo causado por exemplo pelo desemprego e

pela quebra do nível de vida, estamos a referir-nos a processos de desterritorialização parcial, dado que deixamos de poder aceder a determinados territórios (como sejam um restaurante ou uma loja de roupa), mas os restantes territórios continuam acessíveis.

Em relação à desterritorialização permanente ou temporária, podemos exemplificar, mais uma vez com o processo de desterritorialização causado pela construção de uma barragem, dado que é algo imutável: “a construção de barragens é um dos mais importantes meios de artificialização rápida e, na escala temporal da vida humana, irreversível, da superfície terrestre” (FERNANDES, 2008: p.6), e como desterritorialização temporária, por exemplo, as crises políticas, como atrás foi mencionado, as pessoas deixaram de ter acesso aos seus territórios durante certo período de tempo. Desta distinção de desterritorialização é possível observar a capacidade de desenvolvimento dos lugares, sobretudo nos processos de desterritorialização permanente e na intervenção do planeamento estratégico no processo de reterritorialização: “Quando não devidamente acompanhados por medidas concretas de realojamento ou quando estas não passam de meros paliativos, a desterritorialização destas populações conduz com frequência à sua posterior realocação em áreas urbanas (...) aqui se fixam (...) aglomerados moveis de exclusão, que procuram nos espaços urbanos uma difícil oportunidade de reterritorialização, isto é, um processo de atenuação da desterritorialização que para ali as conduziu” (FERNANDES, 2008: p.10).

Os processos de desterritorialização caracterizam-se por ser individuais ou colectivos. Para o primeiro caso veja-se o exemplo da doença ou do envelhecimento demográfico, em que determinado indivíduo fica impossibilitado de aceder aos seus territórios e por outro lado, como exemplo de processos de desterritorialização colectivo, temos os casos de submersão de territórios por ocasião da construção de projectos de desenvolvimento, como as barragens, dado que quando ocorrem afectam na sua maioria, sociedades locais.

Tendo em conta a desterritorialização forçada ou voluntária, exemplificamos com o processo desencadeado pela construção de grandes infra-estruturas como é o caso das barragens, dado que é uma desterritorialização forçada. Não foi por vontade da população que determinada barragem vai ser construída num lugar e por isso submergir o território. Nestes casos as populações são mesmo forçadas, ‘obrigadas’ a deslocar-se do território. Por outro lado, temos a desterritorialização voluntária, que retrata casos, por exemplo de busca de melhores condições de vida, de melhores empregos e isso vai levar a que as populações se desloquem do seu território para outro.

Podemos verificar por estas distinções que os processos de desterritorialização causados pela construção de barragens, caracterizam-se por ser ex situ, totais, permanentes, colectivos, e forçados, embora cada indivíduo tenha uma interpretação diferente do território e os sentimentos de quebra de vínculo sejam também eles distintos.

1.3– O processo de Desterritorialização e a construção de Barragens

A execução de projectos de desenvolvimento, como barragens pode ser um factor desencadeante de processos de desterritorialização.

Uma barragem pode ser definida como uma barreira artificial, feita sob cursos de água para a retenção e concentração de grandes quantidades de água. A sua utilização tem fundamentalmente, os seguintes objectivos: abastecimento de água a núcleos residenciais, irrigação de campos agrícolas, produção de energia hidroeléctrica, defesa contra cheias, regularização dos regimes dos rios e por fim, aproveitamento para a prática da piscicultura, navegação e turismo e lazer. Estas funções variam consoante os casos.

“Dams have two main functions. The first is to store water to compensate for fluctuations in river flow or in demand for water and energy. The second is to raise the level of the water upstream to enable water to be diverted into a canal or to increase ‘hydraulic head’ – the difference in height between the surface of a reservoir and the river downstream” (MC CULLY, 2001: p. 11).

A construção de uma barragem é uma mudança brusca e irreversível no espaço, podendo mesmo ser apelidada como factor de mutação do território. As mudanças ocorrem não só a nível físico, como sejam as alterações no clima, mas também a nível humano, seja por deslocação de pessoas ou pela submersão de terrenos agrícolas.

A construção de barragens é um dos mais importantes meios de artificialização rápida e na escala temporal da vida humana, irreversível, da superfície terrestre. Provocando mudanças radicais no ambiente, as barragens, sobretudo as de grande dimensão, submergem vales, alteram regimes climáticos, inundam terrenos agrícolas e florestais e, podem, como ocorre em muitos casos, submergir núcleos de povoamento com consequências directas na desterritorialização de comunidades autóctones, que deste modo, se vêem forçadas a abandonar os respectivos territórios pessoais (FERNANDES, 2008).

Os processos de desterritorialização causados pela construção de barragens podem caracterizar-se por serem processos rápidos (exemplos de Vilarinho da Furna e Foz do Dão, analisados no ponto 3.3 da presente parte) e nem sempre acompanhados por técnicos

especializados capazes de auxiliar nos diferentes processos de reterritorialização. Saliente-se ainda o processo de desterritorialização causado pela construção da barragem de Alqueva, que submergiu a Aldeia da Luz, tema central deste estudo, que se caracterizou por ser um processo bastante mais lento do que os exemplos acima mencionados. Os processos caracterizam-se ainda por serem mais ou menos negociados. Os casos de Vilarinho da Furna e Foz do Dão foram muito menos negociados que a aldeia da Luz, como se verá no presente estudo.

Os processos de desterritorialização provocados pela construção de barragens, conduzem, em alguns casos, à posterior localização dos indivíduos em meios urbanos, fixando-se assim, nas cidades aumentando, segundo Haesbaert (2004), os aglomerados móveis de exclusão. Estes aglomerados provocam processos desequilibrados de urbanização, fazendo aumentar as cidades de maneira não ordenada e desenfreada, como acontece em muitas metrópoles gigantes do globo. De facto, “depois da oposição campo-cidade do século XIX e a oposição do centro-periferia do século XX, assistiremos dentro em breve, se não nos prevenirmos, à oposição entre aqueles que contam com um domicílio e um emprego permanentes e os que vivem à deriva, à procura de uma subsistência precária e de um alojamento provisório” (Virilio, 1994: p.6 cit. in HAESBAERT, 2004: p.311).

A desterritorialização provocada pela construção de barragens é assim, uma perda de territórios para uns, em benefício de outros. Aliás é este o discurso político que é proferido às populações, o mal deles ou a perda deles, em troca de benefícios de toda a nação.

Segundo Oliveira et al (2007), as populações atingidas pela construção de barragens são um alvo fácil do discurso de desenvolvimento, podendo em muitos casos intensificar a suburbanização dos grandes centros urbanos.

Também Cunha et al (2008), reflectem sobre os processos de desterritorialização causados pela construção de barragens: “as famílias desterritorializadas na floresta, migram para as cidades, sem casa, sem estudos e com poucas ou nenhuma condições de sobrevivência, estas perdem a dignidade humana e transformam-se num problema social” (CUNHA et al, 2008: p.11).

De facto, o modelo de desenvolvimento presente na construção de grandes projectos de desenvolvimento como é o caso das barragens alterou-se e se até determinado período se tratava de um modelo difusionista, procurando obter o desenvolvimento através de um único ponto, da barragem, hoje em dia, já se assiste a um modelo de desenvolvimento de base mais territorialista, que se caracteriza por ser um “processo baseado no aproveitamento dos recursos

locais e numa perspectiva de maior voluntarismo e de envolvimento das entidades locais no aproveitamento desses recursos” (FONSECA et al, s/d: p.46).

É visível o interesse de geógrafos brasileiros nesta problemática de processos de desterritorialização provocados pela construção de barragens. No Brasil estas deslocções têm grande importância, como se pode observar mais adiante, com o Movimento dos Atingidos pelas Barragens.

Também esta problemática da construção de barragens e posterior desterritorialização das populações tem suscitado o interesse de muitos escritores e realizadores cinematográficos.

A nível da literatura veja-se o caso de “O Pronúncio das Águas” de Faria (2000), que relata os mistérios, mitos e segredos de uma aldeia alentejana, Rio de Anjo, que vai ser submersa em consequência da construção de uma barragem. Por detrás de um romance e da descrição de acontecimentos que marcaram a aldeia, os cinco narradores da história vão relatando as suas impressões em relação ao abandono das suas casas e à submersão total da aldeia. Outro exemplo de obras de literatura a relatar processos de desterritorialização provocados por construção de barragens é “O Engenheiro Inglês” de EDRIC (2007). A narrativa desenvolve-se em Forge Valley, um local perturbado pela construção de uma barragem. Para supervisionar a submersão da aldeia e de vales é lá colocado Charles Weightman, um engenheiro, e vão ser relatadas as suas impressões acerca da mutação na paisagem que está prestes a acontecer. Os habitantes locais interpelam Charles e o engenheiro começa a pôr em causa até os motivos para que a construção da barragem tenha aquela localização específica. Com a chegada do Inverno e das chuvas intensas, o nível das águas começa a subir e a submergir vales e partes da povoação, cenário este que nem os habitantes, nem o próprio engenheiro conseguem evitar.

Gago (2010) vai enfatizar a fuga das populações da Guerra Civil de Espanha até à aldeia de Vilarinho da Furna, que hoje se encontra submersa. É uma história que narra a perda de referências, seja pela guerra, seja pela submersão do território que o acolheu. Grande parte da história passa-se junto ao Rio Homem e o autor teve a preocupação de envolver na narrativa visões de outros autores, como Miguel Torga e Jorge Dias.

Dentro das obras cinematográficas destaca-se “Still Life – Natureza Morta” de Jia Zhang-Ke (2007). O filme retrata o “desaparecimento” de uma cidade na China, Fengjie, nas margens do rio Yang-Tze, prestes a ser submersa em consequência da construção da Barragem das Três Gargantas. A obra representa como pano de fundo a China contemporânea e por detrás de um romance, a obra ilustra a destruição da cidade de Fengjie e a sua posterior submersão. Segundo

Allin (2004: p.29) cit. in FERNANDES (2008b) “water from the Three Gorges Dam will inundate 4000 villages, 140 towns, 13 cities and 1000000 acres of farmland, displacing people from not only their homes, but their jobs, culture and way of life. Some of the villages and towns to be flooded are thousands of years old”.

“Independente das consequências positivas, ao nível da produção energética ou da disponibilidade de água para irrigação e outros consumos, em lugares onde esta é carente e também em épocas do ano onde essa água escasseia, as deslocações de comunidades humanas constituem um dos mais importantes efeitos negativos dessa alteração brusca do ambiente” (FERNANDES, 2008: p.7).

De facto, os processos de desterritorialização decorrentes da construção de barragens são um factor negativo destes empreendimentos, levando a que algumas populações reivindiquem o seu afecto ao território através da criação de movimentos sociais.

1.3.1– Exemplos de Movimentos Sociais criados após processos de Desterritorialização causados pela construção de Barragens

Os processos de desterritorialização causados por construção de barragens, surgem quando se tratam de grandes barragens. De acordo com as estimativas da Comissão Internacional sobre Grandes Represas (ICOLD), na actualidade os rios do mundo estão obstruídos por mais de quarenta e cinco mil barragens, das quais apenas cinco mil foram construídas antes de 1950 (SILVA, 2007).

“The decade since the mid-1980s has seen the emergence of an international movement against current dam-building practices. The movement comprises thousands of environmental, human rights and social activist groups on all the world's inhabited continents. It coalesced from a multitude of local, regional and national anti-dam campaigns and a smaller number of support groups working at an international level (MC CULLY, 2001: p.281).

Há ainda a referir o facto de a maioria destas grandes barragens estarem localizadas em países com baixo grau de desenvolvimento. E é nestes países que se encontram as populações

mais vulneráveis e menos resilientes à mudança. Assim, foi no Brasil, que se instituiu uma luta nacional contra a construção de barragens – o Movimento de Atingidos pelas Barragens (figura 6).

O Movimento de Atingidos pelas Barragens (MAB) foi criado para se organizar na luta contra o processo de construção de barragens. O MAB surgiu a partir da organização do Primeiro Congresso de Atingidos por Barragens, que se realizou em Brasília, em Março de 1991 e instituiu o MAB como um movimento nacional popular e autónomo de luta contra a construção das barragens, em defesa dos direitos das populações atingidas. Este evento finalizou-se no dia 14 de Março e foi acordado que esta data passaria a ser o Dia Nacional de Luta contra as Barragens e celebrado em todo o país.



Figura 6 – Cartaz de protesto do Movimento dos Atingidos pelas Barragens, Brasil.

Fonte: www.mabnacional.org.br, consultado em Agosto de 2010.

Os objectivos principais do MAB são organizar todas as populações atingidas e as que foram expropriadas e criar uma organização única de carácter nacional.

Outro exemplo de movimentos sociais criados com base em processos de desterritorialização originados pela construção de barragens é o Movimento Mexicano de Pueblos Afectados por las Represas y en Defensa de los Rios (MAPDER), no México. Este país

da América Central possui mais de quinhentas e setenta e cinco grandes barragens, o que levou a que se despoletassem processos de desterritorialização. Com a construção de uma grande barragem no Estado de Oaxaca mais de vinte e cinco mil Mazatecas foram desterritorializados, sendo que não receberam nem indemnizações, nem compensações pelos seus territórios perdidos. Assim surgiu o MAPDER, que pretende defender os rios, a água, a terra e as populações atingidas pela construção de barragens (Figura 7). O MAPDER luta em defesa dos direitos das comunidades afectadas e também por comunidades que serão atingidas no futuro.



Figura 7 – Exemplo de formas de protesto contra a construção de barragens, no México.

Fonte: www.mapder.es, consultado em Agosto de 2010.

De facto é na América Central e do Sul que a luta pelos efeitos das grandes barragens tem maior visibilidade e maior movimentação, porque o meio rural tem ainda elevadas densidades populacionais. Assim, se instituiu a REDLAR – Red Latinoamericana contra represas y por los rios, sus comunidades y el agua, que se caracteriza por ser um conjunto de organizações que se encontram vinculadas à instituição.

Unindo os países ibéricos, a FNCA (Fundação Nova Cultura da Água), nasceu como resultado dos Congressos Ibéricos de Gestão e Planeamento da Água, que se realizam desde

1998. Os objectivos da FNCA são essencialmente científicos, tais como: fomento de iniciativas de I&D, educação, cooperação para o desenvolvimento e defesa do meio ambiente. O FNCA conta com a participação de mais de setenta universidades portuguesas e espanholas e preocupa-se com a utilização dos recursos hídricos, tendo sempre presente a sustentabilidade.

Ao contrário dos movimentos já antes caracterizados, o FNCA representa uma série de estudos académicos sobre a problemática da construção de barragens, optando por uma vertente mais pacifista, de forma a “tocar consciências”.

De âmbito ibérico surge-nos a COAGRET (Coordenadora de Afectados pelas Grandes Barragens e Transvases), que surgiu em Portugal em Junho de 2007. No nosso país a COAGRET, trabalha em diferentes campanhas de informação sobre gestão dos recursos hídricos e da água, e realiza também acções contra a construção de obras hidráulicas.

Esta instituição tem-se interessado bastante pela não construção da Barragem do Tua e pela preservação da linha ferroviária do Tua que, nos dias de hoje, apenas faz a ligação entre as estações do Tua e Mirandela. Por se tratar de uma região ‘deprimida’ demográfica, social e economicamente, é opinião da COAGRET que com a construção desta barragem e posterior submersão da linha ferroviária, a região ficará ainda mais “isolada” e “deprimida” no contexto nacional.

É neste âmbito que se enquadra o documentário “Pare, escute, olhe” de Jorge Pelicano (2009) que retrata uma região do país que embora seja alvo de grandes promessas políticas, a realidade é bem distinta, com todas as condicionantes e características do país (Figura 8).



Figura 8- Genérico do documentário “Pare, Escute, Olhe” de Pelicano (2009), alusivo à construção da Barragem do Tua e posterior submersão da linha ferroviária do Tua.

Fonte: www.pareescuteolhe.com, consultado em Maio de 2011.

Ainda em Portugal, um dos movimentos sociais criado após um processo de desterritorialização provocado pela construção de barragem tem uma finalidade diferente. Com a submersão da aldeia de Vilarinho da Furna, concelho de Terras de Bouro, causada pela construção da barragem de Vilarinho da Furna, os antigos habitantes propuseram-se à criação de uma organização AFURNA – Associação dos Antigos Habitantes de Vilarinho da Furna. Os objectivos fundamentais da AFURNA são a conservação e valorização do património de Vilarinho da Furna, através do desenvolvimento de acções na área da cultura, ambiente, silvicultura e turismo. Com isto pretende-se que o espírito da aldeia, bem como as pessoas que nela habitavam não caiam no esquecimento.

Capítulo 2 – A importância da Desterritorialização na afirmação estratégica dos lugares

2.1- Reflexão em torno do conceito de Planeamento Estratégico

“A elaboração de planos estratégicos corresponde a um processo “vivo”, de interacção entre realidades técnicas e vontades políticas que importa contabilizar no decorrer da sua realização”

(BABO et al, 1997: s/p.).

Os processos de desterritorialização afectam principalmente as pessoas, mas também os lugares a diferentes escalas. Esses lugares vão necessitar de planificação estratégica, na qual todos os actores têm de estar vinculados ao território, estimulando a participação de pessoas mais vulneráveis e menos resilientes, ou seja de indivíduos não territorializados.

O planeamento estratégico surge como uma resposta às tendências e às dinâmicas territoriais, e distingue-se do planeamento “tradicional” porque é global e integrado, é prospectivo e participativo e é flexível. Por outro lado, o planeamento convencional caracteriza-se por ser sectorial, tecnocrático e rígido. Também os objectivos a e escala que trabalham são diferentes.

O planeamento estratégico vem trazer uma nova dimensão ao planeamento que era feito até então, em determinado território. O planeamento tradicional preocupava-se com o uso do solo, pois foi resultado do crescimento urbano do pós guerra, tendo alguns constrangimentos em conciliar os diferentes actores, com as suas diferentes estratégias que, no território, actuam como factores decisivos para a resposta à mudança e posterior desenvolvimento.

“O planeamento estratégico define um grande objectivo, um desígnio, os caminhos e os meios para o atingir, enquanto o planeamento urbanístico projecta (desenha) objectivos sobre o espaço (carta)” (FERREIRA, 2005: p.124).

Segundo Nunes (1999), no processo de planeamento estratégico prevê-se um diagnóstico multi-sectorial integrado que procede a uma avaliação dos principais problemas que afectam o território e as suas causas. Baseia-se também numa prospecção dos principais talentos locais,

susceptíveis de serem mobilizados numa “visão estratégica de longo alcance” que pressupõe a resolução dos problemas robustecendo a base económica local e promovendo, de igual modo, o reforço da identidade e da coesão social.

Desta definição do conceito de planeamento estratégico há duas ideias essenciais a reter: o diagnóstico do território abarcando os diferentes sectores, tentando solucionar os problemas, e o facto de ter carácter prospectivo, em que o planeamento estratégico tem em vista o futuro, com uma característica única, o plano nunca está acabado, perante situações que não estariam previstas, os meios de acção e até os próprios objectivos do plano podem mudar.

“O planeamento estratégico pode ser visto como o plano-processo, dado que está em permanente avaliação das mudanças para que sejam formuladas as melhores estratégias de desenvolvimento tornando assim a cidade num meio inovador” (FONSECA, 2006).

O planeamento estratégico pode ser visto como uma metáfora ao planeamento das empresas. Senão vejamos: “tal como uma empresa também as cidades e as regiões têm as suas identidades próprias (aquilo a que se designa de “vantagens competitivas” em analogia aos produtos e serviços de uma empresa), que devem ser descobertas e aprimoradas de modo a tornarem-se favoráveis à retenção e desenvolvimento de “oportunidades específicas” (em analogia aos clientes e utentes dos produtos e serviços de uma empresa) ” (NUNES, 1999). Analisando esta metáfora, de facto, os territórios têm de tirar partido do que os torna únicos e usar isso como uma vantagem relativamente aos restantes lugares, com o objectivo de atrair populações, empresas, investimentos ou capital.

Para o planeamento estratégico, o território é visto como uma estrutura que produz bens e serviços e que é obrigado a competir, para se modernizar e desenvolver com outros territórios. Assim, “o planeamento estratégico torna-se num processo de investigação/decisão/acção, apto a conseguir oportunidades, eventualidades, mudanças e contingências e a contrariar fragilidades e estrangulamentos ao desenvolvimento” (FONSECA, 2006). Ou seja o planeamento estratégico aponta caminhos aos lugares, às vocações presentes e futuras.

“O planeamento estratégico é um exercício de conjugação de vontades entre parceiros que terão de possuir uma margem de intersecção de interesses suficientemente sólida para progredir em conjunto” (BABO et al, 1997: s/p.).

As vantagens da aplicação do planeamento estratégico ao território são várias, como se pode observar na Figura 9.

Vantagens da aplicação do planeamento estratégico ao território:

- 1- Identifica tendências do território e das dinâmicas territoriais;
- 2- Oferece uma visão de todo o território a longo prazo;
- 3- Formula objectivos prioritários;
- 4- Incentiva a participação da cidadania e o debate plural;
- 5- Promove a colaboração e cooperação público-privada;
- 6- Fortalece o tecido social;
- 7- Amplia a perspectiva política e social.

Figura 9 - Vantagens da aplicação do planeamento estratégico ao território.

Fonte: Baseado em FONSECA, 2006.

O planeamento estratégico é um processo, não um plano. “O planeamento estratégico não é um plano, no sentido convencional do termo. É certamente, uma disciplina e uma metodologia técnicas, mas é, sobretudo, um processo de intervenção e interacção política, cultural e social” (FERREIRA, 2005: p.126).

É um processo que se baseia em cinco fases essenciais: participação, prospectiva, oportunidades, projectos e contratualização.

O planeamento estratégico procede a uma avaliação do ambiente externo. Ajuda um território a identificar as suas vantagens comparativamente ao contexto exterior, quer aos municípios vizinhos, quer a nível regional, quer ainda a uma escala nacional, e reconhece as suas vantagens em relação ao contexto, sejam de índole económico, cultural, social, paisagístico. O objectivo é assim explorar as potencialidades oferecidas por determinado território, tornando-o único e atractivo (FONSECA, 2006).

Assim, o planeamento estratégico tenta a conjugação das estratégias dos diferentes actores de determinado território, sejam de entidades públicas ou privadas, seja mesmo a própria população. No entanto, esta participação de múltiplos agentes torna-se uma das maiores dificuldades do processo.

“O planeamento estratégico é, mais do que uma metodologia ou uma técnica de planeamento. É um novo paradigma de planeamento e gestão susceptível de revolucionar as nossas concepções clássicas. Não será exagerado afirmar que se trata de um novo paradigma cultural, ao nível do planeamento e da gestão dos grandes sistemas e organizações contemporâneos. É a modalidade do planeamento mais bem preparada para fazer face aos problemas que o crescimento, o desenvolvimento e a competitividade vão criando:

desigualdades, carências, acentuação da dualidade das sociedades; recursos naturais e ecossistemas em perigo; mutações económicas e territoriais; escassez de recursos financeiros; concorrência entre organizações, empresas e cidades” (FERREIRA, 2005: p.128).

As vantagens da aplicação do planeamento estratégico ao território são importantes: oferece uma visão a longo prazo, formula objectivos prioritários, incentiva à participação da cidadania e ao debate plural, promove a colaboração e a cooperação público-privada, fortalece o tecido social e ampliando a perspectiva política e social (FONSECA, 2006).

O planeamento estratégico pressupõe assim a intervenção dos agentes da sociedade, sejam eles agentes um nome individual (cidadão) ou em nome colectivo (empresas), quer sejam públicas ou privadas.

Todos estes agentes são fulcrais para o planeamento estratégico e a sua intervenção é fundamental.

Logo interessa ao planeamento estratégico que os habitantes de determinado território estejam vinculados ao espaço e que sejam agentes activos no território. No entanto, indivíduos que sofreram processos de desterritorialização e não completaram o processo de reterritorialização não são intervenientes activos.

2.2 – Planeamento Estratégico e Desterritorialização – que relação?

Como já foi referido, o planeamento estratégico caracteriza-se pela importância da participação da população e também por ser um processo que se pode alterar à medida da sua execução e da sua concretização.

Parece-nos, assim, fundamental a intervenção do planeamento estratégico nos processos de desterritorialização.

O planeamento estratégico tenta a conjugação das estratégias dos diferentes actores de determinado território, sejam de entidades públicas ou privadas. No entanto, esta participação dos múltiplos agentes torna-se uma das maiores dificuldades do processo. No caso de processos de desterritorialização, as populações ficam vulneráveis, podendo ser mais ou menos resilientes, o que vai influenciar uma mais rápida ou mais lenta adaptação ao novo território. Só indivíduos que se sentem de algum modo, vinculados ao território actuam no planeamento estratégico. A vinculação ao território é um ponto fulcral para a participação no planeamento estratégico, dado que os actores têm de ser activos na sociedade. Quando ocorrem processos de desterritorialização, a reterritorialização pode ser mais ou menos demorada, como já foi referido, condicionando assim, a participação destas populações no processo de planeamento estratégico.

O planeamento estratégico é um processo integrado, aberto, de definição de um caminho e de uma hierarquia de opções a partir de um modelo alargado de promoção e de participação. Valoriza assim e muito, a participação da população. De facto, para que exista essa participação, os indivíduos têm de estar ligados a determinado território, e caso esses indivíduos tiverem passado por um processo de desterritorialização, a sua reterritorialização já terá de estar concluída.

Do nosso ponto de vista, a ligação entre o planeamento estratégico e os processos de desterritorialização passará por quatro pontos fulcrais.

Um primeiro ponto, que passará pela motivação das populações a participar de forma mais activa no planeamento do território, mediante estratégias que lhes possibilitem ver a importância

do seu contributo no planeamento, através de acções de sensibilização e esclarecimento. Os habitantes de determinado território só se tornam agentes activos do mesmo se estiverem vinculados ao território e se sentirem que a sua opinião, as suas críticas e as suas ideias são escutadas e respeitadas. Note-se que este ponto enfatiza o planeamento estratégico não só nos processos de desterritorialização, mas em todas as situações. É dever dos indivíduos intervir, dando opiniões, sugestões e/ou críticas, e é dever do planeamento estratégico assegurar o respeito à opinião dos indivíduos e tentar reger o planeamento consoante as intervenções dos indivíduos, dado que são estes os agentes de determinado território. Ressalve-se aqui, mais uma vez, que o planeamento estratégico se diferencia do planeamento tradicional por não ser fixo, tratando-se assim de um planeamento flexível, moldável, conforme as opiniões dos agentes activos do território, sobretudo dos cidadãos e empresas, sejam públicas ou privadas.

Num segundo ponto, salientamos a sensibilização das populações para a importância da causa do processo de desterritorialização em questão. Parece-nos que se a população for informada, motivada e sensibilizada sobre o desenrolar do processo, irá aumentar a sua participação no planeamento estratégico e por outro lado, irá atenuar o processo de desterritorialização em si.

Quanto ao terceiro ponto, é nossa opinião que os técnicos responsáveis pela execução do planeamento estratégico deverão conhecer a realidade das populações sujeitas a processos de desterritorialização, de modo a atenuar, ou mesmo, facilitar a adaptação a novos territórios. Parece-nos também que este conhecimento da realidade das populações será mais eficiente se se executarem serviços de proximidade, tentando transmitir que cada indivíduo é importante e imprescindível para o posicionamento estratégico de cada lugar.

Por último, o quarto ponto, que deverá incidir sobre o acompanhamento das populações que serão sujeitas a processos de desterritorialização. Nos casos de desterritorialização ex-situ será importante o auxílio de técnicos às populações, nas conversações e negociações sobre indemnizações, deslocações, novas habitações, novos territórios, de modo a possibilitar e facilitar o processo de reterritorialização.

Todos os intervenientes do planeamento estratégico deverão agir de forma preventiva e correctiva com processos de desterritorialização. Ou seja, o planeamento estratégico deverá apontar em dois sentidos dominantes: a prevenção ou antecipação dos processos de desterritorialização, e a correcção que passará pela reterritorialização.

Capítulo 3 – (Re)Territorialização

3.1- O conceito de Reterritorialização – definição

Primeiro teorema da desterritorialização, segundo Haesbaert: “nunca nos desterritorializamos sozinhos, mas pelo menos de dois em dois e, principalmente, toda desterritorialização é acompanhada de uma reterritorialização”

(HAESBAERT, 2004: p.131).

Após o processo de desterritorialização, que implica a quebra, a fractura entre o indivíduo e o(s) seu(s) território(s) está, quase sempre, subjacente o processo de reterritorialização.

Da natureza humana fazem parte características como a sociabilidade e a interacção com outros indivíduos e vai ser com base nestas características, que o Homem vai tentar territorializar-se e criar vínculos e laços com um novo território. O processo poderá ser mais ou menos moroso, tudo dependerá da capacidade de resiliência do indivíduo e também da sua vulnerabilidade. Note-se por exemplo o caso das populações dos países com baixo grau de desenvolvimento, com pouca capacidade de adaptação a novas realidades e muitas vezes, muito vulneráveis do ponto de vista social. Estas populações com muita dificuldade, criarão laços com o novo território, seja pela qualidade e nível de vida, seja pela habitação precária, seja ainda pela sua situação económica. De facto estas populações deslocadas ficam confinadas a uma qualidade de vida muito precária, muitas vezes sem oportunidades de emprego e de “entrada” na sociedade, criando os, designados por Haesbaert, 2004, aglomerados móveis de exclusão.

Podemos considerar então, que é em populações mais fragilizadas, com menos capacidade de resiliência e mais vulneráveis socialmente que o processo de reterritorialização se vai tornar muito complexo e muitas vezes não concluídos, criando assim problemas sociais graves, como é o caso dos bairros de lata onde as condições de vida são miseráveis, o tráfico de droga, aumento dos assaltos e da violência e prostituição. Os “slums” são exemplos de uma reterritorialização precária.

Por outro lado, em indivíduos com maior capacidade de resiliência e menos vulneráveis, o processo de reterritorialização tenderá a ser mais rápido e mais completo.

3.2- Planeamento estratégico como ferramenta essencial para e Reterritorialização

O planeamento estratégico deve dar especial atenção a todos os processos que causem fragilidade e vulnerabilidade às populações, como é o caso dos processos de desterritorialização e posterior reterritorialização. Podemos afirmar que os indivíduos desterritorializados, que ainda não efectuaram o seu processo de reterritorialização são maus agentes de desenvolvimento e consequentemente maus participantes num processo de planeamento estratégico.

Assim a nosso ver o planeamento estratégico deverá interferir no processo de reterritorialização em cinco âmbitos diferentes.

Um primeiro âmbito que se prende com o acompanhamento das populações deslocadas, conhecendo de perto a sua realidade e tentando facilitar ao máximo a sua adaptação a novos territórios, tendo em atenção questões como as condições de habitação e sanitárias das populações deslocadas.

Seguidamente parece-nos importante que por parte dos agentes públicos e privados se suscite o interesse por estas problemáticas, no sentido, por exemplo de disponibilizar mais postos de trabalho.

Um terceiro âmbito passará, sobretudo, por incrementar na população residente tolerância para com os novos residentes, de modo a evitar a exclusão (social) destes.

Incutir através de acções de sensibilização o gosto pelo novo território, promovendo o que tem de melhor e o que o diferencia dos outros será o passo quatro.

O objectivo e último passo do planeamento estratégico no processo de reterritorialização será conseguir que as populações desterritorializadas se tornem agentes activos do

planeamento do território e que futuramente sejam eles os agentes que irão “ajudar”, auxiliar e interferir nos processos de reterritorialização de indivíduos desterritorializados, criando vínculos e tornando-se assim, também, em agentes activos no planeamento estratégico.

Para este processo de reterritorialização ser mais completo e mais rápido em muito ajudam as diásporas, servindo como porto de abrigo a indivíduos desterritorializados. Segundo Haesbaert as diásporas correspondem a uma multiterritorialidade e na opinião de Ma Mung (cit. in HAESBAERT, 2004) retratam uma extraterritorialidade. As diásporas funcionam, assim, como uma ferramenta fundamental para a reterritorialização, para uma adaptação a novos territórios. Um dos exemplos mais expressivos de diásporas é a chinesa: “as Chinatowns simbolizam, ao mesmo tempo, a desterritorialização inicial dos imigrantes mas são também espaços de recomposição económica e simbólica identitária, isto é, de reterritorialização” (FERNANDES, 2008b).

Podemos afirmar que a resposta do planeamento estratégico na sua função de “ajudar” a que os indivíduos criem laços com os novos territórios é directamente proporcional ao nível de desenvolvimento dos países.

3.3- A Construção de Barragens e as Dinâmicas de Desterritorialização / Reterritorialização no Espaço Geográfico Português

3.3.1– Vilarinho da Furna

“A ameaça que pairava sobre Vilarinho da Furna transformou-se num espectro de morte. A companhia construtora da barragem chegou, montou os seus arraiais e meteu mãos à obra. Esta surge progressiva e implacavelmente. Chega o momento da fuga, e não há tempo a perder... Cada um procura levar consigo tudo o que pode... Os telhados desaparecem de dia para dia. Apenas ficam as paredes nuas”

(ANTUNES, 1985: p.107).

“Vilarinho da Furna morreu. A água que era a vida da povoação transformou-se na sua morte”

(ANTUNES, 1985: p.108).

Vilarinho da Furna era uma aldeia localizada na freguesia de São João do Campo, também denominada por Campo do Gerês, no município de Terras de Bouro. Encontrava-se ladeada pelas serras Amarela e Gerês e serpenteada pelo rio Homem e pela ribeira das Furnas (Figura 10).

A aldeia tinha uma característica muito peculiar, pelo facto de ser comunitária, das últimas existentes em Portugal, em que a propriedade das terras agrícolas era comum. “A organização do povo de Vilarinho da Furna aproxima-se daquilo a que chamamos uma democracia representativa” (DIAS, 1983).

Vilarinho da Furna era caracterizada por ruelas sinuosas de casas graníticas. Seriam à data da construção da barragem cerca de 60 casas de habitação, escola, templos, espigueiros, currais, palheiros e moinhos (ANTUNES, 1985).

O processo de desterritorialização da população de Vilarinho da Furna ocorreu entre Setembro de 1969 e Outubro de 1970. Os habitantes dispuseram assim de um ano para fazer planos, procurar novas terras, novos territórios e proceder à transferência dos seus bens móveis,

ou seja, de proceder à reterritorialização. Na altura do processo habitavam em Vilarinho da Furna cerca de 57 famílias.

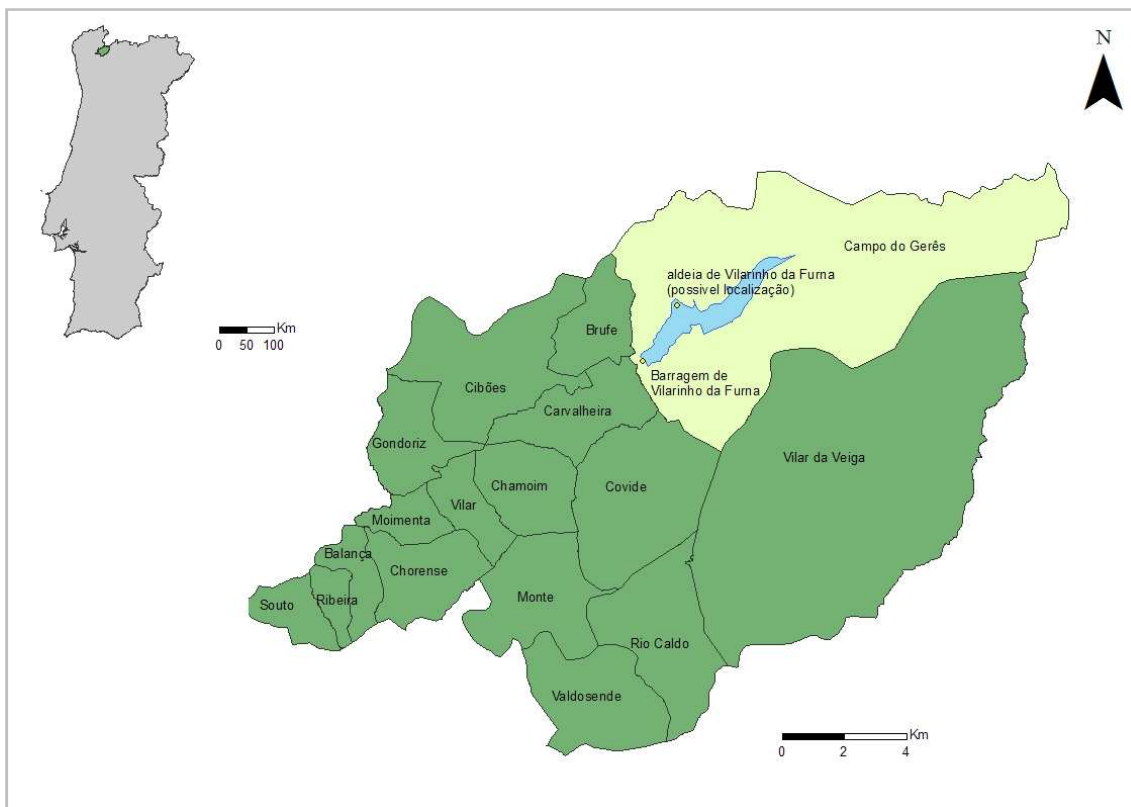


Figura 10- Localização da Barragem de Vilarinho da Furna e da aldeia, no município de Terras de Bouro

A barragem de Vilarinho da Furna viria a ser inaugurada em 21 de Maio de 1972. Nesta altura, Portugal vivia um período de ditadura com o Estado Novo e não houve preocupação com o futuro da população que habitava e que dava vida a Vilarinho da Furna. Segundo Antunes (1985) e Dias (1983), foram pagas indemnizações muito irrisórias, para quem passou por um processo de desterritorialização, tendo sido obrigados “a deixar tudo para trás”, a sua casa, os seus terrenos, a sua aldeia, os seus territórios.

Observemos duas figuras que ilustram o processo de desterritorialização em Vilarinho da Furna. A primeira retrata um indivíduo a pintar, a representar ruas da aldeia, e a segunda, muito simbólica, a passagem do crucifixo que se encontrava na igreja de Vilarinho da Furna para uma aldeia vizinha. A figura 11 representa a importância da aldeia de Vilarinho da Furna permanecer na memória, “imortalizando-a” na pintura. Na figura 12 observa-se a passagem do crucifixo da igreja de Vilarinho da Furna para uma igreja de uma povoação vizinha. Sem dúvida, as figuras 8 e 9 retratam momentos decisivos e complexos para a população.

De facto a figura 11 remete-nos para um perpetuar da aldeia através da representação na pintura. Essa pintura que retrata não só o espaço físico, mas também o espaço simbólico do autor. Esta é uma forma de imortalizar a aldeia e as suas ruas.



Figura 11 - Artistas tentando retratar as últimas recordações em Vilarinho da Furna.
Fonte: ANTUNES, 1985.



Figura 12 - O crucifixo é levado da Igreja de Vilarinho da Furna, para uma povoação vizinha.
Fonte: ANTUNES, 1985.

De facto, este processo de desterritorialização, em particular pela época política no qual se passa, dado que ocorre em plena ditadura, e pela exposição e mediatismo dos meios de comunicação social, tem contornos diferentes de outros casos. Neste caso, as populações viram-se confrontadas com a quebra topofílica característica de um processo de desterritorialização, mas sem auxílio ou ajuda de técnicos para a sua reterritorialização. A reterritorialização ficou por conta das populações. Um processo de desterritorialização é sempre complexo e complicado, mas neste caso assume contornos especiais, tanto no processo de desterritorialização como de reterritorialização. Como a actividade predominante era a agricultura, os valores ganhos pelas indemnizações foram gastos na compra de terrenos agrícolas. “Inundados os terrenos de cultivo, submersa a povoação e escasseando as terras cultiváveis nas redondezas, impôs-se a dispersão pelos concelhos de Terras de Bouro, Vieira do Minho, Amares, Vila Verde, Póvoa de Lanhoso, Braga, Guimarães, Barcelos, Ponte de Lima, Ponte da Barca e Viana do Castelo” (ANTUNES, 1985: p.43). Assim, o processo de desterritorialização de Vilarinho da Furna acentuou ainda mais o despovoamento do meio rural, contribuindo para a sua modernização, na medida da construção de um empreendimento como uma barragem e contribuiu também para a concentração de população nas cidades vizinhas referidas.

“Vilarinho da Furna não existe mais; não declinou por abandono dos habitantes, mas porque uma barragem a meteu debaixo da água que submergiu leiras e casas e até o cemitério situado na parte mais alta da aldeia. Nem os mortos escaparam e dos vivos ninguém cuidou; pagas as indemnizações irrisórias, cada um se amanhou como pôde, enriquecendo-se o país de electricidade, atirando para as incertezas da vida os seus vizinhos. E, no entanto, estas aldeias comunitárias viviam numa nobre pobreza, onde os habitantes se sentiam efectivamente senhores do que cultivavam e colhiam e geriam em comum os seus interesses colectivos” (Orlando Ribeiro no prefácio, in DIAS, 1983).

Por ter decorrido em plena ditadura do Estado Novo, e como foi anunciado na altura, a construção da barragem deu-se pelo bem da Nação, o processo de desterritorialização em Vilarinho da Furna tem características que outros casos apresentados no estudo não têm. As casas na sua maioria não foram destruídas. Retiraram-se apenas algumas pedras para a construção do Museu Etnográfico de Vilarinho da Furna, situado hoje em dia, na localidade de Campo de Gerês. Em relação ao cemitério, não foi trasladado.

Miguel Torga em 1968 faz a sua última viagem à aldeia de Vilarinho da Furna e relata num dos seus diários: “Gerês, 6 de Agosto de 1968 – Derradeira visita a Vilarinho da Furna, em vésperas de ser alagada, como tantas da região. Primeiro, o Estado, através dos Serviços Florestais, espoliou estes povos pastoris do espaço montanhês de que necessitavam para manter os rebanhos, de onde tiravam o melhor da alimentação – o leite, o queijo e a carne – e alicerçavam a economia – a lã, as crias, as peles; depois o super-Estado, o capitalismo, transformou-lhes as várzeas de cultivo em albufeiras – ponto final das suas possibilidades de vida. E assim, progressivamente, foram riscados do mapa alguns dos últimos núcleos comunitários do país” (TORGA, 1999: p.115).

Vilarinho da Furna desaparece assim, com a construção da barragem que paradigmaticamente tem também o seu nome. No entanto, e porque há um grupo de cidadãos que não deixam que a aldeia comunitária desapareça do imaginário português é criado o Museu Etnográfico de Vilarinho da Furna, construído com as pedras das casas da própria aldeia, e a AFURNA, Associação dos Antigos Habitantes de Vilarinho da Furna, estando também projectado a criação de um NaturPark de Vilarinho da Furna.

Na figura 13 encontra-se a aldeia de Vilarinho da Furna antes da submersão pela albufeira da barragem.



Figura 13- Vilarinho da Furna antes da construção da Barragem.
Fonte: AFURNA, Dr. Manuel de Azevedo Antunes.

A aldeia localizava-se no sopé da serra Amarela e na imagem notam-se os campos de cultivo no vale mais aplanado, denotando a importância da agricultura para a aldeia.

A figura 14 retrata uma imagem que é possível observar quando a albufeira se encontra a baixos níveis. As habitações não foram destruídas, sendo que se encontram em mau estado graças à erosão da água.



Figura 14– As paredes nuas de Vilarinho da Furna, nos nossos dias, quando a albufeira está a níveis mais baixos.

Fonte: Grupo de Professores do Agrupamento do Vale do Homem.

3.3.2– Foz do Dão

“Era uma aldeia típica das nossas pequenas terras da Beira, bonita de se ver, com todo o seu casario alegremente debruçado sobre os rios que tão generosamente constituíam, além da agricultura, importante modo de vida das suas gentes”

(FERREIRA, 1991).

A aldeia de Foz do Dão pertencia à freguesia da Óvoa, município de Santa Comba Dão e foi submersa aquando a construção da barragem da Aguieira. Com Foz do Dão, também as localidades de Breda, Senhora da Ribeira e Barra da Asna ficaram submersas pela albufeira da barragem da Aguieira (figura 15).



Figura 15 – Localização do concelho de Santa Comba Dão, e das povoações submersas pela albufeira da Barragem da Aguieira

Fonte: NOGUEIRA, 1996

A aldeia de Foz do Dão marcava, como o próprio nome indica, o local onde o rio Dão desaguava no rio Mondego. A sua população tinha como principais actividades a agricultura de subsistência, a extracção de areia e a pesca, principalmente de lampreia e sável.

A barragem da Agueira fechou as comportas em Junho de 1980, dando-se início ao enchimento da respectiva albufeira e posterior submersão das aldeias.

Este processo de quebra da topofilia ocorre na década de (19)80, num período político bastante diferente do vivido no processo de desterritorialização da população de Vilarinho da Furna, embora ambos se caracterizem por serem ex-situ, colectivos e totais. Isto é, os processos implicaram a deslocação da população, atingiram a comunidade, a sociedade das aldeias, e em ambos os casos, houve uma quebra total do vínculo com o território, dado que as aldeias ficaram submersas. No entanto, também não se registaram intervenções de cariz psicológico ou de auxílio e assistência social às populações desterritorializadas.

A aldeia de Foz do Dão foi destruída para a sua submersão, à excepção da ponte António Salazar, retratada na Figura 16.

Uma nota importante e de bastante valor para as populações sujeitas a processos de desterritorialização é a transladação dos corpos que se encontram nos cemitérios destas povoações que serão submersas. Enquanto que em Vilarinho da Furna não houve transladação do cemitério, em Foz do Dão foi autorizado que os indivíduos que quisessem transladar os corpos dos seus entes para cemitérios mais próximos, o poderiam fazer. Houve assim uma mudança também dos territórios simbólicos.

A população que residia em Foz do Dão procurou assim novos territórios e a reterritorialização passou pelos concelhos vizinhos de Penacova, Mortágua e outras localidades no município de Santa Comba Dão. Foi criado entretanto o Bairro Nova Foz do Dão, em Óvoa, que será o lugar com maior concentração de pessoas naturais e antigos residentes de Foz do Dão.

Ao contrário de Vilarinho da Furna, sobretudo da divulgação através das obras de Jorge Dias e de Miguel Torga, Foz do Dão não serviu de representação para escritores ou realizadores, daí que a informação sobre a aldeia, que está submersa seja muito escassa.

“E lá temos agora a barragem, com a sua imponente e bela albufeira e nela submersa a Foz do Dão, que sacrificou assim aquela terra, as suas gentes e a ancestral cultura daquele povo

que de repente se viu pulverizado em pequenos núcleos familiares a assentar arraiais cada um em seu sítio diferente” (FERREIRA, 1991).



Figura 16- Foz do Dão, aquando a visita do Professor António Salazar à aldeia. De salientar que a única infra-estrutura que não foi destruída para a submersão da aldeia foi a ponte.
Fonte: fozdodao.blogspot.com, consultado em Maio de 2010.

II PARTE – Barragem de Alqueva e Aldeia da Luz: transformação do espaço de vida e desterritorialização

Capítulo 1 – A Barragem de Alqueva como processo de transformação do território

1.1 – Caracterização geral da Barragem de Alqueva

“A construção da barragem, proporcionando o nascimento do maior lago da Europa, alterou profundamente a paisagem daquela região. Não é mais possível imaginar o Alentejo do futuro sem ter em conta esta nova realidade.

(BELMAR, 2009)

Embora o projecto enquanto Empreendimento de Fins Múltiplos só viesse a emergir em 1957, data em que é formado o Plano de Rega do Alentejo, as primeiras referências à necessidade de criação de uma reserva de água no rio Guadiana surgiram há pelo menos 100 anos.

Em 29 de Maio de 1968, no Convénio Luso-Espanhol, atribuiu-se a Portugal a exploração hidráulica do troço internacional do rio Guadiana, entre as confluências dos rios Caia e Cuncos. Este Convénio previa a construção de uma grande barragem, próxima da povoação de Alqueva e que tomaria o seu nome. Este passo é fulcral para a criação do Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva.

Em 1975, o Conselho de Ministros decide dar início à construção deste empreendimento, dado que será importante “para melhorar o nível socioeconómico do Alentejo além de vir a contribuir para o desenvolvimento geral do país” uma vez que “os meios exigidos em mão-de-obra, tecnologia, materiais e equipamentos são quase exclusivamente de origem nacional” (SANCHES et al, 2006: p.114). No entanto, passados somente três anos, todas as obras são interrompidas. O empreendimento entrou, numa fase de avaliações e novos estudos. O governo decidiu retomar o projecto em 1993, ano em que é criada a Comissão Instaladora da Empresa de Alqueva, que viria a dar lugar à EDIA – Empresa de Desenvolvimento e Infra-Estruturas de Alqueva, S.A. Foi então decretado (Decreto-Lei nº 33/95, de 11 de Fevereiro) que o Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva representava uma obra de interesse nacional com os seguintes componentes:

- 1) Barragem de Alqueva
- 2) Barragem de Pedrógão
- 3) Sistema de adução de água para consumo público
- 4) Rede primária de rega
- 5) Redes secundária e terciária de rega

Os trabalhos são reiniciados em 1995 e em Maio de 1998 têm lugar as primeiras betonagens que dão corpo ao paredão da principal barragem – Alqueva.

As comportas acabariam por fechar a 8 de Fevereiro de 2002, dia que marca o início do enchimento da albufeira.

1.1.1– Localização e caracterização da Barragem de Alqueva

O paredão da barragem de Alqueva localiza-se no concelho de Moura, no limite deste com o de Portel (figura 17). O município de Portel pertence ao distrito de Évora e à sub-região Alentejo Central, enquanto que Moura se encontra no distrito de Beja e na sub-região Baixo Alentejo. A barragem de Alqueva localiza-se no rio Guadiana, logo a jusante da confluência do rio Degebe e a montante da confluência do rio Ardila.

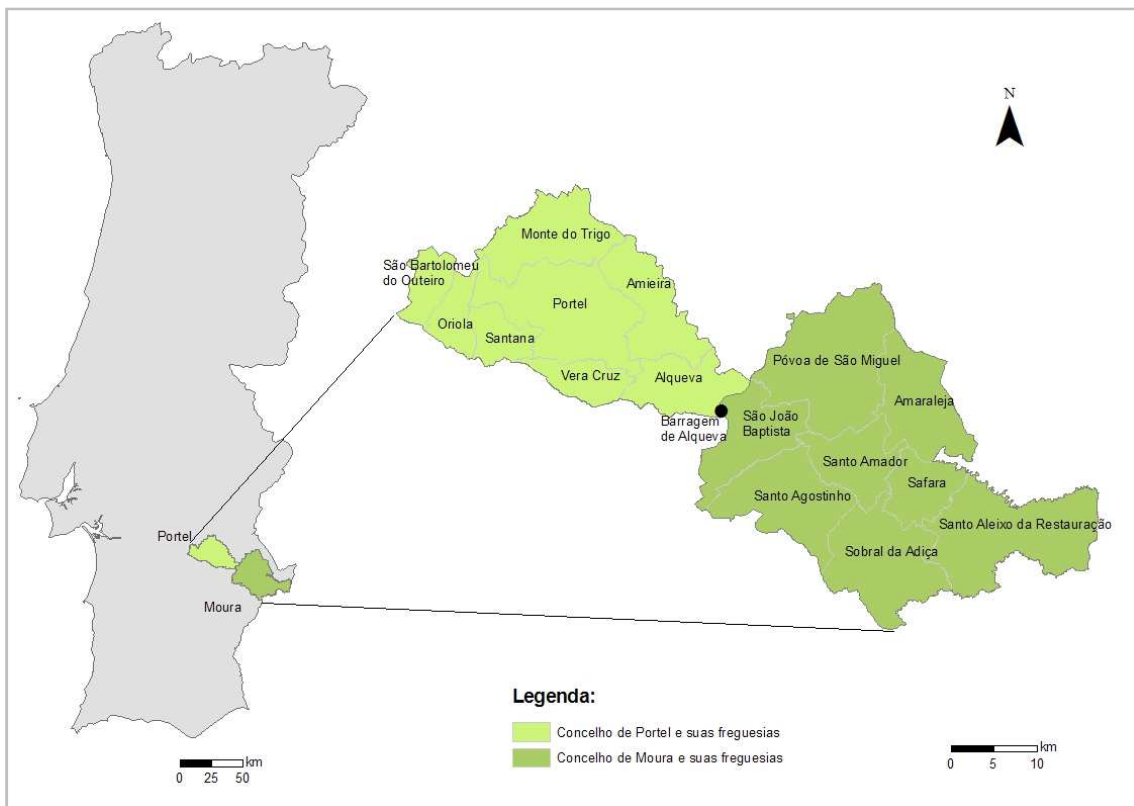


Figura 17- Localização da Barragem de Alqueva.

Como se observa na figura 18, apesar do paredão da barragem se localizar em Moura, a dimensão da albufeira também se estende pelos concelhos de Portel, Mourão, Reguengos de Monsaraz e Alandroal.

A barragem do Pedrógão é também uma infra-estrutura importante, pertencente ao Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva e a sua albufeira encontra-se nos concelhos de Serpa e Vidigueira.

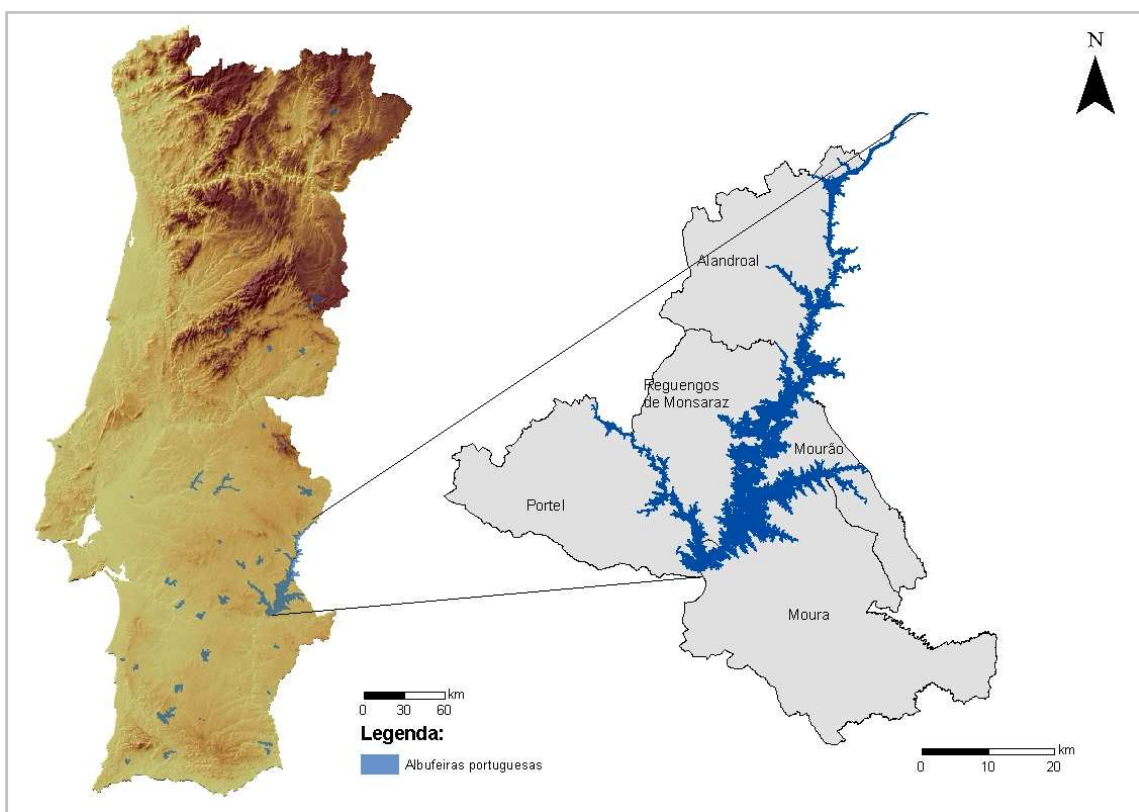


Figura 18- Concelhos abrangidos pela albufeira da Barragem de Alqueva.

Todas as infra-estruturas pertencentes ao Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva abrangem, total ou parcialmente, dezanove concelhos: Alandroal, Alcácer do Sal, Aljustrel, Alvito, Barrancos, Beja, Cuba, Elvas, Évora, Ferreira do Alentejo, Grândola, Moura, Mourão, Portel, Reguengos de Monsaraz, Santiago do Cacém, Serpa, Viana do Alentejo e Vidigueira, como se encontra representado na figura 19.

De facto o empreendimento têm uma extensão significativa, na medida em que abarca os concelhos costeiros de Alcácer do Sal, Grândola e Santiago do Cacém, até aos concelhos da margem esquerda do Guadiana, Serpa, Moura e Mourão, passando pelos concelhos das capitais de distrito de Beja e Évora até ao concelho de Elvas, localizado mais a norte.

- Combate à desertificação e às alterações climáticas com a introdução de um coberto vegetal que permita a fixação dos solos, combatendo a erosão;
- Intervenção organizada nos domínios do ambiente e do património potenciando e melhorando áreas importantes e interessantes do ponto de vista ambiental e patrimonial;
- Dinamização do mercado de emprego regional desde a construção de todo o empreendimento até à sua plena exploração.

O paredão da barragem de Alqueva apresenta 96 metros de altura máxima e cerca de 458 metros de coroamento. A albufeira da Barragem de Alqueva tem uma capacidade total para 4150 hm³ de água, sendo que o seu perímetro é de cerca de 1100km e o seu comprimento de 83km.

A figura 20 representa o paredão e parte da albufeira da barragem de Alqueva.



Figura 20- Vista panorâmica da Barragem de Alqueva.

Fonte: www.inag.pt

Na actualidade, o projecto de Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva é, na região do Alentejo, o maior investimento alguma vez realizado.

O Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva pressupõe assim a entrada e intervenção de agentes externos neste território.

Os novos agentes no território poderão ser empresários de turismo ou ligados à actividade agrícola.

De facto, esta região passou a usufruir de potencialidades que até aí não possuía. Dado que, o recurso água é o elemento fulcral nesta paisagem, na actualidade, e não o era.

A água será rentabilizada a nível turístico, com o aproveitamento para desportos náuticos, para lazer, e para cruzeiros, e podendo servir de ‘alavanque’ para a inovação na restauração e na hotelaria, sobretudo no turismo em espaço rural.

Por outro lado, a água poderá ser utilizada na prática agrícola desta região, embora para isso, se tenha de mudar as práticas agrícolas, dado que predominam culturas de sequeiro. Neste campo também há a entrada de novos actores e de agentes externos ao território.

1.1.2– Consequências “territoriais” da construção da Barragem de Alqueva

Com o encerramento, em 2002, das comportas do paredão da barragem de Alqueva, a albufeira submergiu algumas infra-estruturas, monumentos importantes e territórios. A construção de uma barragem muda por completo a paisagem, e pelo menos durante o tempo médio da vida humana a mutação é irreversível.

A construção da Barragem de Alqueva é mais um exemplo de como o percurso para o desenvolvimento se cruza com o património e infra-estruturas já existentes e características de determinado território.

Um território caracterizado pela seca, pela falta de água, seja para regadio, seja, algumas vezes, para consumo, e caracterizado ainda por ser uma região socialmente deprimida, pelo envelhecimento da população, pelo abandono e partida das populações, e até mesmo pela falta da actividade turística, com a construção da barragem e após um cenário novo, e até um ‘novo território’, impõem-se desafios.

Os grandes desafios, a nosso entender, passam sobretudo por três factos fulcrais.

Primeiro, com o encerramento das comportas, aldeias que antes se encontravam longe do rio Guadiana são agora ‘aldeias ribeirinhas’ com características que a proximidade ao lago da albufeira torna inerentes, como sejam actividades piscatórias, turísticas e de lazer ligadas à água.

A figura 21 representa um cartograma da área da albufeira anterior à construção da barragem. Na figura 22 encontram-se representadas as dezoito aldeias ribeirinhas: Alqueva, Amieira, Campinho, Capelins, Cheles, Estrela, Granja, Juromenha, Luz, Marmelar, Mina da Orada, Monsaraz, Monte do Trigo, Pedrógão, Póvoa de São Miguel, São Marcos do Campo, Telheiro e Villareal.

Esta rede poderá mudar estas aldeias, na medida em que, se for articulada com o turismo a nível regional e nacional e até mesmo transfronteiriço, dado que duas das dezoito aldeias se localizam em Espanha, poderá trazer novas dinâmicas a estas áreas de baixa densidade, como a introdução de novos actores, novas infra-estruturas e novas actividades.



Figura 21- Área da albufeira, anterior à construção da Barragem e localização das hoje denominadas aldeias ribeirinhas.



Figura 22- Área da albufeira, após a construção da Barragem e localização das aldeias ribeirinhas.

Além do turismo poder ser um factor de potencial dinamismo nestes territórios, também a actividade agrícola pode vir a alterar-se, dado a abundância do recurso água, que até aí não existia. O que também poderá vir a traduzir-se na entrada de novos actores no território, com novos objectivos para estas áreas.

O segundo facto é a perda mais expressiva decorrente da construção da barragem de Alqueva, a aldeia da Luz, que se localizava numa cota inferior que das águas do maior lago artificial da Europa. A desterritorialização da população da aldeia foi um processo colectivo, que obrigou à deslocação para uma nova localidade criada de raiz. No entanto, também a Estrela sofreu um processo de desterritorialização parcial, dado que parte da aldeia ficou submersa. Nesta parte submersa localizava-se o cemitério, tendo sido os corpos transladados para outro construído na aldeia, movimento que causou enorme consternação aos habitantes.

As águas da albufeira submergiram ainda, entre outros, o castelo romano de Lousa, o cromeleque do Xerês e a Vila Velha de Mourão. Muito património com milhares de anos ficou submerso pela construção da barragem.

As perdas a nível patrimonial são irreparáveis. O Castelo Romano de Lousa foi todo circundado com sacos de areia para tentar preservar a sua construção quando ficasse submerso.

O terceiro facto fulcral é a possibilidade do aproveitamento da água da albufeira na agricultura, proporcionando assim uma actividade agrícola de regadio. O Alentejo caracteriza-se sobretudo por culturas de sequeiro, como a vinha, a oliveira e o trigo. O desafio passa pela introdução de novas culturas agrícolas de forma a aproveitar o recurso água. Ou seja, com a barragem de Alqueva, com todas as redes de regadio previstas no EFMA, e com a disponibilidade de água, sem dúvida que o Alentejo passou a ter potencialidades no campo agrícola das culturas de regadio que antes não dispunha.

No entanto, como atrás se referiu as perdas com a construção da Barragem de Alqueva não se ficam só por infra-estruturas e património, mas também a nível de campos e áreas de cultivo que são muito significativas. Segundo Campos (2001), foram submersos cerca de 15060 hectares de montado de azinheira, 951 hectares de sobreiros, 703 hectares de olival, 245 hectares de cereais, 585 hectares de eucaliptos, 82 hectares de vinha e pomares e 28 hectares de pinheiros mansos.

Podemos afirmar que a construção da barragem de Alqueva trouxe a estes territórios novas paisagens (com a água a predominar), novos espaços sociais (os costumes mudaram, o

território mudou, as actividades mudaram) e novas oportunidades (nomeadamente turísticas, podendo significar inovação e desenvolvimento). Neste processo houve e ainda decorre a introdução de novos actores no território.

Capítulo 2 – Caracterização da Aldeia da Luz

2.1– Enquadramento geográfico da Aldeia da Luz no contexto local e regional

A aldeia da Luz localiza-se na freguesia da Luz, no concelho de Mourão, na NUT II Alentejo, e, na sub-região Alentejo Central, tendo como concelhos limítrofes Barrancos, a Sudeste, Moura, a Sul e Sudoeste, Reguengos de Monsaraz, a Oeste e Norte e, a Este Espanha. Os concelhos pertencentes à sub-região Alentejo Central encontram-se representados na figura 23.

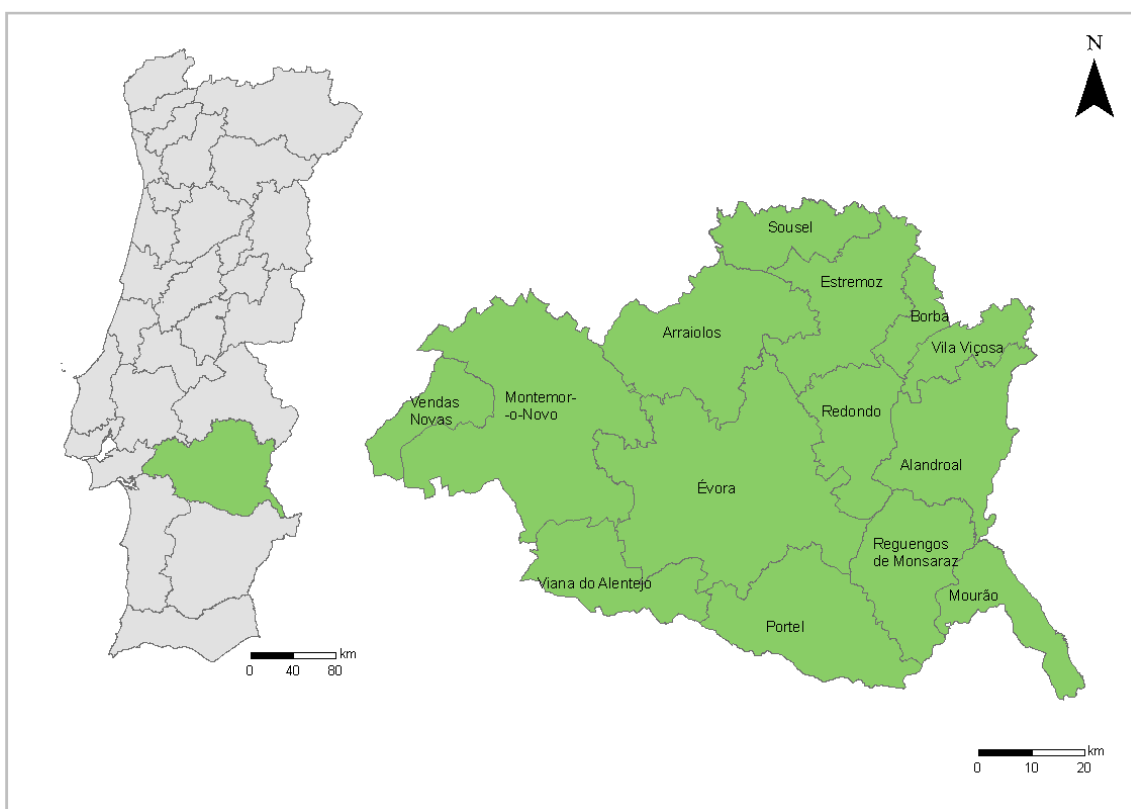


Figura 23- Concelhos pertencentes à NUT III Alentejo Central.

No contexto da NUT III Alentejo Central, saliente-se a importância demográfica do concelho de Évora, dado que detém cerca de 32,5% do total da população residente que em 2001, residia

nesta sub-região. Também em 2001, o concelho de Mourão é o que menos população residente registava, apenas 1,9% do total da sub-região.

Observe-se então, o quadro 1, onde se destacam os valores da população residente, da densidade populacional e da variação da população residente entre 1991 e 2001 nos concelhos da sub-região do Alentejo Central.

Quadro 1- População residente (1991 e 2001), sua variação e densidade populacional nos concelhos pertencentes à sub-região Alentejo Central.

| Concelho | População Residente | | | Variação da população residente 2001-1991 (%) | Densidade Populacional 2001 |
|---------------------------------|---------------------|---------------|------------|---|-----------------------------|
| | 1991 | 2001 | | | |
| | Nº | Nº | (%) | | |
| Alandroal | 7347 | 6585 | 3,8 | -10,37 | 11,8 |
| Arraiolos | 8207 | 7616 | 4,4 | -7,20 | 10,9 |
| Borba | 8254 | 7782 | 4,5 | -5,72 | 52,3 |
| Estremoz | 15461 | 15672 | 9,0 | 1,36 | 29,8 |
| Évora | 53754 | 56519 | 32,5 | 5,14 | 42,5 |
| Montemor-o-Novo | 18632 | 18578 | 10,7 | -0,29 | 14,8 |
| Mourão | 3273 | 3230 | 1,9 | -1,31 | 11,4 |
| Portel | 7525 | 7109 | 4,1 | -5,53 | 11,6 |
| Redondo | 7948 | 7288 | 4,2 | -8,30 | 19,2 |
| Reguengos de Monsaraz | 11401 | 11382 | 6,6 | -0,17 | 23,9 |
| Sousel | 6150 | 5780 | 3,3 | -6,02 | 20,2 |
| Vendas Novas | 10476 | 11619 | 6,7 | 10,91 | 51,2 |
| Viana do Alentejo | 5720 | 5615 | 3,2 | -1,84 | 14,0 |
| Vila Viçosa | 9068 | 8871 | 5,1 | -2,17 | 44,7 |
| NUT III Alentejo Central | 173216 | 173646 | 100 | 0,25 | |

Nestes dados, realçam-se os concelhos de Évora e de Mourão. O primeiro, por representar 32,5% da população residente total na NUT III Alentejo Central, e por ser um dos concelhos que maior variação positiva regista (5,14%), só ultrapassado por Vendas Novas (10,91%), e o segundo, Mourão, é o que menos população residente do total da sub-região representa (apenas 1,9%).

Em relação à densidade populacional destacam-se os concelhos de Borba, Vendas Novas, Arraiolos e Mourão. Os dois primeiros são os que obtêm o valor mais elevado, 52,3 e 51,2 habitantes por km², respectivamente. No lado oposto, Arraiolos e Mourão são os concelhos com valor mais baixo de densidade populacional, 10,8 e 11,4 habitantes por km², respectivamente.

Por este trabalho estar a ser efectuado num ano censitário, e por estarem disponíveis apenas dados preliminares dos Censos 2011, pareceu-nos importante que, embora salvaguardando que não se tratam de dados definitivos, mas que ainda assim nos podem dar

uma indicação sobre as dinâmicas demográficas e territoriais presentes, este estudo incluiu os dados deste último trabalho censitário.

Assim, no quadro 2 analisam-se os valores dos anos censitários de 1991, 2001 e 2011. Na figura 24 representa-se a variação da população entre 2001 e 2011 dos concelhos da NUT III Alentejo Central.

Quadro 2- População residente na sub-região Alentejo Central, em 1991, 2001 e 2011, e variação.

| Concelhos | População Residente | | | Variação da população residente 2001-2011 (%) | Variação da população residente 1991-2011(%) |
|--------------------------|---------------------|--------|--------|---|--|
| | 1991 | 2001 | 2011 | | |
| Alandroal | 7347 | 6585 | 5 928 | -9,98 | -19,31 |
| Arraiolos | 8207 | 7616 | 7 352 | -3,47 | -10,42 |
| Borba | 8254 | 7782 | 7 406 | -4,83 | -10,27 |
| Estremoz | 15461 | 15672 | 14 328 | -8,58 | -7,33 |
| Évora | 53754 | 56519 | 57 073 | 0,98 | 6,17 |
| Montemor-o-Novo | 18632 | 18578 | 17 409 | -6,29 | -6,56 |
| Mourão | 3273 | 3230 | 2 666 | -17,46 | -18,55 |
| Portel | 7525 | 7109 | 6 420 | -9,69 | -14,68 |
| Redondo | 7948 | 7288 | 7 031 | -3,53 | -11,54 |
| Reguengos de Monsaraz | 11401 | 11382 | 10 936 | -3,92 | -4,08 |
| Sousel | 6150 | 5780 | 5 103 | -11,71 | -17,02 |
| Vendas Novas | 10476 | 11619 | 11 837 | 1,88 | 12,99 |
| Viana do Alentejo | 5720 | 5615 | 5 746 | 2,33 | 0,45 |
| Vila Viçosa | 9068 | 8871 | 8 293 | -6,52 | -8,55 |
| NUT III Alentejo Central | 173216 | 173646 | 167528 | -3,52 | -3,28 |

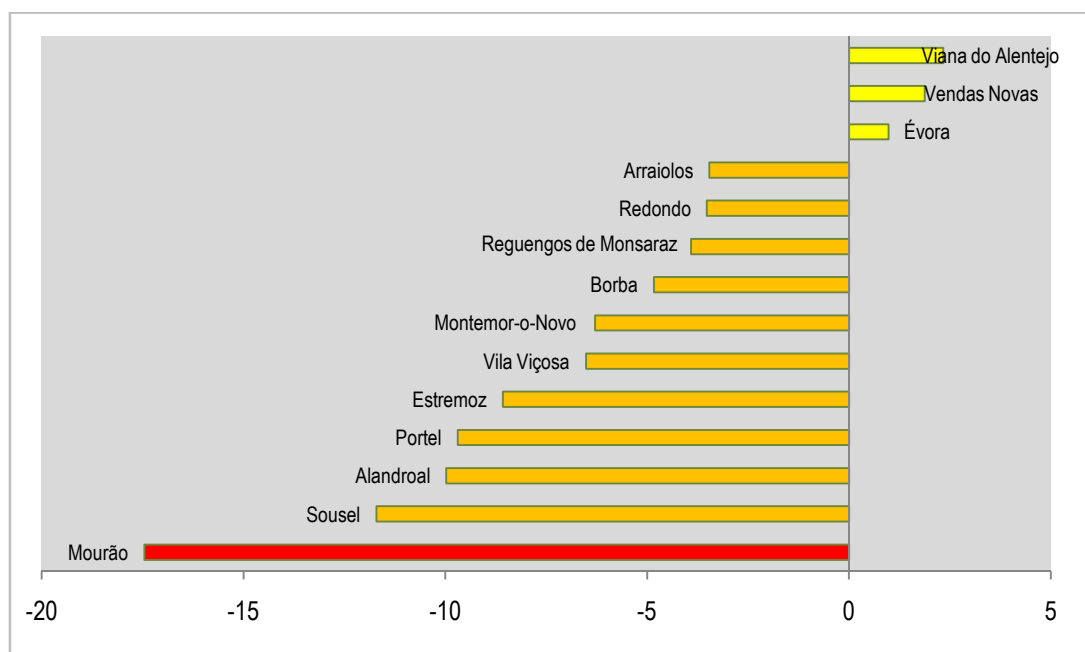


Figura 24- Variação da população residente entre 2011 e 2001, nos concelhos da sub-região do Alentejo Central.

Analisando o Quadro 2 e a Figura 24 verificamos que as dinâmicas demográficas variam consoante o concelho e a freguesia.

Tendo em atenção os dados preliminares de 2011, salienta-se o valor de Évora, com 57073 habitantes, que representa cerca de 34,1% do total da população residente na sub-região do Alentejo Central, e o valor de Mourão, com apenas 2666 habitantes, apresentando 1,6% da população residente em toda a sub-região. Ou seja o desequilíbrio verificado em 2001 mantém-se em 2011 e, no caso de Mourão, foi muito reforçado.

Estas dinâmicas demográficas são bem representadas pela variação da população residente. Assim, temos valores bem distintos que significam diferentes dinâmicas territoriais. Analisando a variação da população residente entre 2001 e 2011, temos por um lado os concelhos de Viana do Alentejo (+2,33%), Vendas Novas (+1,88%) e Évora (+0,95%), com os únicos valores positivos. Isto significa que apenas três concelhos na sub-região viram a sua população residente aumentar. Os concelhos que mais perderam população foram Mourão (-17,46%), Sousel (-11,71%) e Alandroal (-9,98%).

Observando a variação da população residente entre 1991 e 2011 constatamos que Vendas Novas (+12,99%), Évora (+6,17%) e Viana do Alentejo (+0,45%) foram os únicos concelhos com variação de população residente positiva, o que significa um acréscimo de 1361, 3319 e 26 habitantes, respectivamente. Alandroal (-19,31%), Mourão (-18,55%) e Sousel (-17,02%) são os concelhos que apresentam os menores valores de variação da população residente, tendo perdido respectivamente 1419, 607 e 1047 habitantes.

Tendo como base o contexto nacional, observe-se que Portugal, entre 2001 e 2011, sofreu uma variação de +1,93%. Esta variação positiva, como já se viu pelos valores do Alentejo Central diferem consoante a sub-região analisada, e muitos são os factores que podem interferir, tais como: as dinâmicas territoriais desde a estrutura etária, à localização, ao número de cidades, à dinâmica económica e consequente bolsa de emprego, às próprias condicionantes físicas e humanas, entre outros. Assim, as sub-regiões que mais população perderam entre 2001 e 2011 foram a Serra da Estrela (-12,37%) e o Pinhal Interior Sul (-9,10%), e as que viram a sua população aumentar de forma mais substancial foram o Algarve (+13,98%) e a Península de Setúbal (+8,88%). Estes valores atingem maior significado quando se analisa a variação da população entre os anos censitários de 1991 e 2011, nos quais a população residente aumentou em Portugal cerca de +6,98%, o equivalente a um aumento de quase 700000 habitantes.

Acompanhando esta tendência positiva estão as sub-regiões do Algarve (+31,95%) e da Península de Setúbal (+21,47%), com aumentos de 109080 e 137535 indivíduos, respectivamente. Por outro lado, as NUT III Pinhal Interior Sul (-19,84%) e Serra da Estrela (-19,10%) foram as que perderam mais população neste intervalo de tempo, o equivalente a uma diminuição de 10077 e 10321 habitantes, respectivamente.

De facto, as dinâmicas territoriais e demográficas estão bem presentes no território nacional e a sub-região Alentejo Central, embora com variação da população residente negativa, tem valores pouco significativos tendo em conta o contexto nacional.

2.2 – Caracterização Demográfica da Aldeia da Luz

2.2.1- Caracterização da população residente, sua variação e evolução

Como se viu neste estudo, o concelho de Mourão é, dentro da sub-região, o que menos população residente tem e dos que maior valor de variação negativa regista. É interessante, a partir deste ponto, efectuar a análise, não tendo em conta a NUT III Alentejo Central mas sim os concelhos limítrofes: Reguengos de Monsaraz, Moura e Barrancos. Optámos por esta micro análise para observar como é que os indicadores do concelho se comportam face aos concelhos vizinhos, e porque a própria localização geográfica do concelho de Mourão dentro da sub-região do Alentejo Central deixa antever uma certa periferia, seja ela física, seja ela demográfica, económica e/ou social.

Assim, vejamos no quadro 3 a população residente e a sua conseqüente variação.

Quadro 3- População residente em 1991, 2001 e 2011 e sua variação nos concelhos de Barrancos, Moura, Mourão e Reguengos de Monsaraz.

| Concelhos | População Residente | | | Variação da população residente 2001-2011 (%) | Variação da população residente 1991-2011 (%) |
|-----------------------|---------------------|-------|--------|---|---|
| | 1991 | 2001 | 2011 | | |
| Barrancos | 2052 | 1924 | 1 841 | -4,31 | -10,28 |
| Moura | 17549 | 16590 | 15 186 | -8,46 | -13,47 |
| Mourão | 3273 | 3230 | 2 666 | -17,46 | -18,55 |
| Reguengos de Monsaraz | 11401 | 11382 | 10 936 | -3,92 | -4,08 |

Segundo estes dados, constatamos que a diminuição de população é uma constante nestes concelhos, embora Mourão seja o que regista valores mais explícitos. Em vinte anos, entre 1991 e 2011 esta região perdeu cerca de 3700 habitantes, o que é muito elevado para uma área já por si periférica.

Atendendo aos concelhos limítrofes, Mourão é o que perde mais população, mas será que essa perda é homogénea nas suas freguesias? Para uma melhor representação desta assimetria, desta disposição espacial, elaborou-se um cartograma que se apresenta na Figura 25.

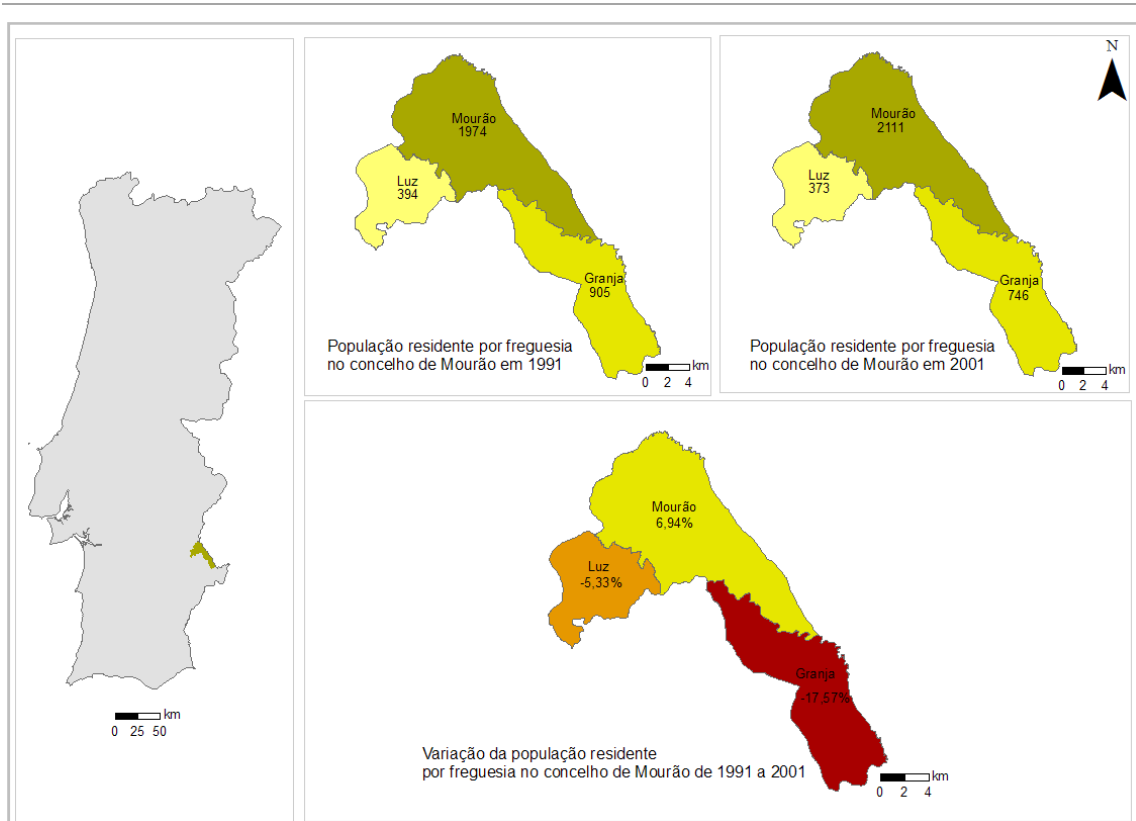


Figura 25- População residente por freguesia no concelho de Mourão, 1991 e 2001 e sua variação.

Ao observarmos a Figura 25 verificamos que a freguesia de Mourão difere da Luz e da Granja. De facto, entre 1991 e 2001 a única freguesia com variação positiva é a de Mourão, sede de concelho, com um aumento de cerca de 137 habitantes. A freguesia da Granja registou uma variação negativa acentuada, com uma redução de 159 habitantes. A freguesia da Luz assinalou uma variação negativa da população residente entre 1991 e 2001, com uma diminuição de cerca de 21 habitantes.

Em relação aos dados disponíveis dos Resultados Preliminares dos Censos 2011, encontram-se os dados preliminares de população residente, por freguesia. Sendo assim, observe-se o cartograma da Figura 26.

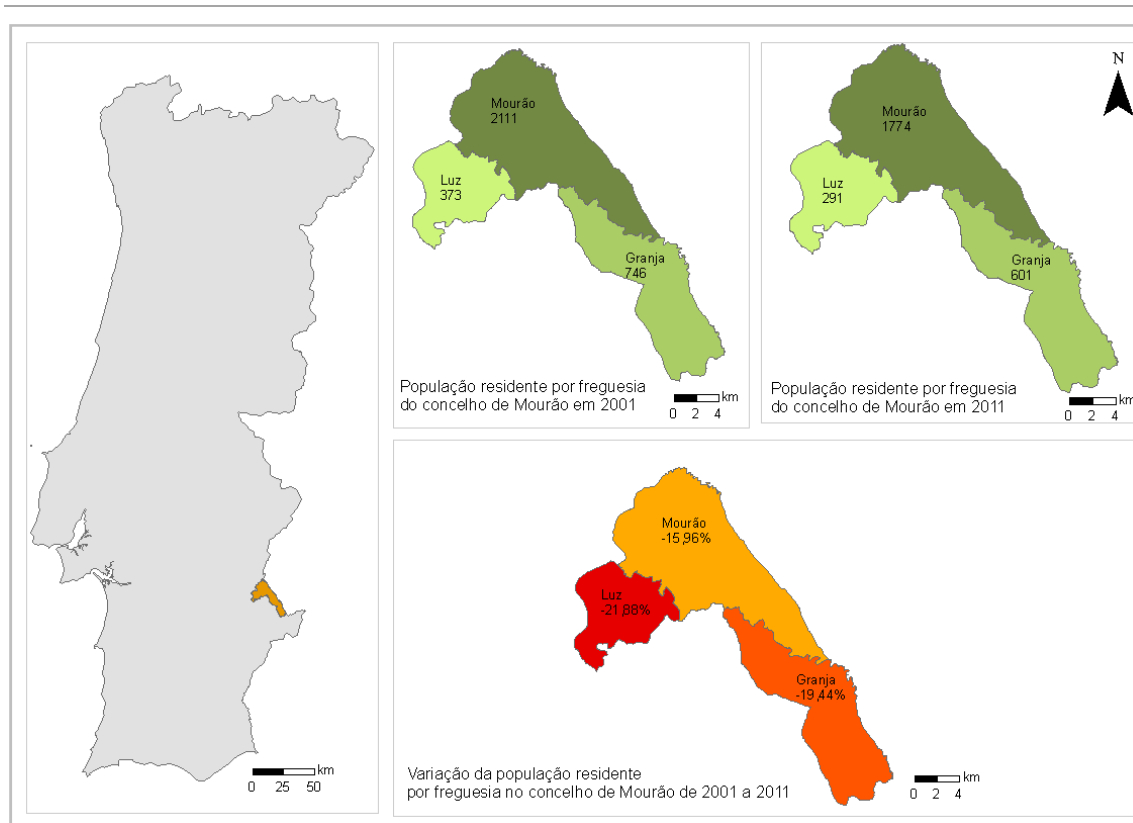


Figura 26- População residente por freguesia no concelho de Mourão, 2001 e 2011 e sua variação.

Observando a Figura 26 verificamos que a freguesia da Luz foi a que, entre 2001 e 2011, mais perdeu população no concelho de Mourão, cerca de 21,88%, traduzindo-se numa diminuição absoluta de 82 indivíduos. Relacionado com este facto poderá estar a mudança da população residente da antiga para a nova aldeia da Luz. No entanto, tanto a freguesia da sede de concelho como a freguesia da Granja registam variações negativas muito acentuadas, entre 20 e 10%. A freguesia da Granja perdeu 19,44% da população residente, cerca de 145 indivíduos e na freguesia sede de concelho verificou-se uma diminuição de 15,96%, menos 337 habitantes.

A nível concelhio, nesta última década censitária Mourão perdeu cerca de 564 habitantes, traduzindo-se numa diminuição de cerca de 17,46% da população residente.

Focando-nos agora na evolução da população residente desde o ano censitário de 1960, e atendendo à figura 27, constatamos que desde 1960, até 2011, o concelho de Mourão perdeu cerca de 3149 habitantes, o equivalente a uma variação de 54,13%. Desde o ano censitário de 1960 até aos dias de hoje, a freguesia da Granja foi a que registou maior decréscimo da população, diminuindo cerca de 70,5%, o equivalente a uma perda absoluta de 1436 habitantes.

Ao longo dos anos observados na Figura 27, a freguesia da Luz tem vindo a registar uma diminuição de população. De 1960 a 2011, perdeu cerca de 58,67% da população residente, uma diminuição de 413 habitantes. Por último, a freguesia sede de concelho foi a que registou menor perda, mas ainda assim, atingindo valores muito elevados. A freguesia de Mourão perdeu cerca de 1300 habitantes, 42,29%.

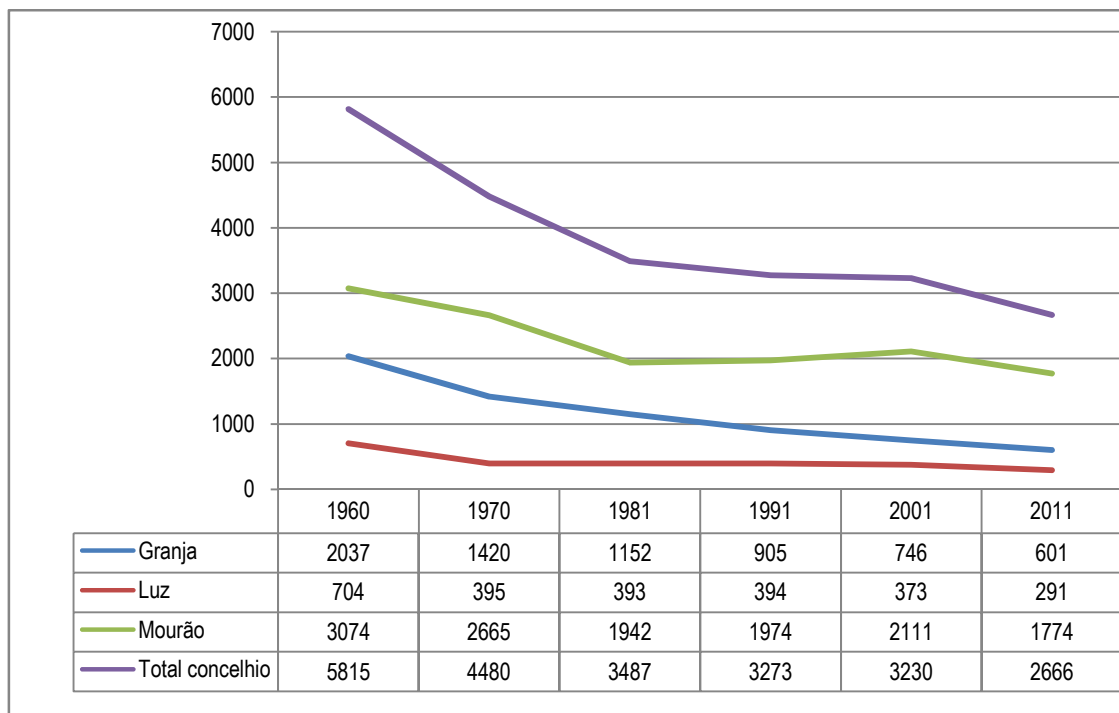


Figura 27- Evolução da População Residente do concelho de Mourão e suas freguesias, de 1960 a 2011.

2.2.2 – A estrutura da população – breve caracterização

A idade é um factor essencial para o contributo rumo ao desenvolvimento e prosperidade das populações e dos seus territórios.

Quanto mais jovem for uma população, mais receptiva está à inovação, às novas tecnologias, à abertura de mentalidades. Quanto mais envelhecida for uma população, maiores são os gastos com cuidados de saúde e serviços de apoio.

A caracterização por género e por idade é assim um factor importante para analisar uma sociedade e os respectivos territórios.

No concelho de Mourão assiste-se, tal como no contexto regional e nacional, a um progressivo envelhecimento da população causado pela quebra da natalidade, mas também pelo aumento da esperança média de vida.

Analisem-se de seguida, as pirâmides etárias, que nas figuras 28 e 29 representam os anos de 1991 e 2001, e permitem observar a evolução da população. Não existe representação do ano censitário de 2011, visto os resultados preliminares dos Censos 2011 não contemplarem, até ao término deste estudo, os dados necessários.

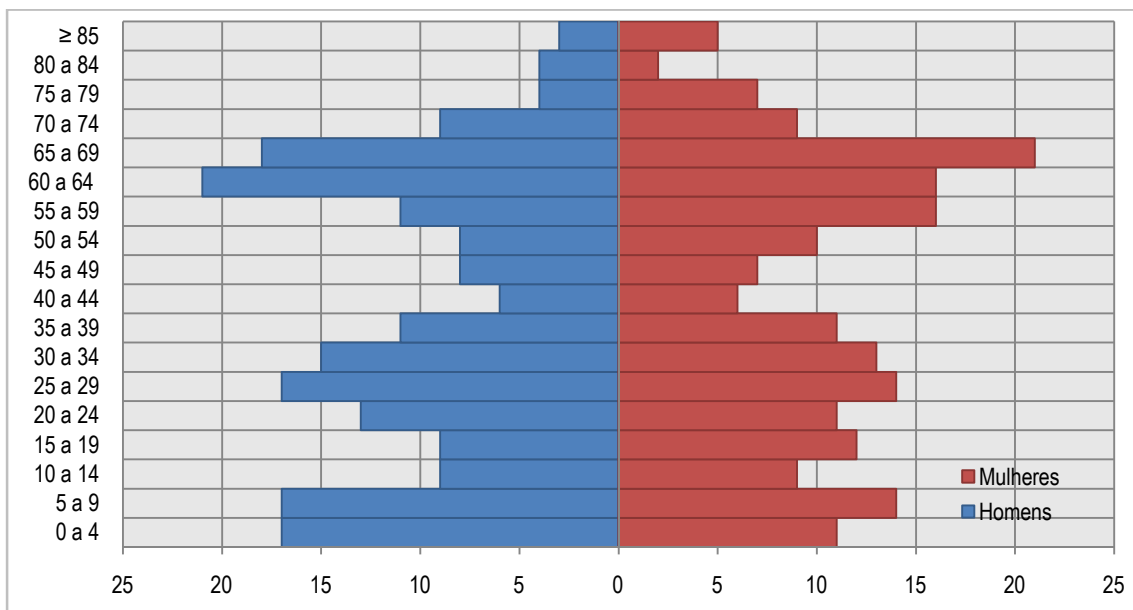


Figura 28- Pirâmide etária da freguesia da Luz, 1991.

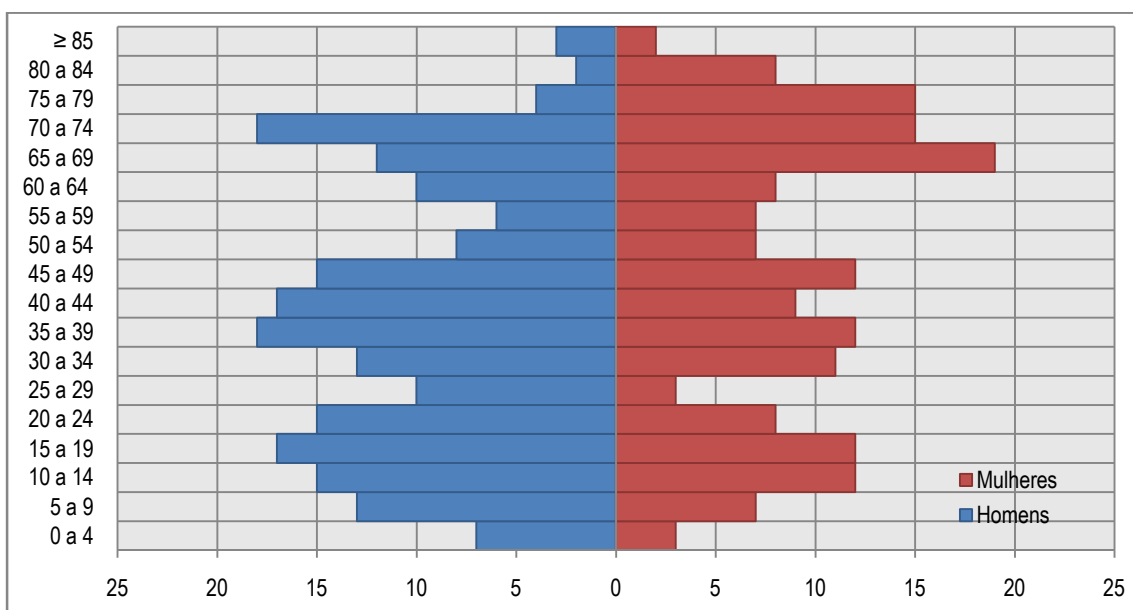


Figura 29- Pirâmide etária da freguesia da Luz, 2001.

Nota-se do ano de 1991 para 2001 uma diminuição progressiva na base da pirâmide e um alargamento no topo. Isto explica-se pela diminuição da taxa de mortalidade e uma quebra da taxa de natalidade.

Observa-se também a existência de muitas classes ocas, isto é, a classe etária superior tem valores mais elevados que a classe etária anterior, isto significa, logo à partida, uma redução da população numa determinada classe.

Na base das pirâmides etárias que representa as gerações vindouras, constata-se que a classe dos 0 aos 4 anos em 1991 tinha 11 mulheres, contra 17 homens e em 2001 os valores oscilavam entre 3 mulheres e 7 homens.

Ora, uma análise demográfica para ser mais completa, deve ter em conta também o saldo natural (diferença entre o número de nados vivos e o número de óbitos, num determinado período de tempo) e os seus componentes.

O Saldo Natural do concelho de Mourão está representado no quadro 4 e na figura 30.

Quadro 4- Nados vivos, óbitos e saldo natural entre os anos de 1991 e 2007, na freguesia da Luz.

| Freguesia da Luz | 1991 | 1992 | 1993 | 1994 | 1995 | 1996 | 1997 | 1998 | 1999 | 2000 | 2001 | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 | Total |
|------------------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|-------|
| Nados Vivos | 3 | 2 | 4 | 4 | 7 | 3 | 3 | 2 | 2 | 2 | 3 | 0 | 4 | 2 | 2 | 1 | 3 | 47 |
| Óbitos | 1 | 4 | 8 | 4 | 3 | 5 | 6 | 4 | 6 | 13 | 5 | 3 | 3 | 3 | 4 | 4 | 3 | 79 |
| Saldo Natural | 2 | -2 | -4 | 0 | 4 | -2 | -3 | -2 | -4 | -11 | -2 | -3 | 1 | -1 | -2 | -3 | 0 | -32 |

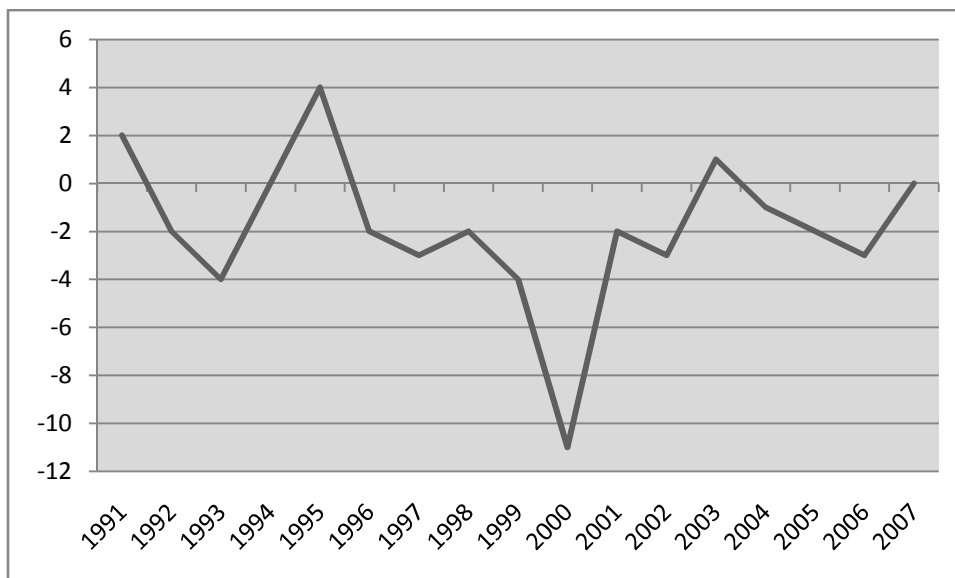


Figura 30- Saldo Natural na freguesia da Luz, entre 1991 e 2007.

Da análise do quadro 4 e da figura 30, salienta-se que nos dezassete anos que se encontram representados, apenas em três se registam valores positivos de saldo natural: 1991, 1995 e 2003, com 2, 4 e 1, respectivamente. Em 1994 e 2007 verificou-se que o valor da natalidade e da mortalidade coincidiram, resultando num saldo natural nulo. No entanto, o ano 2000 foi o que atingiu o valor mais baixo, dos anos analisados no quadro 4, registando apenas 2 nados vivos, contra 13 óbitos, originando um saldo natural de -11.

Observando os valores totais dos dezassete anos representados, verificamos que o saldo natural é de -32, dado que se registaram 47 nados vivos e 79 óbitos.

Como se pode observar, a natalidade e a mortalidade são componentes do saldo natural. No entanto, para melhor compreender as dinâmicas da natalidade e da mortalidade atente-se às taxas de natalidade e de mortalidade.

A taxa de natalidade significa o número de nados vivos ocorrido durante um certo período de tempo, normalmente um ano. Está representado como o número de nados vivos por 1000 habitantes, num determinado território. Por seu lado, a taxa de mortalidade indica o número de óbitos durante um determinado período de tempo, normalmente um ano, e apresenta-se como o número de óbitos por 1000 habitantes, num território.

Observe-se então o comportamento das taxas de natalidade, mortalidade e consequente taxa de crescimento natural do concelho de Mourão e das suas freguesias, nos anos censitários de 1991 e 2001, presentes no quadro 5.

Quadro 5- Taxas de natalidade, mortalidade e crescimento natural em 1991 e 2001 do concelho de Mourão e suas freguesias.

| | 1991 | | | 2001 | | |
|--------------------|------------------------|----------------------|------------------------------|------------------------|----------------------|------------------------------|
| | Taxa de Natalidade (‰) | Taxa Mortalidade (‰) | Taxa Crescimento Natural (‰) | Taxa de Natalidade (‰) | Taxa Mortalidade (‰) | Taxa Crescimento Natural (‰) |
| Granja | 8,84 | 13,26 | -4,42 | 14,75 | 6,70 | 8,04 |
| Luz | 7,61 | 2,54 | 5,08 | 8,04 | 13,40 | -5,36 |
| Mourão | 13,68 | 4,56 | 9,12 | 10,42 | 16,58 | -6,16 |
| Concelho de Mourão | 11,61 | 6,72 | 4,89 | 11,15 | 13,93 | -2,79 |

Analisando os Quadros 4 e 5, verifica-se que o ano censitário de 1991 foi um ano de excepção relativamente aos dados da freguesia da Luz. No ano de 1991, registaram-se 3 nascimentos para apenas 1 óbito, resultando nos valores das taxas de natalidade e de

mortalidade, que por sua vez se traduzem no valor da taxa de crescimento natural ser de +5,08‰. O ano censitário de 2001 com taxa de crescimento natural negativo será o mais característico, ou seja, não há renovação de gerações. O concelho de Mourão, no ano de 1991 obteve um crescimento natural de 16 indivíduos, resultando na taxa de crescimento natural de +4,89‰, visto que se registaram 38 nascimentos e apenas 22 óbitos.

No ano de 2001, as freguesias da Luz e de Mourão registaram taxas de crescimento natural negativas, resultantes das taxas de mortalidade serem superiores às taxas de natalidade, -5,36‰ (-2 indivíduos) e -6,16‰ (-13 indivíduos), respectivamente. Apenas a freguesia da Granja regista valor positivo da taxa de crescimento natural, 8,04‰, cerca de 6 indivíduos. O concelho de Mourão, por seu lado, obteve valor negativo da taxa de crescimento natural, cerca de -2,79‰, que equivale a -9 indivíduos.

O envelhecimento da população é um factor a ter em conta no que se refere a desenvolvimento. Regra geral, este pressupõe baixas taxas de natalidade e baixas taxas de mortalidade, características de regiões que completaram o processo de transição demográfica, transformando-se em regiões envelhecidas. Por um lado, a emancipação da mulher com a sua entrada no mercado de trabalho, o casamento tardio, e os próprios custos de vida são factores que condicionam a natalidade. Por outro, a melhoria dos cuidados de saúde, com políticas de prevenção de determinadas doenças e melhoria nos cuidados com a alimentação vieram prolongar o tempo de vida para grande parte da população, reduzindo assim de forma drástica a taxa de mortalidade. No concelho de Mourão em 2001 a taxa de natalidade era de 11,15‰ e a taxa de mortalidade era de 13,93‰, e na freguesia da Luz, 8,04‰ e 13,40‰, respectivamente.

No concelho de Mourão existe um duplo envelhecimento. Isto é envelhecimento no topo e na base, numa análise de uma pirâmide etária. De facto, o envelhecimento nota-se no topo, na medida em que as classes mais idosas registam muita população, e observa-se também na base, dado que as classes mais jovens têm vindo a perder população.

Devido ao envelhecimento da população, característica com que se depara a maior parte dos países ditos desenvolvidos, o Estado tem em mãos o problema da Segurança Social, relacionado com a proporção de idosos, em relação à população activa. Para melhor traduzir esta relação recorreremos ao Índice de Dependência de Idosos que estabelece a relação existente entre o número de Idosos e a população em idade activa (geralmente entre os 15 e os 64 anos

de idade), que no concelho de Mourão regista o valor de 39% no ano de 2001, e na freguesia da Luz, 45%.

O índice de envelhecimento diferencia-se do índice de dependência de idosos, pois o primeiro é a relação entre o número de idosos e o número de jovens. Pode-se afirmar que o índice de envelhecimento é a relação entre a população com 65 e mais anos e a população dos 0 aos 14 anos. Os índices de envelhecimento e de dependência de idosos para cada freguesia do concelho de Mourão estão representados no Quadro 6.

Quadro 6- Índices de Envelhecimento e de Dependência de Idosos, em 1991 e 2001, no concelho de Mourão e suas freguesias.

| | Índice de Envelhecimento (%) | | Índice de Dependência de Idosos (%) | |
|---------------------------|------------------------------|-------|-------------------------------------|------|
| | 1991 | 2001 | 1991 | 2001 |
| Granja | 141,2 | 206,8 | 40,3 | 49,5 |
| Luz | 106,5 | 171,9 | 34,9 | 45,0 |
| Mourão | 92,6 | 121,8 | 33,2 | 34,5 |
| Concelho de Mourão | 105,7 | 143,8 | 35,4 | 39,0 |

Da análise do Quadro 6 destaca-se o valor exagerado de índice de envelhecimento da freguesia da Granja, no ano censitário de 2001, 206,8%, significando que para 100 jovens, existem 206 idosos. A freguesia da Luz regista também um valor elevado, 171,9%. O concelho de Mourão registou também um valor elevado, 143,8%.

Ainda analisando o Quadro 6, o Índice de Dependência de Idosos, observamos que a freguesia da Granja é a que obtém valor mais alto, 49,5%, e a freguesia da Luz regista 45%. Este valor significa que, na freguesia da Luz, por cada 100 idosos, existem 45 indivíduos em idade activa, o que é, a nosso ver, preocupante.

De seguida analisar-se-ão os índices de envelhecimento dos concelhos limítrofes ao de Mourão, no intuito de perceber qual o contexto onde este está inserido (figura 31).

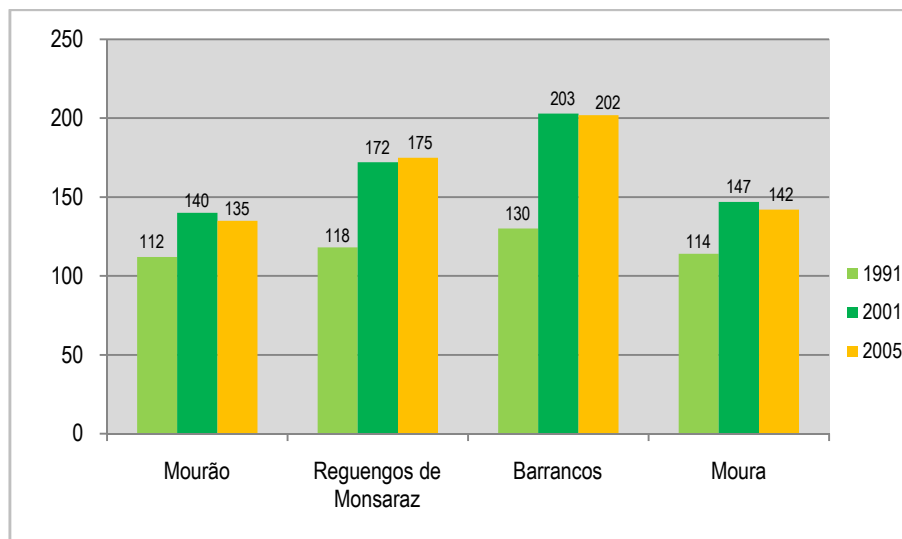


Figura 31- Índices de Envelhecimento nos concelhos limítrofes ao concelho de Mourão, nos anos de 1991, 2001 e 2005.

Na figura 31 podemos observar que todos os concelhos limítrofes a Mourão registaram valores superiores a 100%. Logo à partida, isto significa que o número de idosos é superior ao número de jovens. O município com valores mais elevados é Barrancos, registando, em 2001, 203%. O que representa valor mais baixo é Moura, com 142%. Aqui ressaltamos o facto dos valores de 1991 e 2001 serem dados censitários e os de 2005 de estimativas e de anuários, efectuados com margem de erro superior do que os recenseamentos.

A qualificação da população de determinado território condiciona o próprio desenvolvimento e prosperidade. Dado este facto, pareceu-nos importante incluir nesta análise a taxa de analfabetismo, alfabetismo e o nível de qualificação da população.

A taxa de analfabetismo no concelho de Mourão atinge valores que se desenquadram da média nacional. Vejamos que a nível nacional os dados da taxa de analfabetismo, em 1991 e 2001, eram respectivamente 11 e 9%, ou seja, em 2001, haveria cerca de 932050 indivíduos analfabetos em Portugal.

No concelho de Mourão, este valor aumenta significativamente para 27,3% (em 1991) e 19,6% (em 2001). Na freguesia da Granja o valor diminui de 31,6 para 23,6%, em 1991 e 2001, respectivamente. Na freguesia da Luz, de 26,9 para 20,7% em 1991 e 2001. E na freguesia sede de concelho, o valor diminui de 25,3 (em 1991) para 17,9% (em 2001).

O valor da taxa de analfabetismo diminui em todas as freguesias do concelho de Mourão. Mas focando-nos agora na freguesia da Luz, observamos que a taxa de analfabetismo, 20,7% em 2001, corresponde a cerca de 77 indivíduos analfabetos, num universo de 373 residentes.

No intuito de tentar perceber o contexto onde o concelho de Mourão e respectivas freguesias estão inseridos, partimos, no que diz respeito à taxa de analfabetismo, para a análise dos concelhos limítrofes e das suas freguesias, tal como está representado na figura 32.

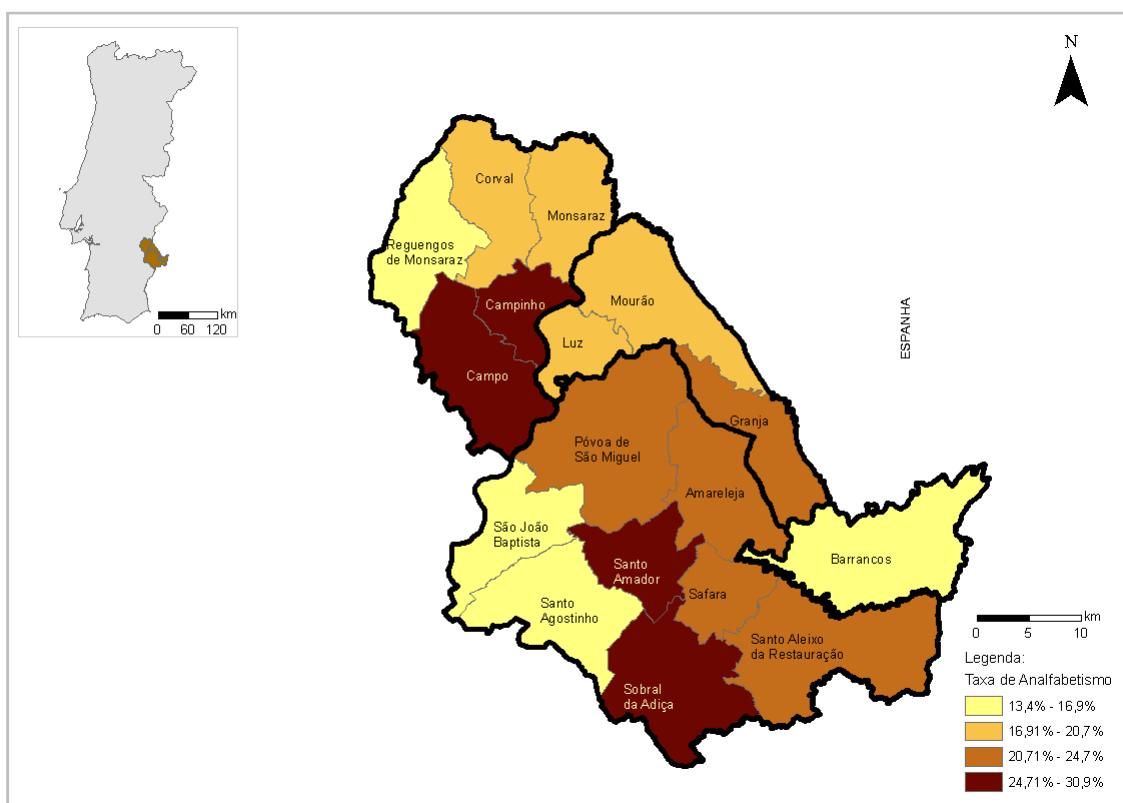


Figura 32- Taxa de analfabetismo nas freguesias dos concelhos de Barrancos, Moura, Mourão e Reguengos de Monsaraz, em 2001.

Constatamos que as freguesias sedes de concelho, Reguengos de Monsaraz (13,4%) do concelho de Reguengos de Monsaraz, Barrancos (16,3%), do concelho de Barrancos, e São João Baptista (16,9%) e Santo Agostinho (13,5%), de Moura, são as que registam valores mais baixos de taxa de analfabetismo. A freguesia de Mourão (17,9%) atinge um dado mais elevado, dentro das freguesias sede dos concelhos.

Por outro lado, as freguesias de Campinho (30,9%) e Campo (26,8%), pertencentes ao concelho de Reguengos de Monsaraz e as freguesias de Santo Amador (27,8%) e Sobral da

Adiça (26,3%) de Moura, são as freguesias destes quatro concelhos com taxas de analfabetismo mais elevadas.

Os valores da taxa de analfabetismo, tanto do concelho de Mourão, como das suas freguesias enquadram-se, no contexto onde estão inseridos, territórios do interior do país e com baixas densidades populacionais, reduzidos fluxos económicos e escassa centralidade.

Assim, existem inúmeros indicadores respeitantes à educação. Optámos pela taxa de analfabetismo e pelas proporções de população residente que possui, no mínimo o 3º ciclo do ensino básico completo (correspondente ao 9º ano de escolaridade) e o ensino superior completo.

A proporção de população residente com, no mínimo, o 3º ciclo do ensino básico completo no concelho de Mourão, é de 18%, correspondente a 581 residentes. Na freguesia da Luz esse valor atinge 14,7%. Apenas 54 indivíduos dos 373 residentes têm pelo menos o 3º ciclo do ensino básico concluído. A freguesia com valor mais elevado deste indicador é Mourão, com 19,9%. Em relação ao indicador proporção de população residente com o ensino superior completo, verificamos que o valor concelhio é de 1,5%, ou seja, 48 residentes têm o ensino superior concluído. Na freguesia da Luz esse valor diminui para 0,5%, o equivalente a cerca de 2 indivíduos. Observe-se a instrução da população que se encontra representada no gráfico da figura 33.

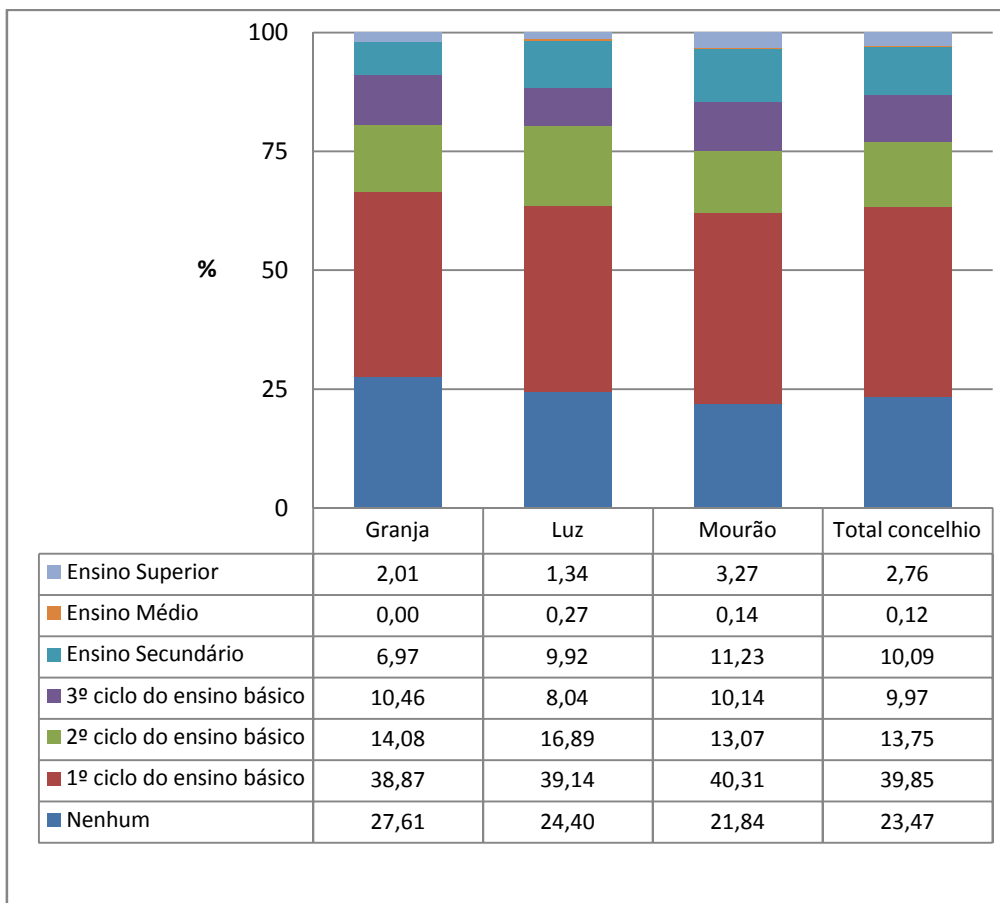


Figura 33- População residente do concelho de Mourão e suas freguesias, segundo o nível de instrução concluído, em 2001, em percentagem.

Atendendo à figura 33, observamos que o nível de instrução predominante é o 1º ciclo do ensino básico (conclusão do 4º ano de escolaridade), seguido do nível sem instrução.

No ano censitário de 2001, 39,14% da população da freguesia da Luz tinha apenas o 4º ano de escolaridade, o que equivale a cerca de 147 indivíduos, num universo de 373 habitantes. Também o nível sem instrução atinge um valor elevado, 24,4% - cerca de 91 habitantes.

Há que salientar que no concelho de Mourão não existe nenhum estabelecimento de ensino secundário, sendo por isso os alunos encaminhados para a Escola Secundária Conde de Monsaraz, no concelho de Reguengos de Monsaraz, que dista cerca de 20 km. Assim relativamente ao ensino secundário, na freguesia da Luz o valor atinge 9,92%, cerca de 37 indivíduos. Em relação à conclusão do ensino superior, na freguesia da Luz é onde regista o valor mais baixo, 1,34%, cerca de 5 residentes licenciados, valor que sobe para 89 residentes com o ensino superior concluído no total do concelho.

No concelho de Mourão, existem apenas quatro estabelecimentos de ensino: Escola Básica Integrada de Mourão com Jardim de Infância; Jardim de Infância de Mourão; Escola Básica de 1º Ciclo com Jardim de Infância da Granja e Escola Básica de 1º Ciclo, com Jardim de Infância da Luz. Mais uma vez se salienta que este município apenas disponibiliza estabelecimento de ensino até ao 9º ano de escolaridade.

Em relação à oferta de estabelecimentos do ensino superior, na actualidade, as deslocações e movimentos já não oferecem grandes problemas, no entanto decidimos aqui destacar os estabelecimentos mais próximos, a Universidade de Évora, a cerca de 60km e o Instituto Politécnico de Beja, a cerca de 90km.

2.2.3- Análise de Projecções Demográficas

Segundo Nazareth, 2004 e Pressat, 1983, as projecções demográficas são fruto de um conjunto de estimações, isto é, resultam de um indicador ou valor calculado de um parâmetro relativo a uma variável específica da população.

Existem dois métodos de projecção demográfica: o método matemático e o método por componentes ou “cohort survival”.

Os métodos de projecção demográfica assentes no método matemático caracterizam-se pelo seguinte princípio: o crescimento populacional apresenta um modelo pré-estabelecido.

Assim, o método matemático encontra-se dividido em três modelos: modelo aritmético ou linear (defende que a população tem um comportamento linear, apresentando assim, um crescimento constante, isto é, em cada unidade de tempo diferenciada, o crescimento vai ser fixo); modelo geométrico (a percentagem de crescimento por unidade de tempo considerada é inalterável, isto significa que a percentagem de crescimento é que é fixa, não a quantidade de população); e por ultimo, modelo exponencial (o crescimento é contínuo, e não por unidade de tempo considerada).

Para chegar ao resultado final e sua aplicação, os métodos de projecção demográfica baseados nos métodos por componentes ou “cohort-survival” assentam em quatro etapas.

Assim, o primeiro ponto é a Equação do Crescimento da População (através do crescimento natural, do saldo migratório e do crescimento total). O segundo passo é a projecção da mortalidade, quais as probabilidades de sobrevivência dos diferentes escalões etários (através das tábuas de mortalidade). Numa terceira fase efectua-se as projecções da natalidade, através de modelos hipotéticos de fecundidade e, por fim, realiza-se uma projecção relativa à migração, onde se poderá prever quais os cenários de atracção e de repulsão.

Neste caso, efectuaram-se projecções demográficas, assentes no método matemático, seguindo o modelo geométrico, das freguesias de Mourão (quadro 7) e dos concelhos limítrofes.

O quadro com as projecções efectuadas para os anos de 2011 a 2031, das freguesias de Mourão, encontra-se no anexo 1. No entanto, elaborou-se o quadro 7, de maneira a observar a evolução da população projectada para os anos censitários de 2021 e 2031, para as freguesias do concelho de Mourão.

Quadro 7- Projecção da população residente do concelho de Mourão e suas freguesias, para os anos de 2021 e 2031, e respectivas variações.

| | Anos Censitários | | | Variação da População | |
|-----------------------|------------------|------|------|-----------------------|-----------|
| | 2011 | 2021 | 2031 | 2021-2011 | 2031-2011 |
| Granja | 601 | 484 | 390 | -19,44 | -35,10 |
| Luz | 291 | 227 | 177 | -21,98 | -39,13 |
| Mourão | 1774 | 1491 | 1253 | -15,96 | -29,38 |
| Total concelho | 2666 | 2200 | 1816 | -17,46 | -31,87 |

Da análise dos dados, constatamos que o concelho de Mourão, tal como todas as suas freguesias irão perder população até 2031, sendo a aldeia da Luz a freguesia que maior valor apresenta de variação, cerca de -39,13%, o que equivale a uma diminuição de 114 habitantes. É uma perda muito significativa, que poderá estar relacionada com a mudança da aldeia, bem como pela não existência de mercado imobiliário e a não existência de oferta de postos de trabalho.

O concelho de Mourão, segundo as projecções, apresentará também uma variação negativa de -31,87%, o que significa uma diminuição de cerca de 850 habitantes.

Nas projecções demográficas efectuadas, adicionámos às freguesias e ao concelho de Mourão, os dados dos concelhos limítrofes, que estão presentes na Figura 32. Calculámos também os valores para a sub-região do Alentejo Central, bem como da NUT II Alentejo e do

país. Assim, tanto o Alentejo Central como o Alentejo perderão população até 2031. A sub-região do Alentejo Central regista uma variação de -6,92%, o equivalente a uma diminuição de cerca de 11600 indivíduos. A NUT II Alentejo apresenta uma variação de -4,54%, cerca de -34500 habitantes. A variação em Portugal será positiva, 3,89%, prevendo-se um aumento de cerca de 411000 habitantes.

Nesta análise, temos de verificar que estamos a tratar de territórios de baixa densidade, localizados no interior do país, com graves problemas demográficos, como já atrás referimos.

Remetendo agora a análise para o concelho de Mourão e seus concelhos limítrofes observe-se a Figura 34.

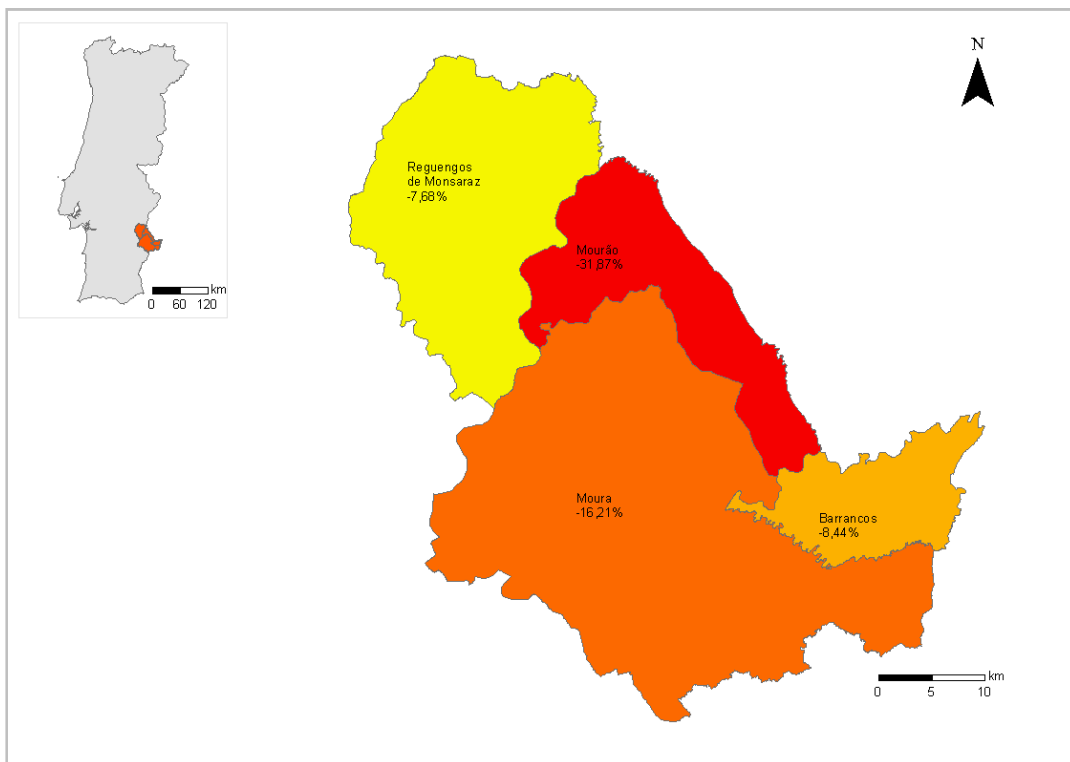


Figura 34- Variação da população residente 2031-2011, dos municípios de Barrancos, Moura, Mourão e Reguengos de Monsaraz.

Da análise da Figura 34, destaca-se que o concelho de Mourão é o que apresenta o valor mais elevado nos projectados para 2031 referentes à população residente, cerca de -31,87%. De facto, é uma descida bastante acentuada, traduzindo-se numa diminuição de cerca de 850 habitantes. O concelho de Moura registará uma variação de -16,21%, o que equivale a uma diminuição próxima de 2462 habitantes. Barrancos obterá uma variação da população residente no período entre 2011 e 2031 de -8,44%, ou seja, uma diminuição de cerca de 155 habitantes,

enquanto que o município de Reguengos de Monsaraz registará uma variação de -7,68%, que implicará menos 840 indivíduos.

De salientar também que em todos os concelhos limítrofes ao de Mourão se registam variações negativas da população residente no período entre 2011 e 2031.

No entanto, tal como se demonstra no Anexo 2, esta perda concelhia não se irá reflectir em todas as freguesias destes quatro concelhos. Apenas uma freguesia, Reguengos de Monsaraz, pertencente ao município da qual é sede, regista uma variação positiva da população residente entre 2011 e 2031, cerca de 8,49%, o que equivale a um aumento de cerca de 625 indivíduos. Seguidamente, a freguesia que apresentará maior taxa negativa de variação da população será uma das freguesias sede do concelho de Moura, Santo Agostinho, com uma variação de -4,9%, que representará uma diminuição de cerca de 214 habitantes. Por outro lado, as freguesias que verão, segundo os dados projectados, a sua população diminuir de forma mais significativa serão a freguesia de Campinho (concelho de Reguengos de Monsaraz) e a freguesia da Luz (concelho de Mourão), nas quais a variação registará -39,71% e -39,13%, respectivamente, o que em valores absolutos se traduzirá numa diminuição de 283 e 114 habitantes, respectivamente.

No quadro que se encontra no Anexo 3, encontra-se representada a projecção demográfica para os municípios pertencentes à NUT III Alentejo Central, na qual Mourão se integra. Assim, verifica-se que apenas três dos catorze municípios apresentarão variação populacional positiva: Viana do Alentejo (+4,72%), Vendas Novas (+3,79%) e Évora (+1,97%). O município que mais perderá população até ao ano censitário de 2031 será Mourão, com uma variação de -31,87%, seguido de Sousel, com -22,05%.

Desta análise de projecções demográficas a variadas escalas, constatamos que o município de Mourão e as suas freguesias, sobretudo a Luz, serão os territórios que mais perderão população até 2031.

2.3 – Caracterização socioeconómica da aldeia da Luz

Segundo dados de 2001, o concelho de Mourão caracteriza-se por ter uma taxa de actividade de 45,7%, e uma taxa de desemprego de 8,8%. Em 1991, em termos comparativos, a taxa de actividade e a taxa de desemprego eram de 37,7% e 11,5%, respectivamente. Embora seja um curto período para se poderem efectuar confrontações, constata-se que a taxa de actividade viu o seu valor aumentar e a taxa de desemprego desceu.

No entanto, e evocando valores de Portugal, constata-se que em 2001, a taxa de actividade do país rondava os 48,2% e a taxa de desemprego se fixava nos 6,8%. Ou seja, em comparação com o contexto nacional, Mourão tem um valor inferior da taxa de actividade e um valor superior em quase 2% da taxa de desemprego.

Em 2001, o concelho de Mourão possuía cerca de 1476 activos empregados, dos quais 943 eram homens (64%) e 533 mulheres (36%) (figura 33). Em 1991, registavam-se cerca de 1235 residentes empregados, dos quais 838 homens (68%) e 397 mulheres (32%). Por seu lado, também em 2001, a freguesia da Luz, tinha 165 indivíduos empregados, dos quais 110 eram homens (67%) e 55 mulheres (33%). Em 1991, estes valores alteraram-se para 154 residentes empregados, 106 homens (69%) e 48 mulheres (31%).

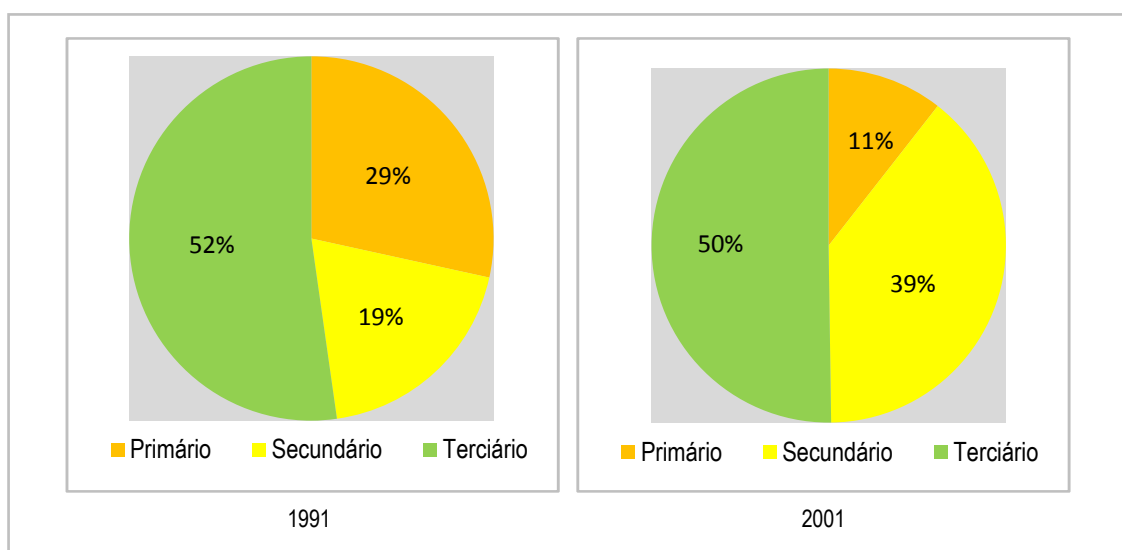


Figura 35- População empregada por sectores de actividade no concelho de Mourão, em 1991 e 2001.

Nos gráficos da figura 35, observa-se a distribuição por sector de actividade, da população empregada no concelho de Mourão, nos anos censitários de 1991 e 2001.

Em 2001, 50% da população empregada trabalhava no sector terciário (cerca de 738 indivíduos), 39% no sector secundário (cerca de 575 indivíduos) e 11% no sector primário (cerca de 162 habitantes).

No entanto, a evolução da população empregue por sector de actividade, entre 1991 e 2001, deixa transparecer algumas tendências, como a diminuição de população empregue nos sectores primário e terciário e um aumento da população empregue no sector secundário. Note-se que o sector primário perde cerca de 18% de população empregue, e o sector terciário 2%, enquanto que o sector secundário regista um aumento de 20%. Este acabou por abarcar a população que saiu dos sectores primário e terciário.

Vejamos, com base no quadro 8, as dinâmicas da população empregada por sectores de actividade por freguesia no concelho de Mourão.

Quadro 8- População empregada por sector de actividade em 1991 e 2001 nas freguesias do concelho de Mourão (%).

| | 1991 | 2001 | 1991 | 2001 | 1991 | 2001 |
|---------------|---------------------|-------|-----------------------|-------|----------------------|-------|
| | Sector Primário (%) | | Sector Secundário (%) | | Sector Terciário (%) | |
| Granja | 42,77 | 19,13 | 15,11 | 29,96 | 42,12 | 50,90 |
| Luz | 30,00 | 13,16 | 23,33 | 38,16 | 46,67 | 48,68 |
| Mourão | 21,04 | 7,52 | 20,41 | 42,20 | 58,54 | 50,27 |

É na freguesia da Granja que o sector primário emprega maior número de indivíduos. É interessante observar que na Granja em 1991, o sector de actividade que empregava maior número de habitantes era o primário, tratando-se de actividades como a agricultura e a criação de gado.

Na freguesia da Luz, tanto no ano de 1991 como em 2001, o sector predominante de população empregada foi o terciário. No período em análise registou-se uma subida considerável de população empregada no sector secundário, passando de 23,33 para 38,16%.

A distribuição da população empregada por sectores de actividade está condicionada pelo próprio território, pelos mecanismos económicos, pelas acessibilidades, pelas tradições, pelas técnicas, entre outros factores. Assim, observe-se a distribuição da população empregada por sector de actividade nos concelhos limítrofes de Mourão, representada no quadro 9.

Quadro 9- População empregada por sector de actividade em 1991 e 2001 nos concelhos limítrofes de Mourão (%).

| | Sector Primário (%) | | Sector Secundário (%) | | Sector Terciário (%) | |
|------------------------------|---------------------|-------|-----------------------|-------|----------------------|-------|
| | 1991 | 2001 | 1991 | 2001 | 1991 | 2001 |
| Mourão | 28,45 | 10,55 | 19,30 | 39,23 | 52,24 | 50,22 |
| Reguengos de Monsaraz | 32,28 | 17,90 | 23,89 | 28,14 | 43,83 | 53,96 |
| Barrancos | 26,86 | 10,70 | 17,67 | 19,69 | 55,48 | 69,61 |
| Moura | 35,92 | 19,75 | 19,56 | 28,04 | 44,52 | 52,21 |

Como se pode verificar no quadro acima apresentado, o município de Mourão é o que possui maior número de população empregada no sector secundário - 39,23%. Este valor poderá estar relacionado com a construção da nova aldeia da Luz, através de subempreitadas e subcontratações, cujas obras terminaram em 2002, e também com o facto de ter existido uma indústria de madeiras no concelho.

Mourão é, dentre os quatro, o que tem menos população empregada no sector terciário, com especial destaque para Barrancos, onde atinge o valor de 69,61%. Em relação ao sector primário, o destaque vai para o concelho de Moura (19,75%) e de Reguengos de Monsaraz (17,90%). Nestes dois municípios temos duas situações distintas, em termos de sector primário. No município de Reguengos de Monsaraz predomina a vinha, da qual resultam a elevada produção de vinhos do concelho. E no concelho de Moura predomina a olivicultura, sendo o azeite da Cooperativa Agrícola de Moura e Barrancos uma DOP (denominação de origem protegida).

Capítulo 3 – O Processo de Desterritorialização – Reterritorialização na aldeia da Luz – que dinâmicas?

“A população da Luz viveu, sobretudo na última década, perante a irreversibilidade e inevitabilidade de um processo, a sensação de perda de um passado que, de futuro, se existir, só existirá sob a representação de memórias.”

(REINO, 2005: p.76).

Desde a segunda metade da década de (19)50 que estava prevista a construção da barragem de Alqueva, e desde essa data constatava-se a possível submersão da aldeia da Luz. Entretanto, no decorrer dos anos, discutiram-se várias opções para a prossecução do empreendimento: encher até à cota 152 (a actual), ou à cota 138, ou ainda a construção de diques em redor da aldeia para a sua protecção.

Optando-se pelo enchimento da albufeira até à cota 152, equacionaram-se então três hipóteses: construir uma aldeia de raiz nos montes da Juliôa e dos Pássaros de Cima (a cerca de 1500 metros da velha Luz), ou deslocarem-se para as imediações de Mourão, ou ainda, a construção dos diques. Depois de um questionário informal feito à população pela Junta da Freguesia da Luz optou-se pela primeira opção.

Os proveitos que adviriam da construção da barragem numa região caracterizada por pouca precipitação e escassos recursos hídricos foram considerados superiores às perdas, que passaram pelo desaparecimento de inúmeros territórios, entre eles, a aldeia da Luz.

No intuito de obter diferentes pontos de vista sobre o processo optámos pela realização de entrevistas. Estas possibilitaram longas conversas e maior liberdade na resposta. Entrevistámos habitantes da Luz, de diferentes escalões etários, masculinos e femininos, com diferentes formas de acompanhamento e diferentes ângulos de visão do processo.

Além dos habitantes da Luz, entrevistámos os representantes da Junta de Freguesia da Luz, da Câmara Municipal de Mourão, e da EDIA, bem como o Sr. Padre da Paróquia, e o responsável pelo processo de transladação dos corpos do cemitério da velha para a nova Luz.

3.1– O processo de desterritorialização – reterritorialização na aldeia da Luz – segundo diferentes perspectivas

No decorrer do trabalho de campo entrevistámos alguns habitantes que, a nosso pedido, nos iam satisfazendo a curiosidade científica.

Todas as expressões colocadas “*entre aspas*” e em itálico, são pequenos trechos que transcrevem expressões dos entrevistados.

O nosso guião de entrevista centrou-se sobretudo em onze tópicos fundamentais: a consciencialização da mudança, a velha Luz, as últimas festas na velha aldeia (festas anuais em honra de N. Sra. da Luz, padroeira da aldeia), a (nova) casa, a mudança para a nova aldeia, a transladação dos corpos do cemitério, a adaptação à nova Luz, os novos espaços na nova Luz, as primeiras festas na nova aldeia, o quotidiano e as perspectivas de futuro.

Estes onze tópicos justificam-se porque focam os acontecimentos, e as etapas mais importantes do processo de desterritorialização e de reterritorialização. No nosso entender, estes pontos abarcam perspectivas tão distintas como os espaços público e privado, os territórios simbólicos, as territorialidades das populações, a dinâmica social luzense, a habitação e questões mais intimistas como a mudança da aldeia e a transladação dos corpos do velho cemitério para a nova Luz.

A análise que de seguida se fará tem como base estes parâmetros das entrevistas efectuadas. De forma a complementar o trabalho de campo, recorreremos também a bibliografia sobre o tema em estudo.

De facto a aldeia da Luz tem sido cenário de muitos estudos, e até de ‘inspiração’ para diversos autores. Foram elaborados diversos trabalhos científicos, obras literárias e de poesia, e também documentários audiovisuais.

Das obras científicas salientamos Reino (1998), Reino (2002) e Saraiva (2005). Os trabalhos de João Pedro Reino são as teses de licenciatura e de mestrado respectivamente. A primeira data de 1998, e é trabalho final da licenciatura em Investigação Social Aplicada, e a de 2002, de mestrado em Sociologia. Clara Saraiva tem artigos publicados, e tem uma obra editada pelo Museu da Luz, que se intitula “Luz e Água – etnografia de um processo em mudança”. A

autora tem formação superior em Antropologia e, entre 1998 e 2005, dirigiu o projecto de assistência técnica para a constituição do Museu da Luz. Tratam-se, portanto, de autores com conhecimento do território.

Em relação a obras literárias temos o exemplo de Rodrigues (2005) que retrata uma narrativa baseada em “era uma vez uma aldeia, era uma vez várias gerações e era uma, mas só uma, vez uma barragem”. A história compreende as diferentes visões de três gerações de ‘Marias’: a avó, a mãe e a filha.

Dentro das obras literárias temos a poesia, e sem dúvida que a obra de Farias (2006): “Chamam-me Poeta e Artesão, porque faço versos e cadeiras” nos remete para toda a problemática da deslocação das pessoas da velha para a nova Luz. João Chilrito Farias é um poeta popular que expressa os seus sentimentos nas quadras que escreve.

Os documentários audiovisuais também dão o seu contributo para se tomar conhecimento de todo o processo de desterritorialização da população da Luz. O filme “A minha aldeia já não mora aqui”, de Catarina Mourão, 2006 representa os dias de mudança da população da velha para a nova Luz. Os últimos dias na antiga Luz, a adaptação aos novos territórios, e a expressão das pessoas são pontos de interesse nesta obra.

- **A Consciencialização da Mudança**

“Sou da aldeia da Luz
A que vai ser alagada
Calhou-nos esta cruz
Mas uma cruz tão pesada.”
(FARIAS, 2006: p.8).

Na quadra supra apresentada da autoria do poeta popular João Chilrito Farias denota-se que já existia uma consciencialização da deslocação, na medida em que o poeta refere que pertence à aldeia da Luz, e que esta vai ser alagada.

De facto, quando questionados sobre a consciencialização da mudança da aldeia, os jovens entrevistados foram peremptórios e revelaram que desde sempre se lembram de ouvir falar na barragem e na submersão da aldeia. Tanto os adultos como os idosos recordavam-se de ouvir falar, mas com os sucessivos adiamentos na construção da barragem, confidenciaram-nos que pensaram que a submersão da aldeia não se iria concretizar. Quando se começaram a aperceber que tal iria de facto ocorrer, levantaram-se uma série de problemas complexos, entre os quais se destacam questões como: para onde vamos? E o que fazer com os corpos dos entes queridos que estavam no cemitério da antiga aldeia?

- **A Velha Luz**

“Quem não ouviu falar
Na barragem de Alqueva
Pelos jeitos que leva
Nossa aldeia vai acabar
E nós temos de abalar
Daqui para outro lado
Porque já está marcado
Aonde a outra vão fazer
É verdade podem crer
Estou muito preocupado.”
(FARIAS, 2006: p.36)

A velha aldeia da Luz localizava-se a cerca de 2km para oeste da actual. No verso popular acima descrito, denota-se a expressão de preocupação e angústia demonstrada pelo poeta, e por certo, por toda a sociedade luzense.

No final do século XX, a Luz era uma aldeia pouco povoada (394 habitantes em 1991 e 373 em 2001) e com características rurais. De facto, a ruralidade era marcada pela predominância da prática agrícola por um lado, mas também, por certo, e dado o envelhecimento da população, de uma dependência de reformas e pensões.

A morfologia da aldeia caracterizava-se por ruas estreitas e desordenadas e a arquitectura da Luz, pela casa térrea, “de materiais leves e de grande plasticidade, que permitem todas as fantasias de estilo e que funcionam ao mesmo tempo como isoladores de calor, rebocadas e caiadas exterior e interiormente, com poucas janelas, muitas vezes mesmo apenas com a porta de entrada na frontaria, incluindo na sua estrutura arcos de tijolo e, por vezes mesmo, abóbadas...” (Oliveira et al, 1992 cit. in SARAIVA, 2005). Grande parte das casas da velha Luz, sobretudo as mais antigas, foram edificadas pelos próprios proprietários, recorrendo algumas vezes, à ajuda dos mestres taapeiros e dos telheiros, constituindo assim, verdadeiros exemplos de formas de arquitectura popular alentejana que reflectiam os diferentes passos até chegar “à *minha casinha*”. Imagens do casario da velha Luz estão apresentadas na figura 36. “As paredes exteriores das casas eram feitas em pedras e tinham uma grossura de quase um metro; as interiores, bastante mais delgadas, eram feitas de adobe, ou em taipa. Finalmente o chão que

começava por ser de terra batida, era depois forrado com grandes lajes de xisto” (RODRIGUES, 2005: p.28).



Figura 36- Casario da velha Luz
Fonte: SARAIVA, 2005.

A este propósito, o Presidente da Junta de Freguesia salienta que a velha Luz possuía um espaço de lazer, junto ao rio, no qual foram efectuadas reabilitações aos moinhos aí localizados.

A aldeia dispunha de um posto de saúde, um centro de dia, uma escola primária e um jardim-de-infância, para além de três estabelecimentos comerciais, cinco cafés e a Sociedade Recreativa Luzense. “Os estabelecimentos comerciais constituíam importantes referências colectivas, pela sua especificidade de lugares de troca de sociabilidades – femininas, nos casos das mercearias, masculina no dos cafés” (SARAIVA, 2005: p.48).

A velha Luz era formada por dois núcleos. O núcleo populacional, a aldeia, e um núcleo mais afastado, distando cerca de 1500 metros, composto pelo Santuário de N. Sra. da Luz, pela praça de touros e pelo cemitério, como se observa na figura 35. “Um conjunto que simbolicamente unia as esferas da morte e da festa, do sagrado e do profano” (SARAIVA, 2003: p.109).

A figura 37 representa um esboço da morfologia da velha aldeia, denotando a distância entre a aldeia e o núcleo.

O núcleo mais afastado invocava o sagrado e o profano. De um lado, os locais de culto e onde repousam os entes queridos, e por isso lugar de memória e de recordação e de outro, o profano, a praça de touros, invocando a diversão e a tradição de um povo.

Até à década de 70, a maioria dos festejos das festas anuais, realizavam-se neste núcleo. Era aqui que havia espaço para a religião, para as procissões e para a tradição e costumes, como as corridas de touros.



Figura 37- Esboço da velha Luz e imagens da praça 25 de Abril (núcleo populacional) e do núcleo, constituído pelo Santuário, cemitério e praça de touros.
Adaptado de SARAIVA, 2005.

Quando realizámos o trabalho de campo pudemos constatar a forma saudosa como os entrevistados falam da velha Luz. Uma das expressões mais relevantes e mais demonstrativa do sentimento de perda, de saudade, de quebra, foi: “À noite quando sonho, todos os sonhos se passam na antiga aldeia”, esta frase foi-nos dita por um entrevistado jovem. A entrevistada mais idosa referia-nos que “costumo sonhar com a minha casa”, referindo-se à casa na velha aldeia.

Na Luz constatámos que a relação da população com o território difere consoante o género. O homem, ligado mais ao espaço público e de convívio, e a mulher muito ligada ao espaço doméstico, privado. Estas duas frases são disso exemplo, dado que o entrevistado jovem diz sonhar com a aldeia antiga, e a mulher afirma sonhar com a sua casa antiga. São duas escalas, dois patamares de afectividade com o espaço. São diferentes, mas ao mesmo tempo, complementares.

- **As Últimas Festas**

“Nossa Senhora da Luz chorou
Ao deixar o velho altar
Tanta gente que ali passou
Que a ia visitar.”
(FARIAS, 2006: p.58).

Enquanto falávamos e desenvolvíamos as entrevistas foi também nosso objectivo ‘tocar em pontos’ mais sensíveis e simbólicos. Primeiro, pusemos a hipótese de questionar os entrevistados sobre o último Natal passado na velha Luz, mas concluímos que seria mais interessante perguntar pelas últimas festas na antiga Luz e pelas primeiras festas na nova Luz. Esta mudança de ‘estratégia’ deveu-se ao facto de nas primeiras entrevistas efectuadas quando questionávamos sobre o Natal, os entrevistados achavam a pergunta sem sentido, e os próprios entrevistados me falaram que, de facto, teve muito mais importância as últimas festas na velha Luz e as primeiras na nova aldeia.

O poeta popular, João Chilrito Farias, para demonstrar a sua emoção remete-a para a N. Sra. da Luz. Um facto muito interessante é observar que para ele, a padroeira da aldeia também ela está emocionada com a mudança. Isto está relacionado, sem dúvida, com os territórios simbólicos do próprio poeta. Este facto também está ligado com a fundação da aldeia, pois terá sido no lugar onde estava o Santuário na velha Luz que N. Sra. da Luz terá aparecido e a partir desse ponto ‘nasceu’ a povoação.

As Festas da aldeia são em honra de N. Sra. da Luz, que é a padroeira e a ela está ligada a lenda sobre a fundação da igreja (o Santuário) e até da própria aldeia. “É relevante perceber o significado simbólico e a importância dada ao Santuário de Nossa Senhora da Luz, já que a história da origem do povoado o faz derivar da lenda do aparecimento da Virgem no local onde mais tarde seria erigida a igreja em honra da Senhora. O sentido de pertença àquele local está por isso enraizado no símbolo multivocal representado pela igreja, espaço sagrado de devoção mas também de génese do povoado e dos próprios luzenses” (SARAIVA, 2005: p.147).

Fazem parte das tradições das festas, que se realizam no primeiro fim-de-semana de Setembro, a garraiada nocturna na sexta-feira, a procissão do Santuário de N. Sra. Da Luz para a Igreja do Sagrado Coração de Jesus, a tourada e o espectáculo popular no sábado. No

domingo tem lugar a procissão solene que vai da Igreja para o Santuário, percorrendo algumas artérias da aldeia. Na segunda-feira há uma vacada e na terça-feira, último dia de festas, é oferecido pela comissão de festas, um ensopado de touro, a toda a população.

Estas festas caracterizam-se assim pelo seu carácter religioso, mas também pelo seu lado laico, profano, como se encontra representado nas figuras 38 e 39.



Figura 38- Procissão solene de N. Sra. da Luz na velha Luz, 2002.
Fonte: SARAIVA, 2005.



Figura 37- Tourada nas Festas na velha Luz, em 2001 e 2002.
Fonte: SARAIVA, 2005.

Constatámos que para os idosos com quem falámos, as festas já não representavam muito, justificadas pela dificuldade na mobilidade dos habitantes. No entanto, para os jovens e adultos a festa adquiriu um valor especial, dado que se por um lado, há muito que se ouvia falar na mudança, por outro, nesse ano, com as construções na nova aldeia a progredir, não “*havia volta*

a dar”. Sem dúvida que essas seriam as últimas festas vividas naquele território. Foram então vividas de uma maneira intensa e o tema de conversa predominante era o facto de se tratarem das últimas. Na antiga aldeia, as festas eram vividas sobretudo no núcleo da igreja, praça de touros e cemitério, estando afastados do aglomerado populacional da aldeia. E afluíam muitas pessoas. As festas “*trazem sempre muita gente de fora*”: “os naturais da Luz que se encontram a viver noutros lados ou emigrados no estrangeiro, organizam as suas vidas para ‘vir à festa’ (SARAIVA, 2005: p.140).

“A sucessão de momentos, festas e celebrações de despedida ajudou na tomada de consciência e catarse da ideia do adeus final e inevitável à velha aldeia” (SARAIVA, 2005: p.155).

- **A (Nova) Casa**

“Parece que tudo está bem feito
A aldeia vista por fora
Quem passa e vai embora
Não nota qualquer defeito
Mas há tanta coisa sem jeito
Que não nos podemos calar
Meus senhores quem entrar
Dentro das habitações
Verá que não há condições
Para podermos mudar.”
(FARIAS, 2006: p.51).

O poeta popular neste verso aqui transcrito apresenta o seu descontentamento face ao interior das habitações, e remete também para um facto interessante: quem vai de passagem e observa a nova aldeia, tudo lhe parece em condições, mas no entanto, para as populações não é assim.

De facto, quando questionados sobre as casas na nova aldeia, as opiniões alteram-se sobretudo quanto ao género e escalão etário do entrevistado. De facto, na Luz a mulher (adulta e idosa) na Luz tem grande poder doméstico, assumindo o domínio e o governo em casa, e como tal, nas reuniões dos habitantes com a EDIA e nas reivindicações que faziam, as mulheres assumiam o papel principal. “Os homens tomaram parte neste processo, fazendo-se ouvir pela voz das suas mulheres. Os homens destes meios, sobretudo os mais idosos, são delicados e cuidadosos, quando se trata de falar com gente de fora. Por outro lado, a fragilidade, aparente e física das mulheres está, natural e comprovadamente, fortalecida pela força de espírito”. As mulheres na Luz tiveram um papel fundamental na mudança e nas discussões sobre as condições das casas: “As mulheres desempenharam um papel fundamental em todo o processo negocial. (...) eram elas que vinham, reclamavam, que tinham coragem de dizer coisas como – Se eu já tinha uma casa de banho e a minha vizinha não, então, se ela vai ter uma, eu quero duas! Se assim não for, o que é que eu ganho?” (RODRIGUES, 2005: p.93 e 69).

A casa tradicional da antiga aldeia caracterizava-se por ser de piso térreo e de pequena volumetria. Os materiais de construção mais usados eram a taipa, o adobe, o xisto e a lousa. Na nova aldeia, estes materiais foram substituídos por técnicas mais recentes de construção. A base predominante dos conjuntos habitacionais da antiga aldeia da Luz era a conjugação entre

casa e quintal. Neste estava localizada a casa do quintal, utilizada sobretudo para a matança do porco, e também o casão, as arrecadações e as arramadas. É característico de qualquer localidade que, indivíduos com mais posses económicas possuam melhores habitações e melhores condições de vida, factos que nesta nova aldeia foram subestimados, promovendo uma homogeneidade nas condições habitacionais.

A habitação é o primordial factor pelo qual a população mudou a sua maneira de estar em sociedade. A standardização da habitação e a semelhança do exterior das diferentes casas vieram diminuir de forma muito significativa as diferenças sociais e económicas que se encontravam patentes na antiga aldeia. O Sr. Padre da Paróquia afirma que a população com menos recursos económicos, que possuíam habitações sem quarto de banho, tinha interesse em ir para a nova Luz, com melhores condições, enquanto que as pessoas com mais posses se mostraram mais renitentes. Nos diálogos que mantivemos, os entrevistados confidenciaram-nos que a aldeia nova “*parecia um bairro social*”, todas as casas com as mesmas características, de piso térreo (à excepção de dois alojamentos que se caracterizam por ter piso térreo e primeiro andar) e construídas com materiais de construção modernos. “Aos olhos dos habitantes, a geometria das formas e a disposição das construções provocaram um efeito de desordem social” (REINO, 2002: p.117).

A construção das casas e a reivindicação por parte de alguns habitantes trouxeram mau estar à sociedade luzense e alguns desentendimentos: “*houve pessoas que tiraram a sorte grande com a nova aldeia*” dizia-nos o entrevistado mais idoso. Se para alguns habitantes tudo estaria em condições, houve outros, para os quais, nada era do seu agrado. Refira-se que algumas casas têm apresentado estragos como rachas e fissuras nas paredes e erros de cálculo espacial, de dimensão. Estes estragos têm sido prontamente reparados pela EDIA: “*A EDIA assumiu todos os aspectos considerados na ‘garantia’ de cinco anos, que decorreram sobre qualquer prédio novo*”, afirmou a representante desta instituição. O filme “A minha aldeia já não mora aqui”, de Catarina Mourão (2006), retrata um episódio de uma bancada de cozinha pronta a ser instalada e que não se adequava ao espaço disponível. Ou, tal como o Presidente da Junta de Freguesia da Luz nos relatou: “*os degraus de acesso às casas eram de tal maneira altos que as pessoas mais idosas não conseguiam aceder às suas habitações*”. Ainda segundo o mesmo entrevistado, “*quando a população se mudou para a aldeia, não havia sistema de drenagem das águas pluviais, e no primeiro Inverno houve graves inundações nas casas*”.

De facto, os sentimentos de vizinhança e solidariedade, característicos de uma aldeia, com cerca de 400 habitantes (2001), como era a antiga Luz, alteraram-se bastante com a mudança. Isto é visível na vida social da aldeia, na qual se regista um menor contacto entre os vizinhos. “Ao que parece, o processo ao qual todos foram submetidos – a mudança – fez emergir uma serie de sentimentos conflituosos que se chegaram, nesta fase, a verbalizar e que afectaram a intimidade entre vizinhos, entre familiares, entre ricos e pobres, enfim, entre todos” (RODRIGUES, 2005: p.87). A figura 40 mostra-nos a nova aldeia e os estaleiros da construção, e a figura 41 representa a construção dos passeios das novas ruas da Luz.



Figura 40- Estaleiros e construção da nova Luz.

Fonte: Arquivo do Professor Doutor João Luís Fernandes.

“Segundo constatei e que alguns informantes privilegiados confirmaram, a ‘mudança’ para a Nova Luz, provocou um aumento da conflitualidade entre os habitantes, havendo por vezes algumas disfuncionalidades na dinâmica social, que se traduziu num maior isolamento e na interiorização negativa das suas novas casas” (REINO, 2002: p.117). O Presidente da Junta de Freguesia da Luz tem opinião semelhante, na medida em que “*com a mudança e por causa das casas novas a população ficou revoltada e desconfiada uns dos outros*”, e o Sr. Padre também: “*antes havia mais familiaridade, agora as pessoas estão mais isoladas e mais desconfiadas, dadas as discussões das casas*”. Na opinião da representante da EDIA “*aconteceu o confronto entre as pessoas, pela cobiça, do que tinha e do que passava a ter, dos que tinham casas velhas e passavam a ter novas, dos que tinham novas e a sua situação não se alterava e por isso ‘os ganhos’ não eram tão evidentes*” e acrescenta “*este passado com o aumento da idade, com as*

situações de isolamento, com a ausência de familiares em idade activa, entre outros, provocou o isolamento”.



Figura 41- Nova aldeia da Luz, em fase de construção.
Fonte: SARAIVA, 2005.

Para esta mudança de vida social contribuiu também o facto da morfologia das ruas não serem semelhantes às da antiga aldeia. A antiga Luz era uma aldeia caracterizada pela não existência de passeios e pelas estradas serem estreitas e em alguns casos só com uma faixa de rodagem. Na nova aldeia da Luz, os passeios e as ruas obedecem a normas, que afastaram os habitantes dos vizinhos da frente, dificultando-lhes a comunicação. Um costume de muitas aldeias alentejanas, entre elas a antiga Luz, era, nas noites de Verão, os habitantes sentarem-se às portas das casas e ali estabeleciam conversa com vizinhos da frente, ou com quem passava na rua. “No Verão, a casa abria-se para o exterior, a rua passava a ser uma extensão da mesma, e as sociabilidades femininas desfilavam ao longo das soleiras das portas em cadeiras dispostas defronte das fileiras do casario” (SARAIVA, 2005: p.43). Hoje em dia tal não é possível dada a largura das estradas. A antiga aldeia caracterizava-se por ter ruas estreitas e desordenadas nas quais umas casas eram mais altas que outras e umas mais junto à estrada que outras. A nova realidade, em nada se assemelha, dado que as ruas e as casas se encontram como saídas de um plano, como se pode observar na figura 42.



Figura 42- Aldeia da Luz em 2011.

“A nova aldeia para os habitantes é um objecto extravagante que foi desenhado sem ter havido um prévio e aprofundado conhecimento das necessidades e *habitus* da população residente” (REINO, 2002: p.123).

- **A mudança**

“Que saudades vai deixar
A nossa aldeia velhinha
Até agora tão branquinha
Tão escura que vai ficar
Quando a água aqui chegar
Já aqui não há viventes
Apaga-se a luz para sempre
Vai ficar na escuridão
Até nos corta o coração
Amigos, vizinhos e parentes.”
(FARIAS, 2006: p.32).

A deslocação forçada como este processo de desterritorialização das populações da Luz é muito complexa, e o poeta representa isso na quadra transcrita. Neste excerto, temos dois aspectos interessantes, por um lado, a aldeia branca, ficar escura, submersa pelas águas, e por outro, o próprio nome da aldeia serve para metaforizar o seu desaparecimento, a luz vai apagar-se e vai ficar na escuridão. Por um lado, apaga-se a luz referente aos residentes da aldeia que já residem na nova aldeia, e por outro, a própria Luz também se vai ‘apagar’, vai ficar submersa na albufeira de Alqueva. Trata-se de uma metáfora de uma aldeia que não tem réplica possível, nem pode ser substituída. Neste verso evoca-se uma aldeia com personalidade única, que não se transladará para outro lugar, mesmo que se mantenha a toponímia.

De facto, no que diz respeito à mudança dos pertences dos habitantes da velha Luz, salientamos o facto de ter sido efectuada com recurso a agentes externos, como empresas especializadas em transporte de bens. A empresa encarregue chegava à antiga aldeia, acondicionava os bens, transportava-os para a nova e dispunham-nos. Segundo a representante da EDIA “apesar do acto da mudança ter ficado a cargo de empresas externas, (...), toda a sua orientação, distribuição de embalagens, ajuda psicológica e física no ‘arrumar’ da ‘bagagem’ foi levada a cabo por técnicos do quadro da EDIA, (...), e também por técnicos especializados na área da psicologia e assistência social contratados para este efeito”. Foram-nos relatados momentos de dor e comoção, mas também de alguma expectativa face à nova vida na nova aldeia. Quando o interior de alguma moradia era mudado, os vizinhos reuniam-se com os proprietários, tentando de alguma forma acarinhá-los e consolá-los. Refira-se também que a

maioria das vizinhanças se manteve e só era alterado quando algum residente manifestava vontade.

Na figura 43 está representada uma das formas de protesto e de indignação: “17.01.03 – dia da mudança. Maldita seja barragem do Alqueva pelo sofrimento que nos causaste”.



Figura 43- Graffiti numa casa na velha Luz.
Fonte: SARAIVA, 2005.

Com a mudança do recheio de determinada casa para a aldeia nova, a antiga era demolida, até toda a aldeia ter ficado resumida a escombros: “Cheguei à antiga aldeia e estava tudo arrasado, nem consegui perceber onde era a minha casa”, relatava-nos o entrevistado mais idoso (figura 44).

“Os residentes da Luz, com a ‘mudança’ perderam a dimensão casa, sendo obrigados a reconstruírem as suas referências espaciais. A perspectiva de ‘mudança’ provocou nos residentes um desencanto, uma perda de valores, provocando um estado de incerteza e de insegurança” (REINO, 2002: p.139).



Figura 44- O casario da velha Luz e a Igreja Matriz a serem destruídos.
Fonte: SARAIVA, 2005.

A “*mudança da aldeia foi muito complicada*”, dizia-nos o Presidente da Junta de Freguesia da Luz, acrescentando que “*as pessoas saíram da antiga aldeia ainda com as casas em pé, sendo que a maioria não assistiu à sua demolição*”.

Segundo a representante da EDIA, numa fase inicial “*os principais obstáculos à mudança, numa fase inicial, foram o receio de serem enganados ‘economicamente’, a prender a interpretar um projecto em ‘papel’, o aspecto da qualidade construtiva, as divergentes posturas das principais figuras políticas do concelho, e finalmente o receio do desconhecido*”.

Como já foi mencionado, a velha Luz foi destruída na sua totalidade para a submersão dos seus territórios, e a nova Luz inaugurada a 19 de Novembro de 2001, que segundo o Presidente da Junta de Freguesia da Luz é visto como “*um dia de luto*”. Grande parte da população não regressou mais, após ter efectuado a mudança. Outros houve que, após visitarem a ‘sua aldeia’, ficavam destroçados.

As figuras 45, 46 e 47 são uma sequência que aconteceu em apenas, dois anos. Tenha-se como ponto de referência o pinheiro manso no cimo da colina.

De facto, em apenas dois anos este território sofreu uma mutação, houve uma mudança na paisagem.

Na figura 45, de 2002, já se começava a efectuar a deslocação e a mudança das populações para a nova Luz. É visível no lado esquerdo da imagem a torre da Igreja do Sagrado Coração de Jesus. Nota-se também na imagem as ruas tortuosas e estreitas da velha Luz.

Na figura 44, datada de Fevereiro de 2003, que marca o início da sua demolição, é visível a albufeira a chegar perto da aldeia. Note-se por detrás da colina do pinheiro manso, o ponto de referência a albufeira. Da figura 42 para a 43 é visível uma mudança na paisagem, uma mutação nos territórios, que viriam a ser agravadas com a destruição e desflorestação da área da velha Luz (figura 48).

A figura 47 representa o território da velha Luz pronto para ser submerso pela albufeira da barragem de Alqueva. Destruída e desflorestada, a área onde seis meses antes estava uma aldeia em início de desmantelamento, era em Julho de 2003, apenas um espaço.

Na realidade, a mutação presente nestas imagens é estrutural.



Figura 45- Velha Luz, em 2002, antes da demolição.
Fonte: SARAIVA, 2005.



Figura 46- Velha Luz, Fevereiro de 2003, no início do desmantelamento.
Fonte: SARAIVA, 2005.



Figura 47- Velha Luz, Julho de 2003, após a conclusão da demolição.
Fonte: SARAIVA, 2005.



Figura 48- Desflorestação dos territórios da Luz.
Fonte: Arquivo do Professor Doutor João Luís Fernandes.

A percepção da população da Luz sobre a destruição da aldeia encontra-se representada nos versos que em seguida se transcrevem, da autoria do poeta popular.

“Eu fui ver a velha aldeia
Fiquei muito apavorado
Não me passava pela ideia
Que a encontrava naquele estado.

A aldeia onde eu nasci
Já está toda arrasada
Tudo o que eu lá conheci
Já lá não resta nada.

Subi à cabeça alta
Para melhor confirmar
Achei a minha aldeia em falta
Sem querer fez-me chorar.”

(FARIAS, 2006: p.62).

De facto, o poeta popular transmite nos versos que escreve os seus sentimentos. Trata-se de um processo complexo, como é a perda de referências espaciais dos que eram os ‘seus’ territórios, fossem eles materiais ou simbólicos, na medida em que vai interferir com o

sentimento de topofilia, com o vínculo a determinado lugar, e de repente, esse lugar 'desaparece', não há um único elemento presente, uma única referência, um único território. Havendo por isso, uma mudança na territorialidade das populações.

A importância da aldeia e a incredulidade estão presentes nesta quadra. A aldeia que viu nascer o poeta, a 'sua aldeia', desaparece e por outro ele não quer crer no que vê, e sobe a um ponto mais alto para se aperceber da dimensão desta mudança de paisagem e nas territorialidades das populações.

- **A transladação dos corpos do cemitério**

“Este é o caso mais sério
Que nós vamos enfrentar
A triste hora vai chegar
De mudar o cemitério
Por este lugar finério
Não tiveram consideração
Nem por esta povoação
Que muito está a sofrer
O que vai acontecer
Até corta o coração.”
(FARIAS, 2006: p.54).

A transladação dos corpos do cemitério da velha Luz para o cemitério da nova Luz, foi o ‘episódio’ mais intimista e com o qual a população da Luz mais sofreu. O poeta João Chilrito Farias, no verso acima transcrito demonstra esse sentimento.

Neste âmbito entrevistámos o responsável pela transladação dos corpos do cemitério da velha Luz para o cemitério da nova Luz, o Dr. Moita Flores, pelo que todos os trechos “*entre aspas*” são da sua autoria.

Em relação a esta parte das entrevistas, salientamos que, da parte dos entrevistados, a reacção quando lhes colocámos esta questão foi de tristeza, desânimo e resignação perante este facto. Salientamos ainda que dado se ter tratado de um momento doloroso, em que algumas pessoas voltaram a viver e a recordar o luto e a perda, os depoimentos, alguns deles muito pessoais, que conseguimos referentes a esta parte, não os iremos publicar.

A deslocação da população da aldeia da Luz para a nova aldeia, acarretava o problema da transladação dos corpos dos antepassados, dado que o velho cemitério iria também ficar submerso.

“A polis deve ser entendida como um todo, incluindo a nekropolis, território essencial para a gestão do luto e da memória individual e colectiva”.

Os luzenses decidiram que a mudança dos mortos deveria anteceder a dos vivos. No dia 22 de Junho de 2002 realizou-se uma missa na igreja matriz, seguida por uma cerimónia religiosa no velho cemitério, na qual a população se despediu deste espaço encerrando, de forma simbólica, o portão (figura 49).



Figura 49- Despedida e encerramento simbólico do cemitério da velha Luz.
Fonte: SARAIVA, 2005.

Foi um momento de catarse emocional colectiva, no qual as pessoas se sentiram unidas na dor provocada por este abandono forçado dos mortos. Segundo o Sr. Padre: “as pessoas são muito ligadas à terra e quando se fala nos seus mortos, sente-se o coração estremecer”. De seguida, rumaram até ao cemitério da nova aldeia, onde se procedeu ao ritual da bênção do campo sagrado (figura 50).

“A transladação do cemitério constituiu o expoente máximo da violação de privacidade e tocou o âmago sagrado da relação das pessoas com a morte, vista como disruptor por excelência da harmonia familiar e social” (SARAIVA, 2003: p.110).



Figura 50- Cemitério da velha Luz em 2001, à direita, e local do cemitério, após a sua demolição, em 2002.
Fonte: SARAIVA, 2005.

A população da Luz tinha grande ligação com os seus antepassados, que pode ser vista na importância dada aos cuidados na manutenção e embelezamento das campas e sepulturas, tal

como se pode observar na figura 51. São principalmente as mulheres que usam o cemitério como espaço de sociabilidade, no qual se deslocam, para recordar os entes queridos. A figura 51 demonstra que, mesmo tendo conhecimento que o cemitério iria ser trasladado no ano seguinte, em 2001 as mulheres da Luz cumpriram o ritual e caíram e limparam as sepulturas.



Figura 51- Limpeza das sepulturas no cemitério da velha Luz, 2001.

Fonte: SARAIVA, 2005.

“Portanto, mais do que um processo material de exumação e transladação de cadáveres, com a respectiva identificação antropológica e civil, transformámos o projecto num processo complexo que teve como objectivo a redução de traumas, o afastamento de novas formas de luto e diminuição do tempo da dor pela reevocação dos entes queridos já falecidos.”

Assim, a transladação teve início a 28 de Junho e demorou cerca de treze dias.

“Mexer num cemitério na sua totalidade, é um acto muito delicado. Aqui (...) penetramos na Memória. Um cemitério é sobretudo, a capacidade de evocação e rememoração das relações psico-afectivas e grupais num concentrado radical que é a consciência do não-encontro físico. Um cemitério (...) deixa de ser o local onde os cadáveres apodrecem para se transformar numa metáfora sobre a continuação da vida. Os jazigos e sepulturas reproduzem a ideia de individualidade e família, as fotografias mostram pessoas vivas, os epitáfios são em discurso directo, numa cenografia que escamoteia a ausência e a transforma em presença visível através de vários dispositivos materiais de sepultamento”.

Em média foram mudados doze corpos por dia. As urnas saíam em carro fúnebre do cemitério da velha Luz e seguiam por uma estrada exterior à aldeia, para evitarem passar dentro do núcleo populacional.

Os familiares “*em choque, luto e sofrimento*” esperavam junto do cemitério da nova aldeia, onde se procedia à inumação das urnas nos novos ocos (sepulturas exteriores, elevadas em relação ao solo, o que faz com que o enterro não seja feito na terra).

As exumações e transladações procuraram ser feitas por família, “*isto é, quando exumávamos um determinado indivíduo, mesmo que fosse em locais distintos, exumávamos todos os membros da família. Assim, quando o grupo de familiares, que esperava os seus mortos no cemitério novo, em nova urna, com flores, com o ritualismo do cortejo fúnebre, recebia de uma só vez, pais, avós, irmãos. Não precisava de regressar mais vezes ao cemitério. Os rituais no cemitério novo não ultrapassavam uma oração e imediato encerramento da sepultura, evitando o prolongamento da reactualização dos ritos de separação. Os psicólogos desempenharam neste processo um papel essencial de apoio ao luto.*”

De facto, o apoio dado pelos técnicos às populações foi reconhecido, “*e o reconhecimento não foi só da aldeia, como da comunidade científica nacional e internacional.*”

A nível estético primou-se pela manutenção do aspecto físico de cada campa e pela vizinhança. Também as cabeceiras de sepultura, lápides, jarras e outras decorações foram transferidas para o cemitério da nova aldeia.

“*Mexer na comunidade dos mortos foi também tocar na memória sagrada de uma aldeia, que ultrapassou os restos mortais individualmente identificados que foram trasladados. Este processo desencadeou uma catarse colectiva e um sentimento de solidariedade derivada do sentimento da união na dor. Com os seus mortos no novo espaço só restava aos luzenses aceitarem com resignação que os vivos se mudassem também.*” (SARAIVA, 2003: p.112).

- **A adaptação à aldeia**

“Não é esta a nossa aldeia
Viemos para aqui obrigados
Estamos numa terra alheia
A que não estamos habituados.”
(FARIAS, 2006: p.68).

Na quadra escrita pelo poeta popular, observamos que, de facto, ainda não havia afecto e ligação com a nova aldeia, os novos territórios.

“Os residentes da Luz foram compelidos numa primeira fase a aceitar a ‘mudança’ e ultimamente foram forçados a adaptarem-se a novos espaços. Por sua vez, estes novos espaços possuem uma morfologia diferente, em comparação com os velhos espaços, o que implica um uso diferente para o qual os residentes não estão preparado” (REINO, 2002: p. 115).

Um entrevistado jovem iniciou a sua entrevista afirmando que: *“dizem que às pessoas mais velhas custou mais a mudança e a adaptação à aldeia, mas na minha opinião, aos jovens custou o mesmo ou mais”*, e deu como exemplo, a desunião sentida na associação de jovens (criada em 2001, mas já funcionava como grupo informal, cujos objectivos são preservar e retomar tradições e costumes da aldeia). Esta desunião deveu-se às tensões e conflitos que a mudança para a nova Luz provocou, em relação, por exemplo, às novas habitações. Também o Presidente da Junta de Freguesia da Luz é da opinião que *“os jovens são os mais revoltados com este processo”*. No entanto, para o Presidente da Câmara Municipal de Mourão, *“o coração das pessoas mais velhas está na aldeia velha”*, e no entender do Sr. Padre: *“as pessoas já vão esquecendo a velha Luz, as mais velhas ainda vão falando, as mais novas já estão mentalizadas para uma nova vida, para uma nova geografia”*. Na opinião da representante da EDIA os sentimentos observados na população, durante a mudança, foram: *“misturas de medo, raiva, perda, curiosidade, inveja, mas curiosamente, nunca a resignação”* no entanto acrescenta *“o ser humano tem uma capacidade extraordinária de se adaptar”*, e dando um exemplo concreto: *“quando lá vou vejo toda a gente a pintar as suas casas, a reparar o que não está bem, a mudar um rodapé, a mudar a porta inicial para uma outra”* e no seu entender *“significa que as pessoas se importam com ‘este território’, se interessam e o assumem seu”*. De facto, estas atitudes demonstram estima pelo novo território.

“E a cegonha que morava na torre da igreja antiga... por fim, mudou-se! E hoje também já mora na torre da nova igreja” (RODRIGUES, 2005: p.93). Esta frase é elucidativa da adaptação progressiva à aldeia.

De facto, a morfologia da nova Luz, em nada se assemelha à da velha Luz. Os territórios não são os mesmos, os indivíduos não têm a mesma ligação, o mesmo elo que tinham com a aldeia antiga, logo as relações vão sofrer alterações, até na forma como se utiliza o espaço.

“A Luz possui algumas características muito específicas: consiste num espaço rural, no qual há um forte enraizamento local e onde predominam as redes de interconhecimento.” (REINO, 2002: p.112). A população da Luz é bastante ligada ao território, “à *minha terra, que me viu nascer e me devia ter visto morrer*” e como se trata de uma povoação com poucos habitantes, todos se conhecem.

As habitações têm muito melhores condições e o valor comercial das casas sofreu um aumento, mas o que está em causa é a adaptação à nova casa e à nova aldeia e essa ainda não está concluída: “*quando é que eu vou ganhar afecto a isto?*”, questionava uma das nossas entrevistadas, referindo-se à casa. “A casa é na Luz, um quadro de vida, um banco de memória, onde os residentes foram depositando bens materiais e afectivos, onde o espaço é um local de reminiscências. Na Luz, em muitos casos, a casa identifica-se com a família, com o mundo agrícola, com o trabalho da terra (tal como a terra, a casa é um elemento que deve ser transmitida às novas gerações futuras), tendo sido a base económica para muitos habitantes (a casa é uma imagem viva do trabalho da terra)” (REINO, 2002: 115).

Foi-nos relatado que a antiga aldeia tinha outra dimensão, “*era mais juntinha*” e possuía uma série de equipamentos e infra-estruturas comunitários, como por exemplo o tanque comunitário. Havia portanto, outro tipo de convívio, nomeadamente “*havia sempre gente na rua*”, facto que nos dias de hoje não acontece. Havia também fontanários, um deles trasladado para a nova aldeia e pequenas hortas, havendo sempre movimento (figura 52).



Figura 52- Fontanário na antiga aldeia e reconstruído na nova Luz.

Havia também um lavadouro, que não existe na nova aldeia. Este lavadouro, na velha Luz, “era uma espécie de tribunal das mulheres; era o sítio onde elas decidiam, opinavam e teciam sentenças sobre a vida em geral... dos outros. E lavavam a roupa” (RODRIGUES, 2005: p.45). este lavadouro era um ponto focal, um lugar de encontro e de sociabilidade, funcionavam como espaços de convergência de pessoas e irradiação de notícias, factos e opiniões.

De facto, um entrevistado mais idoso confidenciava: “*foi muita custosa a adaptação à nova aldeia*”.

- **Os novos espaços na nova Luz**

Não foram só os habitantes que mudaram de aldeia, mas também a nova Luz alterou a sua disposição. A velha Luz era concentrada e tinha um núcleo mais afastado, composto pelo Santuário de N. Sra. da Luz, pela praça de touros e pelo cemitério. Este núcleo ficava afastado cerca de 1500 metros do núcleo da aldeia. Na nova aldeia esta distância alterou-se significativamente, sendo hoje apenas de 500 metros. O esboço da nova morfologia da Luz encontra-se representado na figura 53.



Figura 53- Esboço da nova Luz, com localização do núcleo populacional e do núcleo mais afastado, constituído pelo Santuário de N. Sra. da Luz, Museu da Luz e cemitério.

A constituição do núcleo também se alterou. Hoje em dia encontram-se afastados da aldeia, o Santuário de N. Sra. da Luz, o Museu da Luz e o cemitério. O Santuário é uma réplica do existente na antiga aldeia. Foi feita a transladação das pedras, dos altares e das imagens.

As três imagens principais vieram numa procissão ao anoitecer da igreja velha até ao Santuário de N. Sra. da Luz. Esta procissão juntou muitos habitantes e todos eles quiseram nela

participar, levando os andores. O actual edifício é uma reconstrução da antiga igreja, que remontava ao século XV. O edifício manteve o traçado, as cantarias, os frescos, o lavabo da sacristia, a pia baptismal e as imagens dos santos devotos (figura 54).



Figura 54- Santuário de N. Sra. da Luz na velha Luz, à esquerda, e na nova Luz, à direita.
Fonte: Museu da Luz

O Museu da Luz é uma infra-estrutura nova da actual aldeia. Foi fundado em 2003, e o seu principal objectivo é servir de local de memória da velha Luz, e das actividades que nela predominavam. A sua arquitectura é bastante apelativa, enquadrando-se, como se pode observar na figura 55, no contexto onde está inserido.

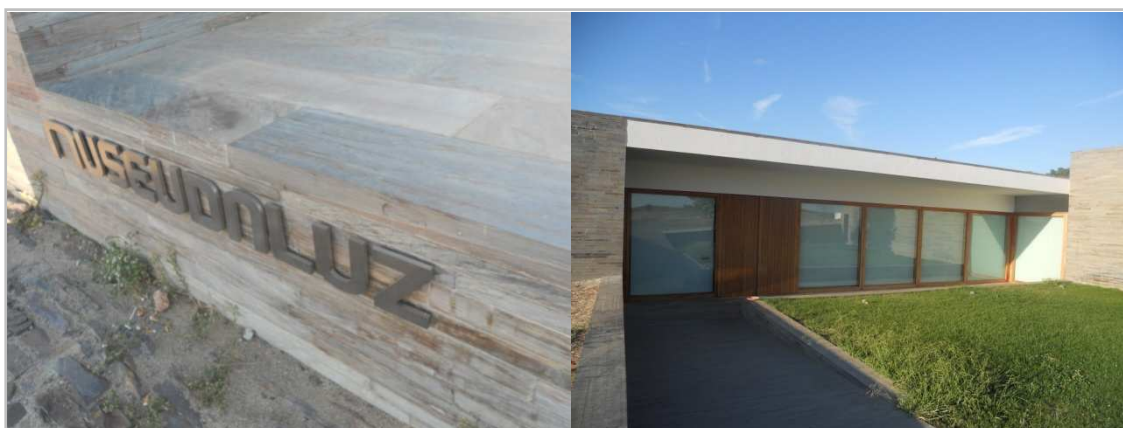


Figura 55- Museu da Luz

“O museu deve ser pólo unificador e identitário essencial e ainda dinamizar, centralizar e ordenar actividades culturais e lúdicas, em relação com as sinergias que o elemento água vai passar a oferecer” (PEREIRA, 2003: p.209).

O Museu da Luz possui três salas: a sala da Memória, a sala de Exposições Temporárias e a sala da Luz.

A primeira foi idealizada como um espaço onde se pudesse organizar materiais para futuras exposições temporárias, mas também um local de pesquisa e diálogo, que juntasse fontes documentais e de imagem. Esta sala tem três núcleos expositivos: as oficinas do ferreiro, do abegão e as técnicas de construção em barro. Os objectos que se encontram nestes núcleos eram pertença dos mestres da Luz que ofereceram ao Museu.

Na sala de Exposições Temporárias (figura 56) existem vários núcleos: “o da agricultura, já que foi a actividade predominante da população da Luz, o núcleo dos transportes, através de um carro de varais recolhido num dos montes onde as pessoas da Luz trabalhavam. O pastoreio ligado à exploração pecuária praticada nos montes circundantes da Luz, encontra-se documentado através de objectos como os chocalhos dos animais e o cajado do pastor. Os conjuntos dedicados ao fabrico do pão, do vinho e do mel, mostram as várias actividades artesanais que chegaram aos nossos dias. A pesca foi sempre uma actividade subsidiária, praticada amiúde pelos moleiros que viviam junto ao rio, e está representada no Museu, com um barco tradicional do Guadiana” (SARAIVA, 2007: p. 451).



Figura 56- Interior do Museu da Luz

A sala da Luz, que funcionaria como figura central do museu, “deveria remeter para uma síntese da memória da antiga aldeia, recorrendo a testemunhos materiais, mas também usando

o próprio desenho e estrutura da sala como símbolo. (...) Do interior da sala retoma-se a relação com a paisagem através de uma pequena janela da qual se avista o antigo espaço da velha aldeia, sintetizando o único elemento não submergido, o Monte dos Pinheiros” (SARAIVA, 2007: p.448).

De facto, a partir de uma pequena janela existente, é possível observar o local exacto da antiga aldeia (figura 57). Para complementar a observação atente-se à figura 58, que se encontra presente no Museu da Luz. O pinheiro que se vê na fotografia e se observa na janela é o mesmo, o que confirma a localização da velha Luz.

Esta janela é um dos locais mais visitados pelos visitantes, mas menos vistos pelos habitantes. Das entrevistas efectuadas salientamos que os entrevistados idosos mostram algum entusiasmo com o Museu, mas também um certo constrangimento por verem o pinheiro, e outros elementos que lhes servem como referências espaciais.



Figura 57- Janela do Museu da Luz, de onde é possível observar a localização da velha Luz.



Figura 58- Velha Luz
Fonte: Museu da Luz

O Museu da Luz registou o seu maior número de visitantes, no ano de 2004. Os dados de 2003 equivalem apenas aos meses de Novembro e Dezembro e o ano de 2011 está representado apenas nos meses entre Janeiro e Agosto. O número de visitantes encontra-se no quadro 10.

Quadro 10- Total de visitantes do Museu da Luz.

| Ano | Total visitantes |
|------|------------------|
| 2003 | 2616 |
| 2004 | 27618 |
| 2005 | 11675 |
| 2006 | 13201 |
| 2007 | 12609 |
| 2008 | 10179 |
| 2009 | 12135 |
| 2010 | 15094 |
| 2011 | 8500 |

Fonte: Museu da Luz.

Refira-se também que, segundo dados do Museu da Luz, os meses com maior número de visitas registadas são Agosto, Abril e Maio.

Com o Santuário de N. Sra. da Luz e o Museu da Luz, o núcleo mais afastado da aldeia completa-se com o cemitério. É interessante verificar esta mudança na disposição das infra-estruturas, no que diz relação por exemplo à praça de touros, hoje incorporada no núcleo habitacional. Este espaço composto pelo Santuário, Museu e Cemitério funciona como um espaço da Memória.

O Santuário evoca a memória da lenda da aparição de N. Sra. da Luz e a partir daí a formação da aldeia, o Museu ligado a todas as tradições e costumes da antiga aldeia, também presentes nas exposições temporárias (como exemplo, a que está, na actualidade (em Setembro de 2011) aborda a temática da transladação do Santuário) e o cemitério relacionado com as memórias das gerações do passado.

Também o pavilhão polidesportivo e o jardim público são espaços novos na Luz.

- **As primeiras festas na nova aldeia**

As primeiras festas da nova aldeia tiveram a adesão da população, mas de forma menos entusiasmante. Com a deslocação da população para a nova Luz, houve uma mudança na disposição dos equipamentos e infra-estruturas, o que levou ao desconhecimento por parte da população, dos locais dos eventos.

Uma das tradições das festas é a largada de touros na primeira noite de festas. No entanto, em 2003, primeiro ano na nova aldeia, esta foi posta em causa porque as habitações eram novas e a garraiada poderia causar alguns estragos.

Foi-nos referido, sobretudo pelos jovens, que ainda hoje nas festas e ao final da noite, se fala muito e canta recordando a velha aldeia, o que traz emoção e comoção.

De facto, as festas da aldeia são bastante populares, deslocando-se muitos indivíduos dos concelhos vizinhos, o que leva grande dinamismo à aldeia (figura 59).



Figura 59- Procissão solene em honra de N. Sra. da Luz, Setembro de 2011.

As festas são o ponto alto do ano na sociedade luzense. Razão pela qual toda a população se veste de uma maneira mais cuidada e aprimorada para a procissão.

- **O quotidiano**

O concelho de Mourão perdeu cerca de 1/3 do seu território com a construção da barragem de Alqueva e posterior submersão de territórios. Na figura 60 encontra-se representada a freguesia da Luz, antes da construção da barragem e na figura 61, após a construção da barragem numa obra de Rodrigues, 2005.

Estes dois esboços são da autoria de Isabel Rodrigues, e encontram-se na obra de Rodrigues, 2005. Da análise dos dois esboços é bem visível a transformação do território, notando-se o rio Guadiana, bem delimitado, no espaço limítrofe a oeste, da freguesia (figura 60).

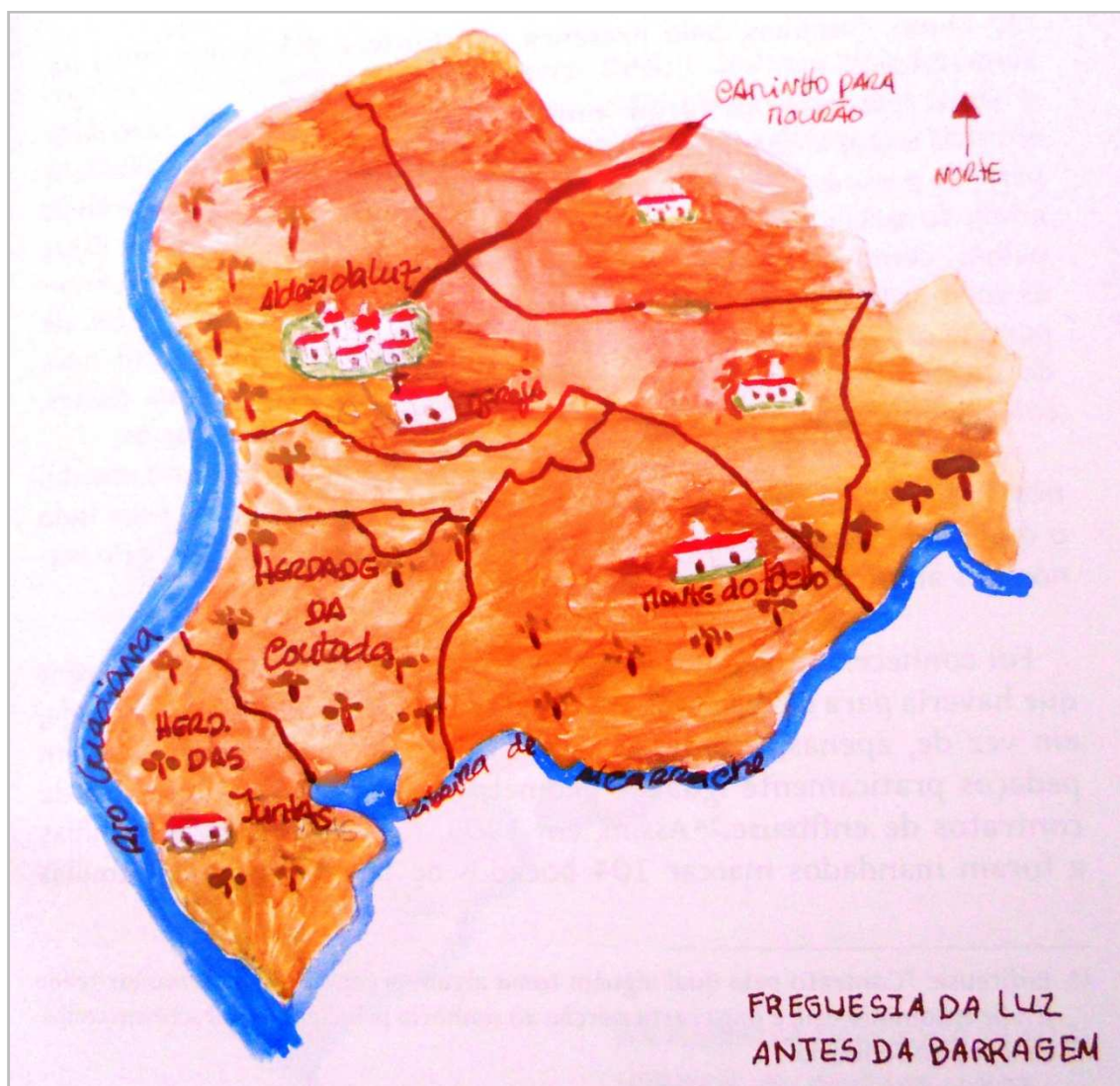


Figura 60- Freguesia da Luz, antes da Barragem de Alqueva.
Fonte: RODRIGUES, 2005: p.21.



Figura 61- Freguesia da Luz, após a construção da barragem de Alqueva.
Fonte: RODRIGUES, 2005.

Na figura 61, após a construção da barragem, é visível a predominância da cor azul, no lado esquerdo da freguesia.

No que concerne ao quotidiano, foi-nos dito pelo entrevistado mais jovem que “*após tanta zanga depois da mudança, a aldeia nunca mais vai ser o que era*”.

De facto, quando chegamos à aldeia da Luz, a primeira impressão que temos é se tratar de uma “*aldeia fantasma*”, na qual não se vê ninguém. É característico das aldeias alentejanas os homens estarem nas praças principais, à sombra, a conviverem e a conversarem. Na aldeia da Luz, embora ainda aconteça, já não é com a mesma afluência da antiga aldeia. Para tal contribui, sobretudo, o envelhecimento da própria população.

Refira-se também que, segundo o Presidente da Junta de Freguesia, crianças fora da aldeia e da freguesia deslocam-se à escola e jardim de infância da Luz, dado que os alunos da freguesia não são suficientes para manter estes estabelecimentos de ensino em funcionamento.

Esta nova aldeia encontra-se como uma “ilha”, um espaço confinado, dado que à sua volta é propriedade privada – as Herdades da Juliôa e de Pássaros de Cima. Este condicionamento imobiliário tem também prejudicado o desenvolvimento e prosperidade da aldeia.

No entanto, a grande queixa por parte de todos os nossos entrevistados é o facto de não haver ofertas de trabalho na região. Saliente-se o caso da fábrica Portucel Recicla que laborou no concelho que iniciou actividade na década de (19)50 e empregava muitos trabalhadores. Esta empresa dedicava-se à produção de papel reciclado, e a matéria-prima encontrava-se junto ao rio Guadiana. A fábrica encerrou no início do século XXI (figura 62). Este encerramento deveu-se à alteração das condições onde a fábrica funcionava, sobretudo, a palha e o recurso água.

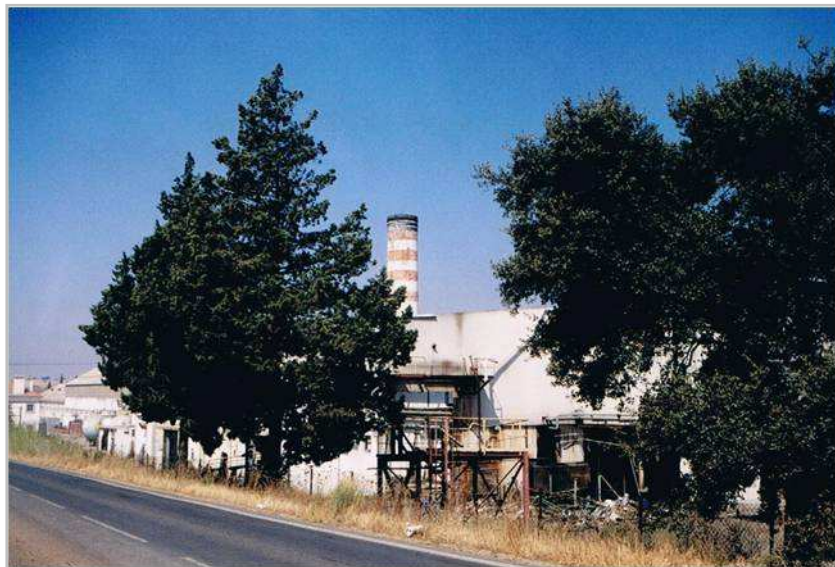


Figura 62- Fábrica Portucel Recicla, entretanto já encerrada.

Fonte: Arquivo do Professor Doutor João Luís Fernandes.

Foram relatados exemplos de ‘filhos da terra’ que após o casamento abandonaram a aldeia. A maioria dos casais optou por ir residir para Reguengos de Monsaraz, onde existe mercado de trabalho e imobiliário. Segundo o Presidente da Junta de Freguesia da Luz, de 2002 a 2009, já tinham ‘abandonado’ a Luz cerca de seis casais jovens.

A mudança para a nova aldeia alterou também o dinamismo da vida social e as tradições e costumes. Por exemplo, nos casamentos na velha Luz toda a população da aldeia era

convidada. Hoje em dia, segundo o Sr. Padre, “os convidados dos casamentos já são em número mais restrito, devido ao distanciamento que começou a haver depois da mudança”.

Outro aspecto que vários dos entrevistados referiram foi o facto de a nova aldeia ser maior do que a antiga, e as pessoas não saberem onde moram as outras: “*eu via a outra aldeia toda e nesta nem sei onde as pessoas moram*”.

Relativamente ainda ao quotidiano dos residentes questionámos os entrevistados sobre a forma como encaram os visitantes. Esta questão prende-se com o facto de, em alguma bibliografia, se referirem à Luz como um laboratório de Ciências Sociais e Humanas, palco de estudos de Antropologia, de Psicologia, de Sociologia e também, como é o caso, de Geografia.

De um modo geral, os entrevistados comunicaram-nos que já estão habituados a “*serem invadidos por camionetas*” em que as pessoas visitam o Museu da Luz, núcleo afastado da aldeia e apenas vão à aldeia “*às casas de banho e seguem caminho*”. A grande afluência de visitantes deu-se no período entre os últimos tempos da antiga aldeia e os primeiros da nova aldeia.

Foram relatados episódios menos pacíficos e até de algum confronto entre os visitantes e a população local.

É comum nas aldeias e meios mais pequenos sair de casa e deixar o postigo ou janelas abertas. Nos primeiros tempos da nova aldeia aconteceram autênticas invasões às casas das pessoas, fazendo com que estas alterassem os seus hábitos e encerrassem tudo, contribuindo para uma desconfiança face ao desconhecido. Ainda hoje, se nos deslocarmos a qualquer aldeia alentejana observamos postigos e janelas abertas, o que na Luz é raro ver-se. Outros episódios dão conta de confrontos verbais entre os visitantes e a população da Luz, provocados por comentários dos visitantes: “*ainda se queixam, na outra aldeia viviam em barracas*” e “*na outra aldeia alguns nem água quente tinham*”. A população da Luz reage, dizendo: “*ninguém vivia em barracas e podíamos ter menos condições mas eram as nossas casas. Queria ver se fosse consigo*”. Estão aqui presentes duas visões sobre o mesmo problema, uma mais desfilada e de carácter mais funcional, a do exterior, outra mais envolvida sob o ponto de vista afectivo, a local.

De facto, as condições habitacionais e sociais na nova aldeia são superiores às da velha Luz, mas a velha Luz comportava em si os territórios da população, fossem eles territórios funcionais ou simbólicos. Aliás, uma das expressões que mais ouvimos foi “*isto a mim não me*

diz nada” (referindo-se á nova aldeia), “*não tenho afecto a isto*” e “*de lá (antiga aldeia) tenho saudades das estevas, do rosmaninho e dos sobreiros*”.

- **Perspectivas de futuro**

Sobre as perspectivas de futuro, os mais jovens mostraram-se preocupados com a falta de emprego e com a quase obrigatoriedade de procurarem noutros concelhos trabalho. Na opinião do jovem entrevistado os investimentos propostos para Alqueva poderão a médio prazo conduzir à fixação na Luz.

De um modo geral, os nossos entrevistados sempre acreditaram que com a mudança para a nova aldeia haveria mais movimento, mais população e mais dinamismo. Tal não veio a acontecer, sendo que nos dias de hoje a população residente já está conformada com este “*sonho de um futuro melhor*” que não passou disso mesmo, de um sonho.

O Presidente da Câmara Municipal de Mourão afirmou haver projectos interessantes no âmbito do turismo, que irão decorrer no concelho, proporcionando maior oferta de postos de trabalho.

Os entrevistados jovens demonstraram apreensão no que diz respeito à reorganização territorial que o governo português tem em mente executar. Eles têm receio que Mourão deixe de ser concelho e passe a ficar agregado a Reguengos de Monsaraz, o que iria agravar, na sua opinião, a posição periférica da Luz.

3.2– O processo de desterritorialização – reterritorialização na aldeia da Luz – numa perspectiva geográfica

O homem cria relações com o espaço. Essas ligações podem ser de vínculo ou de repúdio. Às relações de repúdio para com determinado território designamos topofobia. Por outro lado, se a relação que une um indivíduo a um território for de vínculo, de ligação afectiva, como um elo que criamos, estamos perante processos de topofilia.

A topofilia pode-se expressar no espaço funcional, de âmbito mais material, e no espaço simbólico, que remete para sensações de pertença, de posse, de domínio e de segurança. De facto, a topofilia tem ligação estreita com a segurança ontológica (Giddens, 1992), na medida em que criamos ligações e vínculos com territórios nos quais sentimos segurança extrema, que está mais relacionada com o lado emocional do que com o cognitivo dos indivíduos.

Estas ligações que estabelecemos com o território estão sujeitas a riscos. Por exemplo, crises políticas ou económicas, desemprego, guerra, projectos de desenvolvimento como barragens, mas também cheias, incêndios, sismos, erupções vulcânicas e movimentos de vertente. E quando é quebrada a relação topofilica, estamos perante processos de desterritorialização (Haesbaert, 2004).

Desterritorialização é um processo que se caracteriza pela rotura da relação que um indivíduo tem com o território, é uma quebra topofilica. No entanto, aos processos de desterritorialização deverá estar implícito, quase sempre, um processo de reterritorialização, completo ou incompleto, lento ou mais rápido.

A desterritorialização provocada por construção de barragens pode implicar: o afastamento das populações em relação aos recursos locais, aos territórios simbólicos e de identidade; a urbanização do espaço rural, agora vocacionado para a produção de energia renovável. Estes são sinais de uma possível desterritorialização à qual se impõe uma consequente reterritorialização que significa, nalguns casos, a urbanização das populações deslocadas, e a alteração do contexto com possível consequência no aumento das desigualdades sociais e territoriais de desenvolvimento.

A desterritorialização das populações da Luz provocada pela construção da barragem do Alqueva, caracteriza-se por ter sido um processo de desterritorialização ex-situ (no qual existiu a deslocação do indivíduo e este perdeu as suas referências espaciais, neste caso ocorreu a deslocação da população da velha para a nova Luz), de desterritorialização total (houve perda quase completa do território e do vínculo que une um indivíduo a determinado espaço, no exemplo da Luz os territórios funcionais e simbólicos na velha Luz desapareceram com a albufeira de Alqueva), de desterritorialização permanente (na escala da vida humana, a construção de uma barragem é um processo irreversível, originando uma mutação do espaço e da paisagem, neste caso a velha Luz foi demolida, destruída e submersa pela albufeira) e de desterritorialização colectiva (na Luz toda a população da aldeia sofreu quebras nos vínculos que os unia aos territórios da velha Luz).

A desterritorialização manifestou-se tanto nos espaços funcionais como simbólicos, como foi referido, mas também nos espaços público e privado, isto é nas áreas de convívio e sociabilidade, assim como nas habitações.

O processo de desterritorialização da população da Luz teve como características a sua lentidão (na medida em que desde meados da década de (19)60 se fala na possível submersão da aldeia), o seu mediatismo (os órgãos de comunicação social deram grande importância ao processo) e o facto de se construir uma aldeia de raiz, a cerca de 2km da antiga. De facto a velha Luz, foi uma aldeia que se caracterizou pelo seu crescimento espontâneo e gradual, e a nova Luz é uma aldeia nova, planeada, de rápida construção, e na sua construção intervieram agentes externos ao território.

Com a construção da aldeia concluída, procedeu-se à mudança, deslocação da população e transladação dos corpos do cemitério da velha para a nova Luz.

Com a deslocação da população da velha para a nova Luz há um duplo confinamento. Por um lado, a aldeia da Luz encontra-se rodeada por propriedade privada, condicionando a sua expansão e o mercado imobiliário, comprometendo a afirmação estratégica do lugar, resultando num confinamento colectivo. Por outro lado, as relações individuais com o espaço e lugar da comunidade também são atingidas, dado que houve uma mudança e redução dos espaços de relação e de sociabilidade, atomizando o quadro social. Na nova Luz há um défice do espaço público e um confinamento do espaço privado. De facto, na Luz o espaço público ‘perdeu’ para o

espaço privado, em comparação com a velha Luz. Podemos afirmar mesmo que na nova Luz há uma nova ordem, um novo espaço social, na medida em que se discutiram mais pormenores do espaço privado, das habitações, o que os do espaço público, dos espaços de sociabilidade.

A mudança para a nova aldeia trouxe transformações e mutações ao espaço.

A nova morfologia da Luz também contribuiu para o afastamento da população, dado que houve uma distensão do espaço, porque as ruas na velha Luz eram mais estreitas e desordenadas e proporcionavam o convívio entre os vizinhos. Na nova Luz, a largura das ruas afastou as populações e arrefeceu as relações de vizinhança.

Aliado a esta nova morfologia, também as constantes discussões pelas condições do espaço privado, das habitações, trouxe desconfiança e zangas à sociedade luzense.

Todos estes factos interferiram com a dinâmica de reterritorialização. De facto, o processo de reterritorialização para alguns indivíduos ainda não está completo, embora, e passados quase dez anos da mudança para a nova Luz, as populações já tenham algum vínculo a estes novos territórios.

O homem tem a extraordinária capacidade de resiliência, de se adaptar a novos territórios, novas paisagens, novos paradigmas. No entanto, esta capacidade é bastante individual e privada e depende também da vulnerabilidade de cada indivíduo.

O processo de desterritorialização/ reterritorialização é complicado e complexo e a sua duração e conclusão é muito subjectiva.

Pelo que conseguimos apreender com as entrevistas, os mais velhos tiveram mais dificuldades no início, mas hoje em dia já estão mais adaptados. Por outro lado, os mais jovens, que no início estavam ‘deslumbrados’ com a mudança, com as novas condições e com o desconhecido, nos dias de hoje, são os que menos se identificam com a nova Luz e por isso, com o processo de reterritorialização ainda, incompleto.

Numa área que se caracterizava por deficit hídrico no solo (os valores da evapotranspiração são superiores aos da precipitação) passou a ter o maior lago artificial da Europa. Aliado a este facto, nos primeiros anos do século XXI este território esteve em constante mudança. Desde a construção da nova aldeia da Luz, ao início do desmantelamento e a destruição da velha Luz, passando pela submersão destes territórios e a vida nova na nova Luz.

Com estes novos cenários, impôs-se a entrada de novos actores, novas infra-estruturas e novas actividades no território. Os agentes de turismo, os turistas, os estabelecimentos de turismo em espaço rural, as marinas, os passeios de barco, cruzeiros e desportos náuticos são prova que muito mudou nesta área do Alentejo.

No entanto, todos estes novos agentes, actividades e infra-estruturas, pouco foram dinamizados no concelho de Mourão e na aldeia da Luz. Na nova Luz salienta-se o Museu da Luz, um novo espaço na aldeia, que tem contribuído para a dinamização do turismo.

Apesar destes novos cenários e novas geografias, a aldeia da Luz tem vindo a perder população. Facto que se explica pela falta de oferta de postos de trabalho, condicionamento do mercado imobiliário e envelhecimento da população. Os dois primeiros factores levam a que a população deixe a Luz e vá para a sede de concelho de Reguengos de Monsaraz e de Évora, funcionando como pólos de povoamento. No entanto, será que podemos atribuir à mudança da aldeia esta diminuição da população? Será que a nova Luz acelerou o despovoamento? Se por um lado, registamos uma população envelhecida, e por consequência, a mortalidade aumentará a curto prazo, o que acelera a diminuição da população, por outro temos a falta de trabalho e o condicionamento físico da Luz, sem mercado imobiliário, o que vai agravar esta diminuição da população residente. Aqui conjugam-se duas dinâmicas e velocidades distintas, a imposta pela barragem e as associadas às transformações que se registaram nos espaços portugueses de baixas densidades, reflectindo um modelo que é comum ao que ocorre a nível nacional

Na nova Luz, delimitamos um geossímbolo, um núcleo mais afastado da aldeia (embora menos afastado do que na velha aldeia) constituído pelo Santuário de N. Sra. da Luz, pelo Museu da Luz e pelo cemitério. Este geossímbolo representa uma memorização da antiga Luz, na medida em que, o Santuário é uma réplica que implicou a transladação do interior do Santuário que se encontrava na velha Luz. O Museu da Luz, embora sendo um espaço novo, remete para a antiga aldeia, para o património, os usos, os costumes, as tradições, a memória da velha Luz. É mais utilizado por turistas do que pelos residentes. Alguns dos entrevistados afirmaram que evitam olhar pela janela do Museu, na qual se avistam referências espaciais da velha Luz. E por último o cemitério, com toda a problemática que ocorreu na transladação dos corpos, é um local de memória dos entes que já não se encontram entre nós. Podemos designar este geossímbolo como o triângulo da memória: da fundação da aldeia (Santuário), das práticas da velha Luz (Museu da Luz) e da memória das gerações do passado (cemitério).

Com efeito, esta quebra topofílica testemunha um espaço de baixa densidade que mudou, uma paisagem que, apesar das aparências, não é tranquila mas está marcada pela dinâmica e pela conflitualidade que tem origem nos diferentes pontos de vista que, nos vários actores, acompanharam todo o processo.

Conclusão

Ao concluirmos o nosso trabalho, fica-nos a sensação de 'dever cumprido'. As perguntas a que nos propusemos responder, foram esclarecidas. As temáticas que tínhamos idealizado, foram alvo de análise e reflexão. E, sobretudo, aprofundámos muito mais o nosso conhecimento sobre estas problemáticas.

De facto, desterritorialização vista pela óptica de Haesbaert (2004) é um conceito fascinante. No mundo de hoje a precariedade territorial é uma realidade, seja por conflitos políticos, por condições atmosféricas severas, por sismos, ou por desemprego e crise económica, tão em voga nos últimos anos e que tantos processos de desterritorialização tem originado.

No entanto, ao processo de desterritorialização deverá estar (quase) sempre implícito o processo de reterritorialização, o ganhar apego, afecto, vínculo com o território e por consequência estabelecer com ele uma relação de topofilia. Aliás desterritorialização é uma quebra topofilica. Podemos assim concluir que desterritorialização – reterritorialização funcionam como um ciclo, e a topofilia é um critério de avaliação deste ciclo.

Dentro de todos os factores que estão na origem dos processos de desterritorialização, a construção de grandes infra-estruturas, como as barragens é dos exemplos que maior mutação traz a paisagem.

A construção de barragens vai alterar a paisagem e os territórios, sobretudo a montante da mesma, provocando a inundação e a submersão de espaços e territórios, sejam pessoais ou colectivos, funcionais ou simbólicos, provocando uma alteração das territorialidades. Em alguns casos, são também submersos aglomerados populacionais completos. Quando isto sucede, como se observou no estudo, com os exemplos de Vilarinho da Furna, Foz do Dão e aldeia da Luz, os sentimentos predominantes nas populações são consternação e tristeza. Estas deslocações forçadas têm consequências mais nefastas em populações de menor resiliência.

No entanto, estes três exemplos aqui demonstrados têm contornos e características bem distintas, tendo em conta a época política em que ocorreram, a exposição mediática a que

estiveram sujeitos por parte dos órgãos de comunicação social e, sobretudo, as condições de reterritorialização.

A construção da barragem de Alqueva foi o maior investimento realizado no Alentejo. De facto, e dadas as características climáticas da área, o deficit hídrico no solo era generalizado, na medida em que os valores da evapotranspiração eram superiores aos da precipitação. E relacionado com este facto, estava (e ainda está) o tipo de culturas agrícolas predominantes, que era (e é) cultura de sequeiro.

Saliente-se que nesta área, e sobretudo na margem esquerda do Guadiana (concelhos de Mourão, Moura e Serpa) no Verão era habitual a escassez e a racionalidade da água na rede pública. Ora para solucionar este problema e sobretudo, para criar uma reserva estratégica (devida à sua localização) de água, construiu-se a barragem.

De entre as consequências territoriais da construção da barragem está a submersão da aldeia da Luz (a implicar a deslocação da população), do castelo da Lousa e de diversos territórios.

No intuito de 'solucionar' a problemática do processo de desterritorialização, iniciou-se a construção da nova aldeia da Luz. A nova Luz em nada se assemelha à velha Luz. Se por um lado, as condições de habitação são (regra geral) melhores, o apego, afecto e vínculo ao território (ainda) não está completo e as relações de vizinhança e de solidariedade degradaram-se.

De facto, a mudança para a nova aldeia trouxe conflitos, discussões e desconfianças à sociedade luzense, motivada pelas condições das novas casas. Também o facto da morfologia da nova Luz ter sofrido alterações veio reduzir a densidade de relações sociais

Na nova Luz houve também uma distensão do espaço. Na velha Luz as ruas eram estreitas e desordenadas, na nova Luz as ruas são largas e ordenadas.

O problema desta população foi a deslocação de um local que foi construído de forma gradual e ascendente, para um lugar edificado por actores externos e moldado em pouco tempo. Ainda que tenham existido negociações com a população da Luz, o poder foi desequilibrado, na medida em que a uma das partes estava imposta uma certeza, à qual não poderiam oferecer qualquer tipo de resistência, de facto, o abandono era inevitável. Neste ponto, podemos questionar então porque a população optou no inquérito informal realizado pela Junta de Freguesia da Luz, pela mudança para uma aldeia criada de raiz e não pela solução dos diques, que manteria a velha Luz intacta. Será que a população pensou que tudo iria ser mais simples?

Será que este inquérito, não passou apenas de uma formalidade para dar crédito a uma decisão já tomada? Para algumas pessoas a deslocação para a nova Luz e as novas condições terão sido um grande impulso para esta decisão. De facto, algumas pessoas possuíam pouca qualidade de vida na velha Luz, nomeadamente a nível habitacional, e com a mudança tudo se alterou. Quem tinha casas pequenas e com poucas condições ficou com casas novas e quem já possuía casas na velha Luz com condições, manteve-as com as casas novas. Foi este um dos grandes motivos para a discordância vivida na sociedade luzense.

A adaptação á aldeia foi custosa, por parte da população residente, e isso é visível quando se mantém um diálogo com os habitantes.

Saliente-se que esta deslocação ocorreu numa população já envelhecida, com escasso capital de mobilidade e resiliência, que já era afectada pelas dinâmicas gerais que têm deixado marca nos territórios portugueses de baixa densidade.

No nosso entender, a reterritorialização da maior parte da população luzense ainda está em curso, ainda não e encontra concluída. Notámos pelas entrevistas efectuadas que nos primeiros anos, depois da mudança, o processo estava ainda mais incompleto. Hoje, passados cerca de nove anos da mudança da aldeia, os habitantes já vão criando algum laço com este novo território, embora seja visível que as saudades da antiga aldeia persistem, e que as 'novas relações' de vizinhança em muito têm atrapalhado este processo de reterritorialização.

Foi um desafio muito gratificante a realização desta dissertação sobretudo por se tratar de uma problemática tão pouco estudada, ainda, pela geografia.

De facto, a desterritorialização é um processo que, de forma constante, se atravessa nas nossas vidas e a ele está inerente (ou deveria estar) o processo de reterritorialização. Para que este esteja concluído, é fundamental que se estabeleça uma relação de topofilia com o novo território, mas para que isso aconteça têm de se criar condições.

Sem dúvida que, e segundo Isabel Guerra, 2005, socióloga, "as pessoas não são coisas que se metam em gavetas".

Nós acrescentaríamos que as pessoas não ganham vínculo com um novo território só porque são forçadas a nele residir. A relação de topofilia vai muito para além de se habitar em determinado lugar. Topofilia é o vínculo, o laço, o apego, o afecto que temos para com determinado território, diríamos que, sobretudo com o simbólico, 'jogando' mais com a parte emocional do que com a racional, a importância de sentirmos uma segurança extrema, nas palavras de Giddens (1992), a segurança ontológica.

Todo este vínculo, este laço, este apego, este afecto não se transfere de um território para outro por força de uma deslocação. A toponímia mantém-se, daí ser tão custoso, complicado e complexo qualquer processo de desterritorialização/reterritorialização.

Bibliografia

- ANTUNES, Manuel de Azevedo (1985): *Vilarinho da Furna, uma aldeia afundada*; A Regra do Jogo, Edições; Lisboa.
- ANTUNES, Manuel de Azevedo (2001): “Do crescimento económico ao desenvolvimento humano: o caso de Vilarinho da Furna” in *Actas do 1º Congresso de Estudos Rurais – ‘Mundo’ Rural e Património*; Vila Real.
- ANTUNES, Manuel de Azevedo; DUARTE, Lucinda Coutinho; REINO, João Pedro (2004): “Barragens em Portugal: de Vilarinho da Furna à Aldeia da Luz, com passagem pelo Douro Internacional” in *V Congresso Ibérico sobre a gestão e planificação da Água*; Tortosa, Espanha.
- APPADURAI, Arjun (2004): *Dimensões Culturais da Globalização*; Editorial Teorema; Lisboa.
- APPADURAI, Arjun (2009): “Diálogo, Risco e Convivialidade” in *Podemos viver sem o Outro? As possibilidades e os limites da interculturalidade*; Fundação Calouste Gulbenkian; Edições Tinta da China; Lisboa.
- BABO, Elisa Perez; FERNANDES, João Pedro Matos; MARQUES, Teresa Sá (1997): “Planeamento Estratégico de Cidades: uma experiência ao Norte” in *Sociedade e Território 24*; Porto.
- BADIE, Bertrand (1995): *O Fim dos Territórios – ensaio sobre a desordem internacional e sobre a utilidade social do respeito*; Instituto Piaget; Lisboa.
- BAIÃO, Antónia Vilar (1999): “O Alentejo tem futuro... porque tem Identidade” in *Actas da 8ª edição dos encontros de Monsaraz – Alqueva, centro do mundo?*; A.D.I.M.; Évora.
- BURNAY, Maria João (1999): “Entre a Miragem e a Nova Miragem” in *Actas da 8ª edição dos encontros de Monsaraz – Alqueva, centro do mundo?*; A.D.I.M.; Évora.

- CARMO, Maria Fernanda do; CRAVO, Pedro (2005): “As aldeias ribeirinhas da área de regolfo da barragem de Alqueva – uma aposta no turismo” in *Revista Turismo & Desenvolvimento*; vol. II, nº2; Aveiro.
- CARRILHO, Maria José (s/d): “As projecções demográficas: aplicação e métodos” in *Cadernos Regionais – Falando Sobre*; Lisboa.
- CARVALHO, Armindo (2006): “Projeções de população escolar no planeamento de recursos educativos” in *12º Congresso da APDR*; Viseu.
- CHETHAM, Deirdre (2002): *Before the Deluge – The Vanishing World of the Yangtze’s Three Gorges*; Palgrave Macmillian; Nova York, Estados Unidos da América.
- CUNHA, Bernardo Cristóvão Colombo da (2007): “A vila roriz da Goiânia: um maldito exemplo de desterritorialização e reterritorialização excludentes” in *X Eregeo Simpósio Regional de Geografia*; Universidade Federal de Goiás; Goiás, Brasil.
- CUNHA, Davilson; SILVA, Pablo; CUNHA, Davi; CUNHA, Renisia (2008): “O avanço do capital sobre a floresta: uma análise dos processos de desterritorialização e favelização na Amazônia” in *XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais*; Caxambu, Brasil.
- DIÁRIO ECONÓMICO (2009): *Barragens – vai arrancar uma nova geração*; EDP; Lisboa.
- DIAS, Jorge (1983): *Vilarinho da Furna – uma aldeia comunitária*; Temas Portugueses; Imprensa Nacional Casa da Moeda; Lisboa.
- DIRECÇÃO DE SERVIÇOS DE HIDRÁULICA E ENGENHARIA RURAL (1999): *Estudo Prévio de Emparcelamento Rural da Freguesia da Luz*; Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas; Lisboa.
- DORDIO, Victor (1999): “O Empreendimento de Alqueva e a Agricultura Alentejana” in *Actas da 8ª edição dos encontros de Monsaraz – Alqueva, centro do mundo?*; A.D.I.M.; Évora.
- EDIA (1999): *Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva*; EDIA; Beja.
- EDIA (2000): *Diagnóstico Social das Dinâmicas Juvenis: as expectativas sócio-profissionais dos jovens residentes nas aldeias da Luz, Amieira, Estrela e Alqueva*; Universidade Moderna – Pólo de Beja; Beja.

- EDIA (2001): *Diagnóstico Social da Aldeia da Luz – Relatório Final*; Gabinete para a Reinstalação da Aldeia da Luz; EDIA; Beja.
- EDRIC, Robert (2007): *O Engenheiro Inglês*; Publicações Europa-América; Mem-Martins.
- FARIA, Rosa Lobato (2000): *O prenúncio das águas*; Círculo de Leitores; Lisboa.
- FARIAS, João Chilrito (2006): *Chamam-me Poeta e Artesão, porque faço versos e cadeiras*; Aldeia da Luz.
- FERNANDES, João Luís Jesus (1996): *O Homem, o Espaço e o Tempo no Maciço Calcário Estremenho – o olhar de um geógrafo*; Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra; Coimbra.
- FERNANDES, João Luís Jesus (2008): “Implantação de projectos de desenvolvimento, desterritorialização e vulnerabilidade das populações: o caso da construção de barragens” in *Cuarto Encuentro Internacional sobre Pobreza, Convergencia y Desarrollo*; Eumed.Net; Universidad de Málaga; Espanha.
- FERNANDES, João Luís Jesus (2008a): “O desenvolvimento como domínio da multiterritorialidade: o caso da região de Leiria” in *4º Congresso Região de Leiria: Inovação e Oportunidades*; ADLEI; Leiria.
- FERNANDES, João Luís Jesus (2008b): “A desterritorialização como factor de insegurança e crise social no mundo contemporâneo” in *I Jornadas Internacionais de Estudos sobre Questões Sociais*; AGIR – Associação para a investigação e Desenvolvimento Sócio-Cultural; Póvoa do Varzim.
- FERNANDES, João Paulo de Almeida (1999): “Empreendimento do Alqueva: um desafio a vencer” in *Actas da 8ª edição dos encontros de Monsaraz – Alqueva, centro do mundo?*; A.D.I.M.; Évora.
- FERREIRA, Alcidio Mateus (1991, 3 de Dezembro): “A Barragem de Foz do Dão”; Diário As Beiras; Coimbra.
- FERREIRA, António Fonseca (2005): *Gestão Estratégica de Cidades e Regiões*; Fundação Calouste Gulbenkian; Lisboa.
- FERREIRA, Teresa (2009): “Entrevista a Arjun Appadurai” in *Comunicação e Cultura*; nº7; Lisboa.

- FIGUEIRA, Ana Paula (2000): “O Turismo em Espaço Rural – uma nova oportunidade de valorização do mundo rural: o Baixo Alentejo” in *VII Encontro da Associação Portuguesa de Desenvolvimento Regional*; São Miguel, Açores.
- FIGUEIRA, Eduardo (1999): “Alqueva e o Desenvolvimento Local do Alentejo” in *Actas da 8ª edição dos encontros de Monsaraz – Alqueva, centro do mundo?*; A.D.I.M.; Évora.
- FONSECA, Fernando Pereira da (2006): *O Planeamento Estratégico em busca de potenciar o território: o caso de Almeida*; Dissertação de Mestrado apresentado ao Departamento de Engenharia Civil da Universidade do Minho; Braga.
- FONSECA, Fernando P.; RAMOS, Rui A. R. (s/d): *Potenciar o desenvolvimento turístico a partir de um processo de planeamento estratégico de marketing: o caso de Almeida*; Departamento de Engenharia Civil; Universidade do Minho; Braga.
- FRIEDMAN, Thomas (2010): *O Mundo é Plano – uma história breve do século XXI*; Actual Editora; Lisboa, Portugal.
- GAGO, André (2010): *Rio Homem*; Edições Asa; Lisboa.
- GAMBOA, Santiago (2007): *A Síndrome de Ulisses*; Edições Asa; Porto.
- GIDDENS, Anthony (1992): *As Consequências da Modernidade*; Celta Editora; Oeiras.
- GIDDENS, Anthony (1999): *O mundo na era da globalização*; Editorial Presença; Barcarena.
- HAESBAERT, Rogério (1999): “O território em tempos de globalização” in *Revista Geo UERJ*, vol. 3 (5); Rio de Janeiro, Brasil.
- HAESBAERT, Rogério (2004): *O Mito da Desterritorialização – do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*; Editora Bertrand Brasil; Rio de Janeiro, Brasil.
- HAESBAERT, Rogério (2004a): “Território e Multiterritorialidade: um debate” in *GEOgraphia n°17*; Brasil.
- HAESBAERT, Rogério (2005): “Da desterritorialização á multiterritorialidade” in *Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina*; Universidade de São Paulo; São Paulo, Brasil.

- HAESBAERT, Rogério; LIMONAD, Ester (2007): “O território em tempos de globalização” in *etc, espaço, tempo e crítica – revista electrónica de Ciências Sociais Aplicadas*; Brasil.
- HAESBAERT, Rogério (s/d): *Identidades Territoriais – da multiterritorialidade à “reclusão” territorial (ou do hibridismo cultural à essencialização das identidades)*; Universidade Federal Fluminense; Niterói, Rio de Janeiro, Brasil.
- HAESBAERT, Rogério; BRUCE, Glauco (s/d): “A desterritorialização na obra de Deleuze e Guattari” in *Núcleo de Estudos sobre Regionalização e Globalização*; Departamento de Geografia da Universidade Federal Fluminense; Brasil.
- HEMING, Li; REES, Philip (2000): “Population displacement in the Three Gorges Reservoir area of the Yangtze River, Central China: Relocation Policies and Migrant Views” in *International Journal of Population Geography*; nº6; Leeds, Reino Unido.
- INSTITUTO DE HIDRÁULICA, ENGENHARIA RURAL E AMBIENTE (1999): *Estudo Prévio de Emparcelamento Rural da Freguesia da Luz*; Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas; Lisboa.
- MAGALHÃES, Júlio (2008): *Os Retornados*; Esfera dos Livros; Lisboa.
- MALTA, Paula Alexandra; DIAS, Paula Susano; PEREIRA, Bruno (2005): “Alqueva: entre os quês e os porquês” in *Revista Turismo & Desenvolvimento*; vol. II, nº2; Aveiro.
- MARTINS, José Rodrigues (1972): *Vilarinho da Furna (Análise Sociológica)*; Separata da Revista Bracara Augusta vol. XXIV – fascículos 57-58; Braga.
- MARUJO, Maria Noémi (2005): “Alqueva e a Nova Paisagem Turística” in *Revista Turismo & Desenvolvimento*; vol. II, nº2; Aveiro.
- McCULLY, Patrick (2001): *Silenced Rivers – The Ecology and Politics of Large Dams*; Zed Books; Nova York, Estados Unidos da América.
- NAZARETH, J. Manuel (2004): *Demografia – A Ciência da População*; Editorial Presença; Lisboa.
- NOGUEIRA, Maria Elizabete Seabra (1996): *Impactes ambientais da Barragem da Aguieira – modificações no clima local*; Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra.

- NOJIMA, Vera Lúcia Moreira dos Santos; JUNIOR, Licínio Nascimento de Almeida (2007): “Globalização e desterritorialização: reflexões preliminares sobre uma ideologia” in *Alceu*; vol.7, nº14; Brasil.
- NUNES, Flávio (1999): *Processo de Planeamento de Marketing Territorial Estratégico – um instrumento de operacionalização de estratégias de política para a Área Metropolitana do Porto*; Dissertação de Mestrado apresentado à Faculdade de Arquitectura e de Engenharia da Universidade do Porto; Porto.
- OLIVEIRA, Douglas Luís; ROTHMAN, Franklin Daniel (2007): “Desterritorialização de populações locais sob a óptica da justiça ambiental: abordagem dos conflitos do projecto de integração do Rio São Francisco” in *Anais do II Seminário nacional – Movimentos Sociais, Participação e Democracia*; UFSC; Florianópolis, Brasil.
- PEIXOTO, Paulo (2000): “Gestão estratégica das imagens das cidades: análise de mensagens promocionais e de estratégias de marketing urbano” in *Revista Crítica de Ciências Sociais*; Nº56; Coimbra.
- PEREIRA, Denise de Castro; CARRIERI, Alexandre de Pádua (2005): “Movimentos de desterritorialização e reterritorialização na transformação das organizações” in *RAE Electrónica*; São Paulo, Brasil.
- PLANE, David; ROGERSON, Peter (1994): *The Geographical Analysis of Population with Applications to Planning and Business*; John Wiley & Sons; Nova Iorque.
- PRESSAT, Roland (1972): *Démographie statistique*; PUF; Paris.
- PRESSAT, Roland (1983): *L'Analyse Démographique*; PUF; Paris.
- REINO, João Pedro (1998): *A Posse da Terra numa freguesia do Alto Alentejo*; Dissertação de licenciatura em Investigação Social Aplicada; Universidade Moderna; Lisboa.
- REINO, João Pedro (2002): *Luz- a Aldeia Imaginada*; Dissertação de Mestrado em Sociologia; Universidade Lusófona; Lisboa.
- REINO, João Pedro (2005): “Aldeia da Luz, uma aldeia em ‘mudança’ – a aldeia imaginada” in *Actas dos ateliers do Vº Congresso Português de Sociologia*; Braga.
- REINO, João Pedro; COUTINHO DUARTE, Lucinda; DE AZEVEDO ANTUNES, Manuel (s/d): “*Alqueva e a aldeia da Luz: que futuro?*”; CEPAD – Centro de Estudos da

População, Ambiente e Desenvolvimento; Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias; Lisboa.

- REIS, Vicente (2004): “Energia Hidroelétrica no Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva” in *Livro de Resumos – Conferência de Alqueva*; EDIA; Beja.
- REMARQUE, Erich Maria (1960): *Desenraizados*; Publicações Europa-América; Lisboa.
- ROCA, Zoran (s/d): “De despovoamento e descaracterização à terrafilia: Pampilhosa da Serra; Centro de Estudos de Geografia e Desenvolvimento”; Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias; Lisboa, Portugal. Disponível para consulta em http://tercud.ulusofona.pt/eventosfaug/Jornadas/RocaZ_Pres.pdf.
- ROCA, Zoran; OLIVEIRA, José António (s/d): “A paisagem como elemento da identidade e recurso para o desenvolvimento”; CEGED – Centro de Estudos de Geografia e Desenvolvimento; Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia; Lisboa.
- RODRIGUES, Isabel (2005): *Aldeia da Luz*; Edições Colibri; EDIA; Beja.
- SANCHES, Rui, PEDRO, José Oliveira (2006): *Alqueva- Empreendimento de Fins Múltiplos*; Empresa de Desenvolvimento e Infra-estruturas do Alqueva, SA; Beja.
- SANTOS, Boaventura de Souza (2001): “A territorialização/ desterritorialização da exclusão/ inclusão social no processo de construção de uma cultura emancipatória” in *Seminário “Estudos Territoriais de Desigualdades Sociais”*; São Paulo, Brasil.
- SANTOS, Milton (2005): “O retorno do território” in *OSAL*; nº 251; Ano VI nº16; Brasil.
- SARAIVA, Clara (2005): *Luz e Água – Etnografia de um processo em mudança*; Museu da Luz; 02; EDIA; Beja.
- SARAIVA, Clara (2007): “Mudança e água no Sul de Portugal: a barragem de Alqueva e a aldeia da Luz” in *RURIS – Revista do Centro de Estudos Rurais*; vol.1, nº1; Campinas, Brasil.
- SARAIVA, Clara (2007a): “Um museu debaixo de água: o caso da Luz” in *etnográfica*; nº11 (2); Centro de Estudos de Antropologia Social; Lisboa.
- SERRÃO, Adérito (1999): “Alqueva, uma alavanca de progresso para o Alentejo no século XXI” in *Actas da 8ª edição dos encontros de Monsaraz – Alqueva, centro do mundo?*; A.D.I.M.; Évora.

- SILVA, Alexandra Martins (2007): *Mulheres em Movimento: Luta e Resistência Contra Barragens*; Dissertação de Mestrado em Sociologia apresentada à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra; Coimbra.
- SILVA, Carlos; SILVA, Paula Susano (2005): “Uma estratégia para o desenvolvimento turístico da envolvente de albufeira do Alqueva”; in *Revista Turismo & Desenvolvimento*; vol. II, nº2; Aveiro.
- SOARES, Antonio de Oliveira; PROENÇA, Miguel (2007): *Alqueva – paisagem que muda, povo que espera*; Arte Contempo; Lisboa.
- SOUZA, Edevaldo Aparecido; PEDON, Nelson Rodrigo (2007): “Território e Identidade” in *Revista Electrónica da Associação dos Geógrafos Brasileiros – Secção das Três Lagoas*; Três Lagoas, Brasil.
- SOUZA, Thiago Romeu de (2006): *A Re-Territorialização do retornado cearense: uma proposta de análise*; Dissertação de Pós-Graduação apresentada à Universidade Federal Fluminense; Niterói, Brasil.
- STEINBECK, John (1939): *As Vinhas da Ira*; Edições Livros do Brasil, Brasil.
- TORGA, Miguel (1999): *Antologia (Diário) – Extractos relativos a Terras de Bouro*; Câmara Municipal de Terras de Bouro; Terras de Bouro.
- TUAN, Yi-Fu (1980): *Topofilia : um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*; Difel; São Paulo, Brasil.
- UNIVERSIDADE MODERNA, PÓLO DE BEJA (2000): *Diagnóstico Social das Dinâmicas Juvenis: as expectativas sócio-profissionais dos jovens residentes nas aldeias da Luz, Amieira, Estrela e Alqueva*; EDIA. Beja.
- VELOSA, João Miguel Nunes Baptista Cima de (2009): *Os efeitos das grandes barragens no desenvolvimento socioeconómico local*; Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto Superior Técnico; Lisboa.
- WATEAU, Fabienne (2003): “Luz no Alqueva: Memória duma Aldeia Submersa” in *Latitudes – Cahiers Lusophones*; L’Alentejo; nº19; França.
- WATEAU, Fabienne (s/d): “Barragem e participação em Alqueva. Exemplo português de concertação”; Universidade de Paris X-Nanterre; Paris, França.

Fontes Electrónicas Consultadas

www.agroportal.pt/alqueva.asp

www.amieiramarina.com

www.atryclopedia.com

www.cm-moura.pt

www.cm-mourao.pt

www.cm-portel.pt

www.cm-reguengos-monsaraz.pt

www.cm-serpa.pt

www.edia.pt

www.expresso.pt

www.gescruzeiros.com

www.gestalqueva.pt

www.jf-luz.pt

www.plataformadochoupal.org, consultado em Julho de 2010

www.publico.pt

www.roteirodoalqueva.com

www.turismoalqueva.pt

Anexos

Anexo 1

| Freguesias e concelho de Mourão | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | 2022 | 2023 | 2024 | 2025 | 2026 | 2027 | 2028 | 2029 | 2030 | 2031 | variação |
|---------------------------------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|----------|
| Granja | 601 | 588 | 576 | 563 | 551 | 539 | 528 | 517 | 506 | 495 | 484 | 474 | 464 | 454 | 444 | 435 | 425 | 416 | 407 | 399 | 390 | -35,10 |
| Luz | 291 | 284 | 277 | 270 | 263 | 257 | 251 | 245 | 239 | 233 | 227 | 221 | 216 | 211 | 206 | 201 | 196 | 191 | 186 | 182 | 177 | -39,13 |
| Mourão | 1774 | 1743 | 1713 | 1684 | 1655 | 1626 | 1598 | 1571 | 1544 | 1517 | 1491 | 1465 | 1440 | 1415 | 1391 | 1367 | 1343 | 1320 | 1297 | 1275 | 1253 | -29,38 |
| Concelho | 2666 | 2615 | 2566 | 2517 | 2469 | 2422 | 2376 | 2331 | 2287 | 2243 | 2200 | 2159 | 2118 | 2077 | 2038 | 1999 | 1961 | 1924 | 1887 | 1851 | 1816 | -31,87 |

Anexo 2

| Concelhos limitrofes ao de Mourão | | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | 2022 | 2023 | 2024 | 2025 | 2026 | 2027 | 2028 | 2029 | 2030 | 2031 | variação |
|-----------------------------------|-----------------------------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|----------|
| Reguengos de Monsaraz | Campo | 688 | 674 | 661 | 648 | 635 | 623 | 610 | 598 | 586 | 575 | 564 | 552 | 541 | 531 | 520 | 510 | 500 | 490 | 480 | 471 | 462 | -32,92 |
| | Corval | 1391 | 1374 | 1356 | 1339 | 1323 | 1306 | 1290 | 1273 | 1257 | 1242 | 1226 | 1211 | 1196 | 1181 | 1166 | 1151 | 1137 | 1123 | 1108 | 1095 | 1081 | -22,30 |
| | Monsaraz | 781 | 764 | 747 | 730 | 714 | 698 | 683 | 668 | 653 | 638 | 624 | 610 | 597 | 584 | 571 | 558 | 546 | 534 | 522 | 510 | 499 | -36,10 |
| Barrancos | Reguengos de Monsaraz | 7364 | 7394 | 7424 | 7455 | 7485 | 7516 | 7546 | 7577 | 7608 | 7639 | 7670 | 7702 | 7733 | 7765 | 7796 | 7828 | 7860 | 7892 | 7924 | 7957 | 7989 | 8,49 |
| | Campinho | 712 | 694 | 677 | 660 | 643 | 627 | 612 | 596 | 582 | 567 | 553 | 539 | 526 | 512 | 500 | 487 | 475 | 463 | 452 | 440 | 429 | -39,71 |
| | Barrancos | 1841 | 1833 | 1825 | 1817 | 1809 | 1801 | 1793 | 1785 | 1777 | 1769 | 1762 | 1754 | 1746 | 1738 | 1731 | 1723 | 1716 | 1708 | 1701 | 1693 | 1686 | -8,44 |
| Moura | Amareleja | 2566 | 2547 | 2528 | 2510 | 2491 | 2473 | 2455 | 2437 | 2419 | 2401 | 2383 | 2365 | 2348 | 2331 | 2314 | 2297 | 2280 | 2263 | 2246 | 2230 | 2213 | -13,75 |
| | Póvoa de São Miguel | 880 | 861 | 843 | 824 | 807 | 789 | 772 | 756 | 739 | 723 | 708 | 693 | 678 | 663 | 649 | 635 | 621 | 608 | 595 | 582 | 569 | -35,30 |
| | Safara | 1078 | 1069 | 1061 | 1053 | 1044 | 1036 | 1028 | 1020 | 1012 | 1004 | 996 | 988 | 980 | 972 | 965 | 957 | 950 | 942 | 935 | 927 | 920 | -14,67 |
| | Moura (Santo Agostinho) | 4364 | 4353 | 4342 | 4331 | 4320 | 4310 | 4299 | 4288 | 4277 | 4266 | 4256 | 4245 | 4234 | 4224 | 4213 | 4203 | 4192 | 4182 | 4171 | 4161 | 4150 | -4,90 |
| | Santo Aleixo da Restauração | 805 | 801 | 798 | 794 | 791 | 787 | 784 | 780 | 777 | 773 | 770 | 766 | 763 | 759 | 756 | 753 | 749 | 746 | 742 | 739 | 736 | -8,60 |
| | Santo Amador | 411 | 407 | 403 | 398 | 394 | 390 | 386 | 382 | 378 | 374 | 370 | 367 | 363 | 359 | 355 | 352 | 348 | 344 | 341 | 337 | 334 | -18,76 |
| | Moura (São João Baptista) | 4069 | 4007 | 3945 | 3885 | 3826 | 3767 | 3710 | 3653 | 3597 | 3542 | 3488 | 3434 | 3382 | 3330 | 3279 | 3229 | 3180 | 3131 | 3083 | 3036 | 2990 | -26,53 |
| | Sobral da Adiça | 1013 | 1010 | 1007 | 1003 | 1000 | 997 | 994 | 991 | 987 | 984 | 981 | 978 | 975 | 972 | 969 | 965 | 962 | 959 | 956 | 953 | 950 | -6,21 |

Anexo 3

| Concelhos da NUT III Alentejo Central | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | 2022 | 2023 | 2024 | 2025 | 2026 | 2027 | 2028 | 2029 | 2030 | 2031 | Variação |
|--|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|----------|
| Alandroal | 5928 | 5866 | 5805 | 5744 | 5684 | 5625 | 5566 | 5508 | 5450 | 5393 | 5337 | 5281 | 5226 | 5171 | 5117 | 5063 | 5010 | 4958 | 4906 | 4855 | 4804 | -18,96 |
| Arraiolos | 7352 | 7326 | 7300 | 7275 | 7249 | 7223 | 7198 | 7173 | 7147 | 7122 | 7097 | 7072 | 7047 | 7022 | 6998 | 6973 | 6949 | 6924 | 6900 | 6875 | 6851 | -6,81 |
| Borba | 7406 | 7369 | 7333 | 7297 | 7261 | 7225 | 7189 | 7154 | 7118 | 7083 | 7048 | 7013 | 6979 | 6944 | 6910 | 6876 | 6842 | 6808 | 6774 | 6741 | 6708 | -9,43 |
| Estremoz | 14328 | 14200 | 14073 | 13948 | 13823 | 13700 | 13578 | 13456 | 13336 | 13217 | 13099 | 12982 | 12866 | 12752 | 12638 | 12525 | 12413 | 12302 | 12193 | 12084 | 11976 | -16,42 |
| Évora | 57073 | 57129 | 57184 | 57240 | 57296 | 57352 | 57408 | 57464 | 57520 | 57576 | 57632 | 57689 | 57745 | 57801 | 57858 | 57914 | 57971 | 58027 | 58084 | 58141 | 58197 | 1,97 |
| Montemor-o-Novo | 17409 | 17296 | 17184 | 17073 | 16962 | 16852 | 16743 | 16635 | 16527 | 16420 | 16314 | 16208 | 16103 | 15999 | 15895 | 15792 | 15690 | 15588 | 15487 | 15387 | 15287 | -12,19 |
| Mourão | 2666 | 2615 | 2566 | 2517 | 2469 | 2422 | 2376 | 2331 | 2287 | 2243 | 2200 | 2159 | 2118 | 2077 | 2038 | 1999 | 1961 | 1924 | 1887 | 1851 | 1816 | -31,87 |
| Portel | 6420 | 6355 | 6290 | 6227 | 6163 | 6101 | 6039 | 5978 | 5917 | 5857 | 5798 | 5739 | 5681 | 5623 | 5566 | 5510 | 5454 | 5398 | 5344 | 5290 | 5236 | -18,44 |
| Redondo | 7031 | 7006 | 6981 | 6956 | 6931 | 6906 | 6881 | 6857 | 6832 | 6807 | 6783 | 6759 | 6735 | 6710 | 6686 | 6662 | 6639 | 6615 | 6591 | 6567 | 6544 | -6,93 |
| Reguengos de Monsaraz | 10936 | 10892 | 10849 | 10806 | 10763 | 10720 | 10677 | 10634 | 10592 | 10550 | 10507 | 10466 | 10424 | 10382 | 10341 | 10300 | 10258 | 10218 | 10177 | 10136 | 10096 | -7,68 |
| Vendas Novas | 11837 | 11859 | 11881 | 11903 | 11925 | 11948 | 11970 | 11992 | 12014 | 12037 | 12059 | 12082 | 12104 | 12127 | 12149 | 12172 | 12194 | 12217 | 12240 | 12263 | 12285 | 3,79 |
| Viana do Alentejo | 5746 | 5759 | 5773 | 5786 | 5799 | 5813 | 5826 | 5840 | 5853 | 5867 | 5880 | 5894 | 5907 | 5921 | 5935 | 5948 | 5962 | 5976 | 5990 | 6003 | 6017 | 4,72 |
| Vila Viçosa | 8293 | 8237 | 8182 | 8127 | 8072 | 8018 | 7964 | 7911 | 7858 | 7805 | 7753 | 7701 | 7649 | 7598 | 7547 | 7496 | 7446 | 7396 | 7346 | 7297 | 7248 | -12,61 |
| Sousel | 5103 | 5040 | 4977 | 4916 | 4855 | 4795 | 4735 | 4677 | 4619 | 4562 | 4505 | 4450 | 4394 | 4340 | 4286 | 4233 | 4181 | 4129 | 4078 | 4027 | 3978 | -22,05 |